

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Tiago Santos Salgado

A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez
(2002-2005)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Tiago Santos Salgado

A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez
(2002-2005)

Dissertação apresentada à
Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-
SP), como exigência parcial
para obtenção do título de
MESTRE em História Social,
sob a orientação da Professora
Doutora Vera Lucia Vieira.

SÃO PAULO
2012

ERRATA

SALGADO, Tiago Santos. **A Folha de S.Paulo e governo Hugo Chávez (2002-2005)**. 2013. (157 páginas). Dissertação de Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Título –

Onde se lê: *A Folha de S.Paulo e governo Hugo Chávez (2002-2005)*

Leia-se: *A Folha de S. Paulo e o governo Chávez (2002-2005): Democracia e Populismo*

Resumo - linha 27:

Onde se lê: “(...) conceito que se tornou alvo de grande discussão historiográfica ao carregar em sua definição um valor negativo –,além de vincular seu perfil ao de um político que enganou e manipulou a população (...)”

Leia-se: “(...) conceito que se tornou alvo de grande discussão historiográfica ao carregar em sua definição um valor negativo – ou seja, considera o presidente venezuelano um político que enganou e manipulou a população (...)”

Capítulo 2 - pagina.63 – primeira linha

Onde se lê: *A Democracia da Folha de S.Paulo*

Leia-se: *A Democracia e a Folha de S.Paulo*

Pagina 14 - quarta linha

Onde se lê: “América do Sul”

Leia-se: “América Latina”

Pagina . 15 – linha 15:

Acrescentar ao fim do parágrafo: “o que gerou uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos sobre o tema”

Pagina.16 – linha 12:

Onde se lê: “se justifica pela agitação política e social ocorrida na Venezuela”:

Leia-se: “se justifica pela agitação política e social ocorrida na Venezuela, fatos que chamaram a atenção do jornal brasileiro”.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Banca Examinadora

Agradecimento

O desenvolvimento desta dissertação, de certa forma, é anterior à entrada na Pós-Graduação da PUC-SP, começando ainda na graduação na Unesp-Franca. No entanto, apenas na PUC-SP recebi o encorajamento e a condição inerente a uma instituição de ensino de qualidade e com uma história tão rica.

Agora, agradeço à minha família: meu pai Nelson, meu irmão Mateus e, principalmente, minha mãe Fani, que é, e sempre será, exemplo de vida e de caráter, de pessoa lutadora e com um coração enorme.

Agradeço também minha companheira Amanda. Companheira, pois ela é mais que uma namorada, é algo que não consigo descrever. É, logicamente, minha namorada, mas é algo muito maior, é minha amiga, minha parceira, é a pessoa que me anima quando preciso, enfim, foi, em grande medida, a responsável por eu ter conseguido terminar esse trabalho, que é uma realização de ambos, algo que conseguimos juntos.

Agradeço à minha orientadora, professora Vera Lucia, que sempre acreditou na pesquisa e no meu trabalho. Nos momentos em que começava a pensar que não conseguiria a professora Vera me mostrou que a pesquisa era possível. Agradeço, enfim, pela paciência e, principalmente, por acreditar que eu conseguiria dar andamento ao trabalho. É um exemplo de dedicação aos seus alunos.

Agradeço à banca: ao professor Ramon – que acompanha o trabalho desde a disciplina da professora Estefânia em 2011 – e ao professor Everaldo por terem aceitado participar da banca de qualificação e da defesa e, também, pelas dicas e sugestões sempre muito enriquecedoras.

Agradeço aos funcionários da PUC, especialmente aos que trabalham na secretária de alunos e à Betinha na Pós-Graduação. Também deixo registrado meu muito obrigado aos professores com quem tive a oportunidade de conviver durante o mestrado, especialmente aos professores Rago e Estefânia.

Agradeço aos amigos que, mesmo longe, sempre estiveram presentes de alguma forma. Agradeço aos amigos de infância, Henrique, Bruno, Matheus

e Juliano. Aos amigos da Unesp Franca, Mineiro, Vitor, Jonatas, Cesar e Narita. Agradeço também aos amigos da turma de mestrado da PUC-SP que tornaram as idas e vindas de São Paulo muito mais agradáveis, em especial: Camila, Davi, Danilo, Reginaldo, Carol e Fabiana. Não poderia esquecer de dona Soso Mari, sempre nos recebendo com muito carinho em sua casa.

Agradeço ao professor Rodolfo Magallanes da Universidade Central da Venezuela pela cordialidade com que me recebeu em minha curta visita à Venezuela.

Por fim, agradeço à Capes e ao Cnpq pela bolsa que me permitiu a realização desta pesquisa.

O Sr. me olha com um sorriso no lábios e pergunta: “ E o que se ganha com isso? Vergonha não leva a nenhuma revolução”. Eu respondo: a vergonha já é uma revolução; [...]. Vergonha é um tipo de ira para dentro. E se toda uma nação realmente tivesse vergonha,ela seria um leão que se encolhe para dar o bote. MARX, Karl. Sobre a questão judaica, São Paulo, Boitempo, 2010, p.63)

Resumo

O trabalho tem por objetivo apresentar a cobertura realizada pelo jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* – um dos três jornais do país que conta com ampla circulação nacional – no que se refere à Venezuela e ao presidente Hugo Chávez entre os anos de 2002 e 2005. Durante este período a Venezuela passou por um dos momentos mais conturbados de sua história recente, com golpe de Estado em 2002, greves, manifestações sociais, referendos revogatórios e a recusa da oposição em participar das eleições legislativas em 2005, fatos que justificaram a atenção dada ao país pelos meios de comunicação. Na elaboração desta dissertação e ao longo de seus capítulos são esclarecidos os pontos pertinentes à metodologia adotada e resgata-se da historiografia aspectos relevantes da trajetória do jornal *Folha de S. Paulo*. A realização de uma retrospectiva sobre a história recente venezuelana foi observada desde a instauração da liberal-democracia no país em 1958, com o protagonismo de seus partidos políticos tradicionais – como *Acción Democrática* e COPEI – e o acordo que ficou conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, responsável pela adoção de políticas neoliberais que levaram às crises ocorridas durante as décadas de 1980 e 1990 e que resultou na eleição de Hugo Chávez em 1998. Também se observa a análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* em seus editoriais sobre o governo venezuelano e a destacada argumentação que promoveu este periódico em considerá-lo antidemocrático, além de explicitar o entendimento do jornal sobre democracia e como pode ser vinculada à definição liberal do conceito, bem como se procedeu a análise dos jornais de oposição na Venezuela e as semelhanças entre a cobertura da *Folha* e a realizada pelos meios de comunicação privados venezuelanos, contrários ao governo implantado por Chávez. Desse modo, a análise recai sobre a crítica tecida a Hugo Chávez e a construção de sua imagem como um líder populista – conceito que se tornou alvo de grande discussão historiográfica ao carregar em sua definição um valor negativo –, além de vincular seu perfil ao de um político que enganou e manipulou a população. Nesse sentido, procurou-se fazer a crítica aos conceitos utilizados pela *Folha de S. Paulo*, a partir de dados da realidade social venezuelana que explicitaram a natureza do governo Chávez e que tornaram possível identificar a ideologia

propagada pelo jornal brasileiro, resgatada a partir da identificação da função social que este cumpre como veículo da grande imprensa e de interferência na construção da opinião pública brasileira em relação ao país vizinho.

Palavras-Chave: Democracia; *Folha de S. Paulo*; Hugo Chávez; *Pacto de Punto Fijo*; Populismo; Venezuela.

Abstract

The objective of this study is to determine how one of the three largest circulation national newspapers in Brazil – *Folha de S. Paulo* – covered Venezuela and President Hugo Chávez between the years 2002-2005. During this period Venezuela went through one of the most troubled times in its recent history – with a coup in 2002, strikes, social demonstrations, recall referendums and the opposition refusal to participate in the legislative elections in 2005 – facts that justify the attention given to the country by the communications media. In the development of this dissertation points pertinent to the methodology adopted and relevant historical aspects recovered from the trajectory of the newspaper *Folha de S. Paulo* are clarified within its chapters. A full background on recent Venezuelan history is seen, from the introduction of liberal democracy in the country in 1958, based on the role of traditional political parties – such as *Acción Democrática* and COPEI – and the agreement known as the *Punto Fijo Pact*, that was responsible for the adoption of neo-liberal policies that led to crises in the decades of the 1980s and 1990s and which resulted in the election of Hugo Chávez in 1998. Analysis is also seen of *Folha de S. Paulo's* editorial coverage in relation to the Venezuelan government and highlighting of the arguments that led this paper to consider it undemocratic, besides explaining the paper's understanding of democracy and how this could be linked to a liberal definition of the concept, as well as proceeding to an analysis of the Venezuelan opposition newspaper and the similarities between the coverage of *Folha* and that of private Venezuelan communication media against the government established by Chávez. In this way the analysis recurs to the interwoven critique of Hugo Chávez and the construction of his images as a populist leader – a concept that became the subject of considerable historical discussion, bearing negative value from the links of his profile as a politician who deceived and manipulated the populace. Thus, we have aimed at a critical look at the concepts used by the *Folha de S. Paulo* to explain the nature of the Chávez government, beginning with data of the Venezuelan social reality that could explain the nature of the Chávez government and how it became possible to identify the ideology propagated by the Brazilian newspaper – recovered from identification of the social function to which it

complies as a vehicle of the major press and media and its influence in shaping Brazilian public opinion in relation to its neighboring country.

Keywords: Democracy; *Folha de S. Paulo*; Hugo Chávez; Populism; *Punto Fijo Pact*; Venezuela.

Resumen

El trabajo tiene como objetivo presentar la cobertura sostenida por el diario brasileño *Folha de S. Paulo*— uno de los tres periódicos en el país que tiene amplia circulación nacional —con respecto a Venezuela y a el presidente Hugo Chávez entre los años 2002 y 2005. Durante este período, Venezuela vivió uno de los momentos más turbulentos de su historia reciente, con un golpe de estado en 2002, huelgas, manifestaciones sociales, referendos revocatorios y el rechazo de la oposición en participar de las elecciones legislativas de 2005, hechos que justificaron la atención que se ha dado al país por los medios de comunicación. En la elaboración de esta disertación ya lo largo de sus capítulos se aclaran los puntos relativos a la metodología adoptada y rescatase de la historiografía los aspectos relevantes de la trayectoria del diario *Folha de S. Paulo*. La realización de una retrospectiva sobre la reciente historia venezolana fue observada, desde el establecimiento de la democracia liberal en el país en 1958, con el liderazgo de sus partidos políticos tradicionales— como Acción Democrática y COPEI —y el acuerdo que se hizo conocido como el *Pacto de Punto Fijo*, responsables por la adopción de políticas neoliberales que llevaron a las crisis que ocurrieron durante las décadas de 1980 y 1990, que tuvo como resultado la elección de Hugo Chávez en 1998. También se observa el análisis de la cobertura del diario *Folha de S. Paulo* en sus editoriales sobre el gobierno venezolano y los argumentos importantes que promovió este periódico por considerarlo antidemocrático, además de exponer el entendimiento del periódico acerca de la democracia y como esto puede estar relacionado con la definición liberal del concepto, así como se procedió el análisis de los periódicos venezolanos de oposición y las similitudes entre las coberturas de *Folha* e de las realizadas pelos medios de comunicación privados venezolanos, opuestos al gobierno implantado por Chávez. Por lo tanto, el análisis se basa en la crítica urdida a Hugo Chávez y la construcción de su imagen como un líder populista— un concepto que se convirtió en el objeto de un amplio debate *historiográfico* por cargar en su definición, un valor negativo —, además de vincular su perfil a de un político que engaña y manipula la población. En este sentido, tratamos de hacer la *crítica* a los conceptos utilizados por el diario *Folha de S. Paulo*, a partir de datos de la

realidad social venezolana que evidenciaron la esencia del gobierno de Chávez y que ha permitido identificar la ideología propagada por el diario brasileño, rescatada a partir de la identificación de la función social que cumple como *grande médio de prensa* y la interferencia en la construcción de la opinión pública brasileña contra el país vecino.

Palabras clave: Democracia; *Folha de S. Paulo*, Hugo Chávez; *Pacto de Punto Fijo*; Populismo; Venezuela.

Lista de abreviaturas

Acción Democrática – AD

Banco Mundial (composto por duas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e Associação Internacional de Desenvolvimento – AID)

Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL

Comité Organización Política Electoral Independiente (Partido Social Cristiano) – COPEI

Confederación de Trabajadores de Venezuela – CTV

Consejo Nacional Electoral – CNE

Coordinadora Democrática – CD

Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia e Prevención – DISIP

Estados Unidos da América – EUA

Federação Nacional de Associações Pesqueiras – Fenapesca

Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción – Fedecamaras

Fundação Nacional para a Democracia – USAID

Fundo Monetário Internacional – FMI

Gran Polo Patriótico – GPP

Instituto Nacional de Terras – INT

Movimiento Bolivariano 200 – MBR-200

Movimiento Izquierda Revolucionária – MIR

Movimiento Quinta (V) República – MVR

Organização dos Estados Americanos – OEA

Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP

Organization of the Petroleum Exporting Countries – OPEC

Partido Comunista de Venezuela – PCV

Partido Revolucionário Venezuelano – PRV

Petróleo de Venezuela S. A. – PDVSA

Primero Justicia (Movimiento Primero Justicia) – PJ

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Siderurgia do Orinoco Alfredo Manero – SIDOR

Unión Republicana Democrática – URD

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1 - O CONTEXTO QUE POSSIBILITA A ASCENSÃO DE CHÁVEZ | 28 |
| 1.1 – DO CRESCIMENTO À CRISE | 33 |
| 1.2 – NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA – A CRISE DOS ANOS 1980-1990 | 37 |
| 1.3 – FRAGMENTAÇÃO DOS SEGMENTOS DOMINANTES E FORTALECIMENTO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL | 43 |
| 1.4 – CHÁVEZ E A REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA | 48 |
| 1.5 – O ACIRRAMENTO DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE | 55 |
| 1.6 – O GOLPE DE ABRIL DE 2002 E O FORTALECIMENTO DO GOVERNO CHAVISTA | 57 |
| CAPÍTULO 2 - A DEMOCRACIA DA FOLHA DE S. PAULO | 63 |
| 2.1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO VENEZUELANOS | 88 |
| 2.2 – A POLITICIDADE COMO SOLUÇÃO | 96 |
| 2.3 – A LIBERAL DEMOCRACIA E SUA CRÍTICA | 100 |
| CAPÍTULO 3 - O POPULISMO E A FOLHA DE S. PAULO | 107 |
| 3.1 – A PERSPECTIVA ANALÍTICA DO CONCEITO DE POPULISMO | 116 |
| 3.1.1 – DISCUSSÃO ACERCA DO POPULISMO | 117 |
| 3.1.2 - A CRÍTICA À TEORIA DO POPULISMO | 122 |
| 3.2 – O POPULISMO NA FOLHA DE S. PAULO E A CRÍTICA AO CONCEITO | 128 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 135 |
| FONTES | 142 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 146 |
| ANEXO | 156 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho **A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)** surge na esteira do número crescente de pesquisas realizadas nas Universidades brasileiras sobre a Venezuela.¹ País de grande importância na América do Sul – foi apontado em 2010 como o quarto maior PIB do continente, em ordem direta ao Brasil, Argentina e Colômbia, respectivamente. Entretanto, em 2009 havia sido o segundo maior PIB, logo atrás do Brasil (SEVERO, 2012). Também é importante ressaltar que o país pode ser considerado como uma *ponta de lança* do que foi caracterizado, por alguns pesquisadores, como a “virada à esquerda da América Latina”,² resultado das mazelas oriundas das décadas de 1980 e 1990, de forte teor neoliberal.

Nesse contexto, a eleição do presidente venezuelano Hugo Chávez em 1998, de certa forma foi um prelúdio do que aconteceria em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai. Com histórico militar e uma tentativa de golpe em 1992, Chávez assumiu a presidência e pregou a “refundação” da nação governada, então, por mais de 40 anos por uma elite política – vinculada aos partidos *Acción Democrática* (AD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei) – fortemente associada ao capital internacional e com nítidos interesses classistas.

A partir da adoção de diversos programas sociais e com a utilização de um discurso antiamericano, o presidente foi capaz de ganhar a simpatia das classes mais baixas na Venezuela e, conseqüentemente, a oposição de uma parcela da burguesia nacional. A polarização presente na sociedade venezuelana ficou ainda

¹ Como exemplos, podemos citar: KLEIN, José Alfonso. *Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989-2009*. 2010. 385f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo; e SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. 2012. 234f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

² No começo dos anos 2000, uma corrente teórica buscou contextualizar as vitórias eleitorais de presidentes como Chávez, Lula e Evo Morales como a “virada à esquerda da América Latina”, o que dividiu o continente em dois blocos: de um lado, a “boa esquerda”, que abrangia Brasil e Chile, e que defendia programas sociais e reformas dentro do capitalismo e, por outro, uma proposta de política mais radical em países como Venezuela, Bolívia e Equador – a “má esquerda” –, sendo os presidentes destes países considerados populistas e autoritários. Como exemplos do pensamento em questão são citados Jorge Castañeda, Manuel Alcántara Sáez e Fernando Mires.

mais latente quando Chávez promoveu mudanças na peça-chave da economia do país: a indústria petroleira, especialmente na estatal Petróleos de Venezuela S. A. – PDVSA.³

Esses acontecimentos foram suficientes para que a oposição venezuelana colocasse em prática, a partir de 2002, diversas manobras para desestabilizar o governo e, até mesmo, interromper o mandato de Chávez. Assim, para conseguir seu objetivo, a oposição lançou um golpe de Estado contra o presidente (que o depôs por 48 horas em abril de 2002), permeado por greves e manifestações nas ruas de diversas cidades do país, além de um referendo revogatório (2004) e o boicote das eleições legislativas de 2005. Portanto, é compreensível que as atenções internacionais tenham se voltado para a Venezuela.

Na mídia não foi diferente. A imprensa brasileira deu grande atenção aos acontecimentos no país vizinho à época, o que rendeu uma copiosa cobertura jornalística por parte desta mesma imprensa sobre a Venezuela e seu presidente, Hugo Chávez.⁴

Nesse sentido, a presente dissertação procura entender como ocorreu a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* – um dos três jornais de maior circulação nacional no Brasil –,⁵ e o objetivo da ideologia expressa por seus *editoriais* – por definição, o “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. [...] ‘a voz do dono’” –,⁶ à luz da correlação de forças que expressava a realidade social na Venezuela naquele

³ A PDVSA foi fundada em 1976 e desde 1999 – a partir da Constituição *Bolivariana* – não pode ser privatizada. Classificada em segundo lugar no *ranking* das 500 maiores empresas da América Latina, segundo dados da revista *América Economía* (junho de 2012), apresentou faturamento de US\$ 124,75 milhões e se encontra entre a primeira colocada, Petrobras (Brasil) e a PEMEX (México), em terceiro lugar. Dados disponíveis em: http://economia.terra.com.br/noticia.aspx?idNoticia=201207181749_TRR_81416016; <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618> Acesso em: 13/03/2013.

⁴ Como exemplos, podemos citar: BÜNDCHEN, Isabel Cristina Fleck. *A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira: estudo de caso dos jornais Folha de S. Paulo e Correio Braziliense*. 2008. 74f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF; e VIEIRA, Ricardo Pereira. *Memória e discurso: Chávez na mídia impressa*. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista/BA.

⁵ Os três jornais de maior circulação paga no Brasil são a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* (Rio de Janeiro) e *O Estado de S. Paulo* (dados de 2012), segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ. Disponível em: www.anj.org.br Acesso em: 22/02/2013.

⁶ Cf. JORGE, Thaís de Mendonça. “Glossário – verbete: **editorial**”. In *Manual do foca. Guia de sobrevivência para jornalistas*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010. p. 224. [2008]

período. Para tanto, a dissertação utiliza como material documental os editoriais publicados do conhecido jornal brasileiro entre os anos de 2002 e 2005, assim como as reportagens e as análises dos repórteres e editores da *Folha de S. Paulo*. Também se utiliza do material produzido pela imprensa venezuelana no período proposto, como forma de analisar as semelhanças entre as coberturas realizadas no Brasil e na Venezuela, bem como os discursos do presidente Hugo Chávez – fonte documental expressiva –, além do necessário apoio bibliográfico existente sobre o assunto.

A escolha do período em questão – o quadriênio 2002-2005 – se justifica pela agitação política e social ocorrida na Venezuela, bem como a conjuntura macropolítica da América Latina. Desse modo, no período abrangido por este estudo ocorreram tentativas de golpe, greves, eleições e referendos, que acabaram por ganhar espaço na mídia brasileira, juntamente com o fato de que vários presidentes sul-americanos eleitos na mesma época enfatizaram intenções ou tentaram, ainda, articular ações semelhantes ao tecer políticas críticas ao neoliberalismo e às posturas dos últimos governos norte-americanos para a região, o que acabou por encetar práticas voltadas para o atendimento às demandas de segmentos excluídos de direitos de cidadania e de benefícios sociais previstos constitucionalmente. Tais governos intentaram também ampliar a integração regional e, no plano ideológico recuperaram, como na Venezuela, o ideário que ficou conhecido por *bolivariano*, em uma referência direta a Simón Bolívar,⁷ líder da defesa explícita por tal integração. O quanto há de distância entre o original e suas apropriações não são objeto da presente análise, cumpre ressaltar, mas a intenção precípua é a de recuperar as apropriações que são feitas em seu nome, para justificar tais políticas que receberam, por parte do periódico brasileiro, vários adjetivos que ensejam o presente trabalho.

Como forma de análise das fontes, objetiva-se entender o sentido do discurso pela particularidade presente em seu conteúdo intrínseco, ao considerar as contradições internas presentes nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, também conhecida na imprensa e por seus leitores por *Folha*. No entanto, antes de elucidar o conteúdo metodológico, é necessário tecer alguns comentários acerca

⁷ Simón Bolívar (1783-1830).

da história da *Folha de S. Paulo*,⁸ para maior esclarecimento das posições expressas em seus editoriais.

Atualmente, a *Folha de S. Paulo* é um dos jornais mais importantes do país e com grande peso na formação da opinião pública, principalmente em relação à classe média. O jornal pertence a um grupo empresarial, o Grupo FOLHA,⁹ do qual também faz parte o portal da internet *Universo Online (UOL)*, a editora *Publifolha*, o jornal *Agora São Paulo* e a agência de pesquisa *Datafolha* (PIRES, 2008, p. 16). Segundo o próprio *site*,¹⁰ a *Folha* é o jornal de maior tiragem nacional (dados de outubro/2012), chegando a 321.535 exemplares nos domingos e a 297.927 exemplares nos demais dias da semana.¹¹ Na região da Grande São Paulo,¹² o domínio do jornal é ainda maior – segundo pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos Marplan –, a *Folha* conta com 1,567 milhão de leitores diários nesta área geográfica. O jornal *O Estado de S. Paulo* aparece em segundo, com 1,277 milhão de leitores.¹³

Propriedade da família Frias desde 1962, o jornal procura passar ao público uma imagem de veículo pluralista e democrático, isento de posições ideológicas e partidárias. No entanto, uma análise mais atenta em relação à

⁸ O jornal *Folha de S. Paulo* foi fundado em 1921 sob o nome de *Folha da Noite*, em oposição ao *O Estado de S. Paulo*, representante da elite cafeeira de então. Em 1925 surgiu, no mesmo grupo, a *Folha da Manhã* e, em 1949, a *Folha da Tarde*. Foi somente em 1960, com a fusão dos três jornais do grupo, que o veículo de comunicação passou a atender pela denominação de *Folha de S. Paulo*.

⁹ O Grupo FOLHA possui participação de 50% no jornal *Valor Econômico* (surgido no ano 2000, em parceria com as Organizações Globo) e ainda o jornal *Alô Negócios*, maior jornal de Curitiba (PR) em número de classificados. Também edita as revistas *sãopaulo*, *Serafina* e o *Guia Folha (Folha de S. Paulo)* e a *Revista da Hora (Agora)*. Constam do grupo o *site* de notícias *Folha.com* e a *Livraria da Folha* (livraria virtual). Além disso, conta com as empresas *Transfolha*, *Folhagráfica* e *SPDL* nos setores de distribuição, impressão e distribuição e logística, respectivamente – a última, em associação com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Com investimentos maciços no setor, criou um dos parques gráficos mais modernos da América Latina – o CTG-F – e a gráfica comercial Plural. Há um ano (março de 2012) produz a *TV Folha*, telejornal veiculado aos domingos na TV Cultura de São Paulo, às 20 horas. Dados disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml Acesso em: 13/03/2013.

¹⁰ Dados disponíveis em: <http://www1.folha.com.br/institucional/circulacao.shtml> Acesso em: 13/03/2013.

¹¹ A Associação Nacional de Jornais – ANJ registrou a circulação média da *Folha de S. Paulo* no ano de 2011 em 286.398 exemplares. Dados disponíveis em: <http://www.anj.org.br> Acesso em: 22/02/2013. Para o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a média diária auditada foi de 297.650 exemplares para o mesmo jornal (23/01/2013). Dados disponíveis em: <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/56336/folha+lidera+circulacao+de+jornais+no+brasil+segundo+pesquisa+do+ivc> Acesso em: 22/02/2013.

¹² A Região Metropolitana de São Paulo agrega 39 municípios do estado.

¹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/64126-folha-e-o-jornal-com-mais-leitores-na-grande-sao-paulo.shtml> Acesso em: 13/03/2013.

composição das diretrizes editoriais do jornal e de sua história nos permite perceber como é problemática a definição da *Folha* como um jornal democrático. O presente trabalho não tem a pretensão de aprofundar a discussão acerca da história da *Folha de S. Paulo* (existe um grande número de títulos com tal finalidade),¹⁴ mas, sim, de contextualizá-la e levantar alguns pontos que interessam à dissertação e, em seu decorrer, de certa forma antecipam como se deu a cobertura da *Folha* sobre o caso da Venezuela.

A origem do jornal, segundo Elaine Pires,¹⁵ remonta a 1921, ano de lançamento da *Folha da Noite* por Olival Costa, Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo e Armênio Figueiredo, todos ex-jornalistas do periódico *O Estado de S. Paulo*, cuja intenção era criar um novo veículo de imprensa com formato que permitisse atingir a um público considerado “diferenciado”, principalmente na classe média.

Estes jornalistas, que trabalhavam no *O Estado de S. Paulo*, visando criar um jornal que atingisse públicos leitores diferenciados, inauguraram uma publicação vespertina que dava ênfase nas reportagens em detrimentos de artigos, e que continha sessões e linguagens diferenciadas. A *Folha da Noite* era voltada principalmente às classes médias, procurando também atingir trabalhadores assalariados. Tendo como um de seus colaboradores Júlio de Mesquita Filho (que escrevera inclusive o editorial de lançamento), os custos do jornal foram pagos pelo *O Estado de S. Paulo* até que a empreitada mostrou sucesso financeiro. (PIRES, 2008, p. 16)

Em 1925 foi lançada a *Folha da Manhã*, com uma “linguagem mais tradicional e concorrendo com *O Estado de S. Paulo*” (PIRES, 2008, p. 16). No entanto, em virtude do momento político que antecedeu à Revolução de 1930, e

¹⁴ Em sua Dissertação de mestrado, Elaine Muniz Pires aborda a construção da auto-imagem do grupo *Folha da Manhã*, responsável pelo jornal *Folha de S. Paulo* como exemplo de empresa de comunicação de viés democrático e plural, a partir de seu apoio à Ditadura Militar brasileira e a adoção da prática de autocensura em sua redação. Como obra de referência, Elaine aponta a pesquisa realizada por Beatriz Kushner, que investigou a relação entre este veículo e os militares, mostrando que existia dentro da redação censores do Estado que controlavam as publicações. Essa prática acabava por “formar” jornalistas que se autocontrolavam, impedindo assim que alguma notícia que não interessasse aos militares fosse publicada. Ver: PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo FOLHA (1978-2004)*. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo; e KUSHNER, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial/FAPESP, 2004.

¹⁵ PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo FOLHA (1978-2004)*. 2008.

por se colocar favorável à eleição de Júlio Prestes à Presidência da República, as “*Folhas*” ficaram proibidas de circular entre os anos de 1930 e 1931, quando a empresa foi comprada por Octaviano Alves de Lima, um grande cafeicultor. Nesse sentido, o jornal deu maior atenção a assuntos relativos à agricultura e à exportação do café, ao apoiar abertamente a vocação agrária nacional e se posicionado de forma contrária à industrialização. Em outras palavras, o jornal deixou de ser voltado às classes médias e passou a ser vinculado às elites (PIRES, 2008, p. 16).

Após o fim do Estado Novo,¹⁶ no ano de 1945, com a instauração da democracia e da industrialização no Brasil ficou evidenciada a impossibilidade de um projeto de país basicamente agrário defendido por Octaviano Alves, que decidiu colocar a empresa à venda, sendo na ocasião comprada por José Nabatino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles que assumiram a redação com o compromisso de “defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos”, com o lançamento em 1949 da *Folha da Tarde* (PIRES, 2008, p. 17). Desse modo, foi durante esta administração que surgiu a *Folha de S. Paulo*, que aglutinou as demais “*Folhas*” em 1960. No entanto, financeiramente o negócio não foi rentável, sendo vendido em 1962 para os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Os novos donos, por não possuírem experiência no setor de Comunicação,¹⁷ investiram na reorganização da empresa e no pagamento das dívidas, tendo a renovação tecnológica como marca do período, o que incluiu um novo sistema de distribuição capaz de garantir maior rapidez na entrega dos jornais. Os novos proprietários também adquiriram diversas gráficas, como a *Cia Lithographica Ypiranga* e os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, em 1965, bem como a Fundação Cásper Líbero e o jornal *Gazeta Mercantil*, a fim de diversificar suas publicações e, conseqüentemente, ampliar os leitores e os lucros (PIRES, 2008, p. 17).

¹⁶ Período ditatorial que tem início em 1937, quando **Getúlio Vargas (1882-1954)**, sob o pretexto de ameaça comunista articula juntamente com setores das Forças Armadas e das oligarquias brasileiras um golpe de Estado que perdurou até o ano de 1945 – o Estado Novo.

¹⁷ **Octavio Frias de Oliveira (1912-2007)**, empresário com negócios em ramos diversos, como a Estação Rodoviária de São Paulo e a Transaco, operadora financeira especializada na venda de ações, além de ser um dos maiores granjeiros do país (produção avícola). Já **Carlos Caldeira Filho (1913-1993)** possuiu negócios basicamente na área da Construção Civil.

A partir de meados dos anos 1960, então, começou a surgir o Grupo FOLHA, como é conhecido atualmente. Durante esse período, o grupo ficou marcado pela ambiguidade presente em suas publicações, uma vez que a *Folha de S. Paulo* não admitiu claramente apoio ao Golpe Militar de 1964, enquanto a *Folha da Tarde* era reconhecida por ser o jornal que mais apoiou o regime, sendo chamado de “Diário Oficial da Oban”,¹⁸ acusada de possuir em sua redação jornalistas que trabalhavam como informantes para os militares.

Essa postura ambígua do Grupo FOLHA em relação aos militares fez com que na cobertura da campanha pelas *Diretas Já* (1984),¹⁹ o jornal buscasse remodelar sua imagem e passasse a ideia de veículo isento de paixões políticas: imparcial, pluralista e democrático. Na verdade, essas diretrizes foram traçadas a partir de 1984, quando Otavio Frias Filho assumiu a direção do jornal e institucionalizou o uso do *Manual da Redação*.

O novo período foi marcado pela busca incessante da objetividade jornalística e da execução de técnicas e produção de notícias identificada com a lógica empresarial, em detrimento de uma cultura jornalística em voga até os anos 1980 [...]. (PIRES, 2008, p. 12)

Segundo Otavio Frias Filho, o *Manual da Redação* possuía:

[...] uma série de medidas bastante draconianas em termos de normatizar procedimentos, despolitizar, procurar garantir que as diversas versões fossem registradas na mesma reportagem, e também continha uma série de providências gráficas. Enfim, era um manual que continha uma série de mudanças e recomendava a aplicação de normas bastante rígidas. (FRIAS FILHO apud ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 361)

Nesse sentido, verifica-se que a *Folha* – na busca de construir sua imagem como jornal democrático e pluralista – acabou, na verdade, por deixar escapar alguns episódios que colocam em xeque essa visão. Por exemplo, a própria relação do Grupo FOLHA – e de seus proprietários – com a Ditadura Militar é algo que merece maior atenção. Segundo o próprio Otavio Frias Filho, o ano mais

¹⁸ A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de investigação, informação e tortura montado pelo Exército Brasileiro em 1969 para perseguir opositores da Ditadura Militar.

¹⁹ Campanha que, em 1984, buscava a eleição direta para presidente da República e contava com o apoio de partidos políticos, movimentos sociais e centrais sindicais (PIRES, 2008, p. 32).

importante para o jornal foi o de 1974, ao apontar um encontro ocorrido entre seu pai, Octavio Frias e o general Golbery do Couto e Silva, ideólogo da Ditadura Militar brasileira. Segundo Frias Filho, nessa conversa ficou acertado os rumos do governo, e não era conveniente que em São Paulo existisse apenas um jornal forte. Assim, foi do interesse da Ditadura Militar que a *Folha* fizesse frente ao *O Estado de S. Paulo*.

Nessa conversa com meu pai, Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao governo, falou da necessidade de uma descompressão política, enfim, expôs todo aquele ideário que se tornou bastante conhecido depois. Inclusive chegou a mencionar para meu pai – me lembro disso, pelo relato que meu pai me fez – que não era conveniente que houvesse em São Paulo apenas um jornal forte, em termos de peso na opinião pública. (FRIAS FILHO apud ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 354)

A ligação estreita – não apenas da *Folha de S. Paulo* –, mas, principalmente, da *Folha da Tarde* com o regime ditatorial não são os únicos pontos incongruentes com a posição dita democrática do jornal. Outra ocasião em que o perfil autoritário da empresa de comunicação se fez presente foi quando da reação à greve dos jornalistas em 1979, quando foram demitidos 72 jornalistas no Grupo FOLHA (PIRES, 2008, p. 68). Segundo Otavio Frias Filho, a *Folha* fez uma série de “demissões de caráter político” (FRIAS FILHO apud ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 361). Aqui, cabe a indagação: como pode, portanto, um jornal com fortes ligações com a Ditadura Militar e com uma hierarquia interna intensamente centralizada se colocar como um jornal plural e democrático?

A constatação acima é relevante uma vez que esses são os traços marcantes encontrados na cobertura do jornal em relação à Venezuela no período pesquisado. Assim, a imagem construída pela *Folha de S. Paulo* se explicita quando cotejamos os conceitos inerentes ao seu discurso com dados da realidade venezuelana, coletados diretamente no país, a partir do que é possível abstrair de suas representações sobre a correlação de forças sociais vigentes na Venezuela e, então, identificar a função social que tal matutino cumpre como suas interpretações. Essas questões ficam latentes quando se analisa a interpretação

da *Folha* sobre os acontecimentos na Venezuela e, particularmente, como este jornal retratou o presidente Chávez entre os anos de 2002 e 2005.

Desse modo, tendo como objetivo – e a partir da correlação de forças observada através da realidade social venezuelana existente naquele período – compreender a cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* e deparar, inclusive, com a utilização por parte do jornal de diversos conceitos – em especial, os de populismo e autoritarismo e, principalmente, o de democracia. Se tais conceitos forem tomados como teorias explicativas em si, como norteadores da realidade, é possível aceitar a leitura feita pela *Folha* de que o governo venezuelano é autoritário e Chávez é mais um líder populista latino-americano; e que o jornal brasileiro é, de fato, o guardião dos princípios democráticos.

A partir desse pressuposto, a compreensão que o jornal *Folha de S. Paulo* utiliza universais abstratos como único recurso para apreensão da realidade, e que inverte a preposição de que “embora o concreto possa parecer o resultado do processo de conhecimento, ele é, de fato, o seu ponto de partida” (COTRIM, 1999, p. 13). Consequentemente se perde especificidade e se reduz a análise a generalidades, a “palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam” (CHASIN, 2009, p. 127), que pouco explicam a realidade social.

[...] o procedimento próprio à análise liberal: o emprego de universais abstratos como único recurso do movimento de apreensão científica. Onde, em lugar de reproduzir conceitualmente o concreto, evidenciando em cada passo a particularidade decisiva, somos conduzidos, por aquela análise, a nos defrontar com a razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o estado em geral, a violência em geral etc. [...]. (CHASIN, 2000, p. 82)

Assim, para melhor apreensão do presente objetivo, é que se assume a ideia de que é necessário para entender o objeto de estudo partir de determinações simples, ou abstrações razoáveis, para, então, descobrir as particularidades do objeto, que é o fator regente do estudo, ou seja, as reportagens e os editoriais da *Folha de S. Paulo*.

O concreto pensado, produto de conhecimento, aparece como resultado de um trabalho que extrai do objeto real, inicialmente, determinações simples, ou abstrações razoáveis, e a partir daí, pela escavação das especificidades, ou das determinações do próprio objeto, vai abandonando

o caráter abstrato das determinações simples iniciais, apanhando as especificações e entrelaçamentos sob cujo modo aquelas determinações simples efetivamente existem no objeto; este processo de concretização da reprodução ideal se funda sempre na extração das características, relações, etc. do próprio objeto; em Marx, é sempre o objeto que rege o trabalho do sujeito que o apreende. (COTRIM, 1999, p. 14)

Não obstante o discurso da *Folha* – assim como todo discurso é ideológico –, pode se considerar que, na analítica proposta, é de grande valia tomar o documento por si, visando elucidar suas disposições e contradições internas, e não se restringir apenas à informação explícita, o que permite identificar a real função social que o discurso cumpre, ou seja, sua ideologia formadora da opinião pública brasileira acerca da realidade social venezuelana e do governo Chávez.

A perspectiva central do presente trabalho é elucidar através da análise do discurso da *Folha de S. Paulo* sua dimensão ideológica, entendida aqui como “toda produção espiritual que, independentemente de sua verdade (isto é, de sua maior ou menor adequação ao real), cumpre uma função social de elaborar no plano ideal a realidade, a fim de conscientizar e operacionalizar a prática humana” (COTRIM, 1999, p. 17).

A discussão acerca da ideologia é ampla e vai, de forma sintetizada, na resolução que se tornou mais popular, a de que *ideologia* é sinônimo de “falsa consciência”, de como “os agentes sociais representam para si o parecer social, econômico e político, ou seja, o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico” (COTRIM, 1999, p. 11). No entanto, assumir-se-á neste trabalho a perspectiva ideológica que é formulada a partir da atividade social dos homens, justamente porque toda atividade humana é medida pela consciência. Assim, a ideologia está sempre ligada à existência social dos homens e nasce de seu *aqui e agora* social (COTRIM, 1999, p. 17). Desse modo, conclui-se que a conceitualização da ideologia independe de sua verdade efetiva, mas está relacionada à sua capacidade de conscientizar e operacionalizar a prática humana.

Portanto, adotamos uma definição de ideologia que foge à caracterização mais comum, de que esta é dada por uma falsa consciência e adotamos uma definição que se dá em virtude de sua função social, já que “é um conjunto de ideias que se forma a partir da própria materialidade social, das formas de relação

entre os seres humanos e de sua organização. E por isso, não é ilusão ou falsa consciência” (SOUSA, 2007, p. 13). Nesse sentido, a “mais pura verdade objetiva pode ser usada como meio para dirimir conflitos sociais e, portanto, como ideologia” (LUKÁCS apud COTRIM, 1999, p. 17). Assim, ao se tomar a análise acima elencada como norte investigativo para o presente trabalho, é necessário para entender as representações explicitadas pela *Folha de S. Paulo* descortinar o objetivo do jornal, quando destacam da sociedade venezuelana as ações políticas e as julgam, desenhando-as como autoritárias e antidemocráticas.

Se a *Folha de S. Paulo* é um veículo direcionado a um público específico, a classe média, e ainda uma empresa com fortes vinculações liberais – e ao considerar-se que todo discurso é ideológico –, o jornal buscou em seus editoriais e em sua cobertura jornalística retratar determinados problemas concretos que julgou importantes para sua orientação ideológica, mas que também diziam respeito à vida material das pessoas, principalmente a de seu público-alvo, ao indicar uma solução para estes problemas e atuar, de certa forma, na maneira como se dá a ação humana na sociedade.

Logo, os problemas levantados pelo jornal brasileiro sobre a sociedade venezuelana foram: a presença de um presidente populista e autoritário, juntamente com um sistema de governo que escapava das diretrizes da liberal-democracia. Ou seja, tratou-se de levantar um problema e propor uma solução, que visava cumprir uma função social clara, a de atribuir um caráter negativo à Venezuela e ao seu presidente – no que tange ao período estudado –, e cultuar a liberal-democracia como um valor universal. Em outras palavras, o discurso da *Folha de S. Paulo* é de caráter ideológico, uma vez que cumpriu sua função de enaltecer a liberal-democracia e de rejeitar qualquer alternativa a esta forma de governo.

Frente à complexidade da dinâmica venezuelana e a grande quantidade de informações referentes à Venezuela e ao presidente Hugo Chávez que são postas a público – principalmente pelos meios de comunicação –, e também pelo alto teor partidário que o processo venezuelano possui, fez-se necessário, no **Capítulo 1** da presente dissertação, apresentar um pequeno retrospecto da História contemporânea da Venezuela. Toma-se como ponto de partida para o capítulo em questão a necessidade de reaver informações sobre a tentativa de

instauração da democracia liberal na Venezuela em 1958. Recupera-se, assim, como tal processo se deu fortemente calcado em uma articulação política restrita aos partidos políticos, conhecida como *Pacto de Punto Fijo*, e como este deu continuidade à manutenção dos mesmos segmentos de classe no poder, ou seja, daqueles associados ao capital internacional.

Tal pacto conseguiu sustentar-se baseado nas exportações do petróleo e com forte repressão aos trabalhadores e aos movimentos sociais e políticos de oposição. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, com as crises e com os ajustes neoliberais, o modelo de governo iniciado em 1958 não resistiu às pressões populares, a principal delas em 1989 conhecida como *Caracazo*. Nesse contexto, surge pela primeira vez em 1992 a figura de Hugo Chávez, que tenta um golpe de Estado contra o presidente Andrés Pérez e, em 1998, vence as eleições para presidente da República. O resgate de tais fatos permite situar o politicismo que permeia a dinâmica do poder venezuelano, como também a singularidade das Forças Armadas naquele país.

Após sua eleição, Chávez aprova em 1999 uma nova Constituição e, em 2001, uma série de *Leis Habilitantes*²⁰ que geram controvérsia, sendo acusado pelos segmentos dominantes no poder político de atentar contra a propriedade privada e de tomar atitudes contra os interesses da nação venezuelana. Na verdade, as leis aprovadas pelo governo Chávez previam uma maior regulação das terras e um controle por parte do Estado da estatal petroleira PDVSA. Tais medidas confrontavam os interesses da antiga elite política e de uma parcela de empresários que controlavam a PDVSA como uma empresa privada. Essa situação tornou mais latente uma polarização presente no país e deixou claro como se colocava a correlação de forças, decorrendo daí os enfrentamentos dos anos de 2002 e 2005, tais como a tentativa de golpe, as greves e o referendo revogatório.

O esclarecimento acerca de como se deu o processo que levou Hugo Chávez à presidência, como foi posta tal correlação de forças e como também se desenhou a realidade social na Venezuela é importante para se adentrar a questão da análise das fontes e entender como a *Folha de S. Paulo* retratou os acontecimentos da sociedade venezuelana, naquele momento. Nesse sentido,

²⁰ Tratadas nos Capítulos 1 e 2 do presente trabalho.

percebe-se que o jornal brasileiro norteou sua análise em duas correntes: uma de crítica ao governo, ou seja, à democracia venezuelana, e outra de crítica pessoal ao presidente, considerado populista nos editoriais da *Folha*.

No **Capítulo 2**, tenta-se elucidar as categorias imanentes às representações da *Folha de S. Paulo* sobre àquela conjuntura e, dentre essas, destaca-se claramente que o fundamento de seu discurso parte de um dado conceito de democracia.

No **Capítulo 3**, seguem-se as determinações dos documentos, no intuito de proceder a uma análise de outra categoria objetivada das representações discursivas do jornal: sobre a alcunha de “populista” atribuída às ações e aos pronunciamentos de Chávez – conceito que carrega em si uma importância para as Ciências Sociais latino-americanas – e, por sua vez, considerada um adjetivo negativo para os políticos tidos como de viés personalista. Dada a insistente recorrência do uso de tal termo, tenta-se recuperar como a *Folha de S. Paulo* identifica e compreende, em cotejo permanente com a bibliografia que versa sobre o tema e que ressalta, particularmente, a crítica ao uso de universais abstratos para a compreensão da realidade histórica. Nesse sentido, essa sessão propõe tornar mais claro como a *Folha* percebe a correlação de forças na Venezuela, e o que o jornal entende como sociedade civil, ao evidenciar quem está vinculado ao seu discurso. A constante análise dos editoriais, apoiada em tal bibliografia possibilitou proceder à crítica analítica e à capacidade elucidativa da realidade, mesmo sob o olhar meramente informativo.

Por fim, no **Capítulo** que encerra o presente trabalho – o das **Considerações Finais** – procura-se recapitular as principais considerações do percurso empreendido, além de também pontuar algumas observações realizadas durante a viagem de pesquisa à Venezuela em junho de 2012, quando, apesar do curto tempo de estada, tornou-se possível conhecer um pouco mais detalhadamente a realidade social venezuelana e a correlação de forças vigente naquele momento, assim como situar sua historicidade. Para tanto, alguns dos centros de pesquisas foram visitados, como o Instituto de Estudos Políticos da Universidad Central de Venezuela (UCV) e também se manteve contato com a bibliografia política e social produzida naquele país. De suma importância para o esclarecimento da realidade venezuelana foi uma entrevista concedida pelo

professor Rodolfo Magallanes, diretor do Instituto de Estudios Políticos e coordenador do Programa de Especialización en Gobierno y Política Pública da UCV, material que garantiu melhor instrumentação para a análise dos pronunciamentos da *Folha de S. Paulo* sobre a Venezuela, como alvo primordial em sua cobertura jornalística.

CAPÍTULO 1

O contexto que possibilita a ascensão de Chávez

Para a compreensão do governo de Hugo Chávez e das condições que possibilitaram sua chegada até a Presidência da República na Venezuela é necessário buscar as origens do modelo político que o precedeu, o chamado *Pacto de Punto Fijo* instaurado no ano de 1958. Tal retrospectiva situa a correlação de forças políticas, econômicas e sociais do país e a consequente alteração verificada com a eleição de Chávez em 1998. Portanto, recuperar as raízes do regime político que visava consolidar uma democracia liberal na Venezuela – mas não conseguiu se sustentar após as crises das décadas de 1980 e 1990 –, é fundamental para entender as pressões populares que provocaram alterações substanciais no poder político desse país.

Ao longo da segunda metade do século XX, a mobilização da sociedade venezuelana se adensou e constituiu-se, desse modo, em uma particularidade que merece destaque, pois se expressa tanto na existência de inúmeros partidos, quanto nas mobilizações que deram visibilidade às demandas específicas de segmentos da população, particularmente no auge das crises da década de 1970, e das consequências das políticas neoliberais implantadas a partir da década de 1980.

New social organizations that sought autonomy from political parties began to emerge in Venezuela in the 1970s. In the early stages of civil society in Venezuela, these social organizations were concerned with nonpolitical issues but by the 1980s the callings for a deeper democratic process began to be voiced. Demands for deepening democracy and greater participation, for a “participatory democracy,” were first articulated by the citizen movement mostly led by middle class. (...) The “political structure did not evolve at the same pace as society and lacked the capacity to channel the enormous forces that have been unleashed” (cited in Cedeño 2006, 93). (CANACHE, 2007, p. 12) ²¹

²¹ CANACHE, Damarys. *Chavismo and Democracy in Venezuela*. To be presented at the SYMPOSIUM on “Prospects for Democracy in Latin America.” University of North-Texas, April 5-6, 2007. University of Illinois at Champaign-Urbana, USA.

O *Pacto de Punto Fijo* expressou inicialmente a intenção dos vários segmentos sociais organizados, isto é, a sociedade civil, de viabilizar a governabilidade após um longo período de inúmeros conflitos e golpes de Estado, sendo que o último golpe antes da instauração do *Pacto* foi promovido por militares ligados ao general Marcos Pérez Jiménez com a intenção de interromper a primeira experiência considerada democrática na Venezuela entre os anos de 1945 e 1948, conhecidos como *Triénio Adecó*, uma vez liderado pelo partido *Acción Democrática* (AD). Naquele momento, a AD ainda possuía algumas características contrárias aos interesses das classes dirigentes venezuelanas, entre elas a permissão da legalidade do Partido Comunista e fortes laços com o sindicalismo organizado do país (ELLNER apud BETHELL, 1996, p. 232).

A solução foi o golpe bonapartista²² e a chegada de Pérez Jiménez ao governo (1952–1958), que cerceou a participação dos partidos políticos existentes, exilou as principais lideranças políticas e sindicais e promoveu uma onda de repressão contra os movimentos sociais venezuelanos.

No entanto, com a demora do regime de ditadura militar em convocar eleições e com a crescente coibição por parte dos aparelhos repressivos estatais, a oposição ao governo foi ampliada e envolveu, inclusive, a setores do empresariado e do Departamento de Estado dos Estados Unidos (MENDES, 2012, p. 62) que, em conjunto com os líderes partidários²³ da AD, da *Unión Republicana Democrática* (URD) e do *Comité Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) que se encontravam no exílio, além de setores das Forças Armadas,²⁴ formaram uma força conjunta para a derrubada da ditadura, que ficou conhecida como *Junta Patriótica*. Este grupo se comprometeu com uma transição pactuada até a democracia, sem correr o risco de alterações substanciais na correlação de forças sociais no país.

²² O conceito em questão será trabalhado, posteriormente, no Capítulo 2 desta dissertação.

²³ O Partido Comunista (PC) teve grande importância, pois, dentre os partidos citados, havia conseguido permanecer mais bem estruturado – mesmo na ilegalidade – durante a ditadura. Essa capacidade de resistir aos ataques do governo ganhou corpo com a publicação do periódico clandestino *Tribuna Popular*, que dava ao partido uma boa influência entre os estudantes e os operários.

²⁴ As diferenças de posicionamento político dentro das instituições militares venezuelanas ficaram explícitas em 2002 quando parte das Forças Armadas envolveu-se em apoio a um golpe de Estado contra o presidente Chávez e outra, em contrapartida, ajudou-o a voltar ao governo e declarou seu apoio ao presidente e a manutenção da constitucionalidade.

O Pacto de Punto Fijo resultou do desgaste e queda do presidente ditatorial Pérez Jiménez (23 jan. 1958), em meio a manifestações populares nas ruas de Caracas, de greves e da insurgência de uma parte das Forças Armadas (Marinha). (KLEIN, 2010, p. 130)

Com a deposição de Pérez Jiménez e o fim do ciclo militar na Venezuela, as diferenças entre os partidos – que haviam sido suspensas, já que todos estavam juntos contra a ditadura militar – torna à cena, particularmente quando são iniciadas as negociações que visam à construção de um novo modelo de democracia para o país. Depois de expulso o Partido Comunista (PC), justificado pelas diretrizes internacionais anticomunistas da Guerra Fria, é elaborado o *Pacto de Punto Fijo*. A proposta era a de costurar um acordo para reduzir as diferenças ideológicas e pragmáticas entre os partidos integrantes da nova *Junta Patriótica* e arquitetar, assim, uma conciliação de classe, já que os líderes dos partidos que compunham o pacto buscavam uma transição sem traumas da ditadura para a democracia, ou seja, sem qualquer mudança na dinâmica política que os reconduzira ao governo.

En lo más que logran acordarse, hacia octubre, los partidos Acción Democrática, URD y Copei es en un programa común y en formar un gobierno de coalición cualquiera que sea el resultado de las elecciones: es el Pacto de Punto Fijo que será observado con bastante fidelidad en el primer quinquenio. (CABALLERO, 2003, p. 141)

Em 1958 são convocadas as eleições que consolidaram o *Pacto* e o retorno da democracia liberal venezuelana após o período entre os anos de 1945 e 1948. Nessas eleições, o candidato da AD, Rómulo Betancourt, saiu vitorioso. Sua plataforma política prometia transformar o país em uma democracia forte e acabar com a constante ameaça de um novo intento militar. Mas, uma vez no governo, os limites da ação política se fizeram presentes, particularmente pela continuidade da ameaça dos militares e, também, porque o governo perdeu apoio das esquerdas venezuelanas – dentre as quais, o Partido Comunista, que permaneceu excluído da dinâmica política do país – em decorrência do contexto internacional marcado pela Guerra Fria e pela perseguição aos comunistas em todo continente latino-americano.

Para resolver a insatisfação dos militares, Betancourt adotou um discurso em que pregou uma aliança com o Estado, concedeu diversas benesses e

manteve privilégios dentro dos quartéis, o que proporcionou uma melhoria nas condições de vida dos oficiais e soldados, além de modernizar as Forças Armadas (CABALLERO, 2000, p. 28). Em relação às esquerdas, o governo promoveu uma intensa repressão aos militantes do PC e ao *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) que, inspirados na Revolução Cubana promoveram a luta armada contra o regime instaurado na Venezuela.²⁵

Cabe ressaltar que, apesar da Venezuela ter sido um dos únicos países da América Latina a não ter enfrentado uma ditadura militar durante as décadas de 1960 e 1970, a repressão imposta aos movimentos contrários ao *Pacto de Punto Fijo* foi intensa, inclusive por resultar, entre outros acontecimentos, na rebelião conhecida como *Porteñazo*, quando uma revolta em um destacamento militar de Barcelona em 1961, seguida por outra em 1962 em Carúpano – com participação do Partido Comunista de Venezuela (PCV) – foi alvo de violenta repressão por parte do Estado que resultou em mais de 400 mortos (KLEIN, 2010, p. 133).

Nesse sentido, nota-se uma continuidade em alguns pontos com a ditadura Pérez Jiménez. Podemos citar o fato de Betancourt ter mantido o órgão repressivo ligado à polícia política dos anos ditatoriais, ao mudar apenas seu nome. A antiga *Seguridad Nacional* foi substituída pela *Dirección General de Policía* (DIGEPOL) e, posteriormente, Rafael Caldera (presidente eleito pela primeira vez entre 1969 e 1974) substituiu-a pela *Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia e Prevención* (DISIP). O sociólogo Rafael Seabra nota que todo período *puntofujista* foi marcado pela existência de grupos de extermínio, sendo, inclusive, uma política respaldada pelo Congresso venezuelano que em 1976

Aprovou a lei Orgânica de Seguridad e Defesa para controle e repressão de atividades guerrilheiras, que em 1978, com as investigações sobre o assassinato de um jornalista revelaram a existência de um esquadrão de extermínio de elite. Ao fim de 1982 o exército e membros da DISIP lançaram uma ofensiva e assassinaram um grupo de 23 guerrilheiros desarmados da *Bandera Roja* no estado de Anzoátegui. De modo semelhante, forças especiais do governo massacraram 16 pescadores,

²⁵Em março de 1961, após Rómulo Betancourt romper relações diplomáticas com Cuba, os comunistas decidiram aderir à luta armada com o objetivo de fazer transformações sociais necessárias, seguindo o caminho do socialismo soviético. Em abril de 1961 muitos militantes saíram da AD para fundar o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) inspirado na Revolução Cubana e na Revolução Boliviana de 1952 (KLEIN, 2010, p. 133).

confundidos com guerrilheiros em agosto de 1988 no estado de Apure. Grupos religiosos e de direitos humanos denunciavam casos de tortura e desaparecimento de pessoas que se encontravam encarceradas, em 1986, foram descobertos vários cadáveres dentro de poços de petróleo abandonados em Zúlia. (EWELL, 2002; LACABANA, 2006; BATTAGLINI, 2001; ELLNER, 2001 apud SEABRA, 2012, p. 77)

Betancourt conseguiu fortalecer e institucionalizar o *Pacto* ao promulgar a Constituição em 1961,²⁶ mas também demonstrou que não tinha interesse em promover grandes reformas no país, além de manter na área externa a política de aproximação com o governo dos EUA. No entanto, a recessão econômica enfrentada pelo primeiro governo *puntofujista* resultou no aumento da exclusão social com a ampliação do desemprego, a diminuição dos salários e, conseqüentemente, um novo rebaixamento da qualidade de vida dos venezuelanos (MARINGONI, 2009 apud KLEIN, 2010, p. 131). A resposta política dada ao problema seguiu os preceitos liberais de investir na iniciativa privada, na confiança de que isso promoveria o desenvolvimento do país e com a promessa de que se reduziria, assim, a miséria.

Segundo José Alfonso Klein, os partidos venezuelanos hegemônicos principalmente AD e COPEI – conseguiram consolidar o *Pacto* por causa da disposição de seus líderes em superar diferenças ideológicas para formar acordos de governabilidade; pela eliminação das forças opositoras, justificado com as diretrizes da Guerra Fria; pelos acordos com os militares que concordaram em se submeter ao controle civil; pela eficácia na mobilização, organização e representação de diversos grupos sociais que enfrentaram forte perseguição estatal e acabaram cooptados, principalmente pelo aparato da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV (KARL, 1991; NAVARRO, 1988 apud KLEIN, 2010, p. 132).

Para Gilberto Maringoni, o acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação do petróleo, que “além de abrigar os interesses das elites, visava amortecer os conflitos sociais mediante lenta, porém constante, melhoria do padrão de vida da maioria da população”. O autor também aponta como características fundamentais do *Pacto* “clientelismo, fisiologismo e corrupção”, traços marcantes de uma dominação que apesar da

²⁶ Em vigor até a adoção da Constituição Bolivariana em 1999.

aparência institucionalizada e democrática, reprimia duramente “qualquer contestação consistente” (2009, p. 62).

No entanto, percebe-se que a constatação dos problemas levantados por Maringoni podem ser considerados como inerentes à própria forma de ser da democracia liberal e da constituição do Estado burguês, que conserva “as condições da exploração capitalista ao preço do sacrifício das condições de expansão do capital” (SADER, 1982, p. 26).

Desse modo, fica evidente que o modelo de democracia proposto pelos grandes partidos venezuelanos se mostrava limitado,²⁷ como se torna claro que no *Pacto de Punto Fijo* a liberdade política era também limitada e que estava presa “às regras do jogo democrático” que, no caso, se reduziam a realização de eleições que não respeitavam uma característica central levantada pelos teóricos neoliberais da democracia, a de alternância no governo. Como pensar a alternância no governo se apenas dois partidos podem vencer as eleições e os dois possuem o mesmo projeto de governo? E, segundo essa linha de raciocínio, o caso venezuelano poderia ser considerado uma democracia, já que a seleção de governantes é limitada entre dois partidos políticos? Nessa perspectiva, percebe-se que o pluralismo e a livre competição na democracia liberal são relativos, pois excluem uma grande parte das forças políticas.

Os limites do pluralismo e da livre competição na democracia burguesa são, portanto, bastante precisos. Podem disputar assentos no Parlamento tanto os partidos que defendem abertamente o capitalismo quanto os ditos “socialistas”, que, por não incluírem no seu programa o desmantelamento do aparelho do Estado burguês, acabam por aceitar a sobrevivência do capitalismo [...]. (SAES, 1989, p. 64).

1.1 – Do crescimento à crise

Ao longo do período que vai de 1969 até meados da década de 1970, a Venezuela experimentou seu “milagre econômico” à semelhança do que ocorrera no Brasil quase no mesmo momento. Tal fase de prosperidade iniciou-se durante o primeiro governo do democrata cristão Rafael Caldera (1969-1974), quando:

²⁷ A questão referente a democracia será abordada no Capítulo 2 do presente trabalho.

El país alcanzó un cierto umbral de modernización sociopolítica expresado en términos de alta tasa de urbanización, un crecimiento económico persistente, incremento de la densidad demográfica con alta concentración en los llamados «polos de desarrollo», fuerte impulso de las actividades económicas no agrícolas, reducción significativa del analfabetismo, una opinión pública cada día más incisiva gracias a la penetración de los medios de comunicación de masas en el seno de la población y, por último, incorporación de los sectores rurales y urbanos, a la participación político-electoral. (SALAMANCA, 1994, p. 10)

A grande quantidade de divisas provenientes da venda do petróleo em decorrência da pressão dos Estados-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) fez os preços “quaduplicarem ao longo desse ano (1973) e novamente triplicarem até o final da década” (MARINGONI, 2004, p. 104), o que permitiu melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores venezuelanos.

Os “bons tempos” levaram a classe média a crer que vivia em um país rico e que em questão de poucos anos chegaria ao Primeiro Mundo. Para os segmentos populares urbanos o acesso ao emprego, à educação e a outros serviços públicos possibilitou a consideração de que estavam “construindo coletivamente o futuro de seus filhos” (LANDER apud MARINGONI, 2004, p. 105).

O modelo econômico baseado na entrada de dividendos petroleiros apresenta a particularidade de não ser redistributivista [...]. O Estado não se financia a partir do ingresso fiscal que cobra determinados grupos sociais internos para realizar benefícios destinados a outros setores da sociedade. É um sistema que se viabiliza fundamentalmente graças a um fator externo. (LANDER apud MARINGONI, 2004, p. 105)

A boa fase na economia do país é aliada ao processo de nacionalização do petróleo – com a criação da companhia Petróleo de Venezuela S. A. (PDVSA) em 1976 – e com o aumento da entrada de recursos na Venezuela que permitiu, apesar da estatização, que a companhia ganhasse autonomia frente ao governo venezuelano, uma vez que continuava atrelada aos interesses do capital

financeiro internacional, com as empresas estrangeiras de capital multinacional (ou transnacional) ainda com parte de seu programa como filiais.

Nesse aspecto, é importante atentar para uma diferença fundamental no que diz respeito à propriedade no setor petrolífero, sendo que existem dois tipos de propriedade: uma sobre o recurso natural e outra sobre a exploração (processamento, transporte, armazenamento e comercialização dos derivados do petróleo). Como a exclusividade estatal é sobre os recursos “brutos”, a iniciativa privada ficava com o processo mais tecnológico e lucrativo no processo de venda do petróleo. Além desse ponto, a Venezuela pagou às empresas estrangeiras grandes indenizações, que ultrapassavam em muito o valor real de mercado dessas companhias (SEABRA, 2012, p. 86).

A existência de reservas petrolíferas abundantes e, conseqüentemente, a renda gerada pela exploração do petróleo desde o primeiro quarto do século XX, refletem os principais motores da economia venezuelana, fato que acabou por produzir uma economia dependente do mercado externo, com baixo desenvolvimento das forças produtivas internas.

[...] Tal mecanismo de acumulação pautado na renda petrolífera deu lugar à formação de uma oligarquia, ou seja, de frações de classe capitalista vinculadas direta ou indiretamente ao setor-primário exportador, cuja acumulação se efetivava principalmente pela distribuição da renda pelo Estado, gerando uma estrutura corporativa em torno deste, em associação estreita com diversos capitais estrangeiros, sobretudo provenientes dos Estados Unidos. Assim, tanto os interesses do capital estrangeiro, como da oligarquia se complementam no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o capitalismo dependente venezuelano. (SEABRA, 2012, p. 52)

Durante os “bons tempos” venezuelanos, as classes dominantes devidamente abastecidas com dinheiro do petróleo fizeram algumas concessões aos trabalhadores, o que elevou a condição de vida dessa parcela da população (quando comparada com a realidade latino-americana no mesmo período). O fato gerou, inclusive, o mito que a Venezuela seria o país mais caracteristicamente social-democrata da América Latina, mito que desmoronou pouco tempo depois (ANTUNES, 2011, p. 37). Mas, quando Caldera volta a assumir a presidência após 20 anos, em 1993, o modelo já se esgotara. Os autores situam tal

esgotamento na década de 1980, mais acelerado durante o quinquênio do segundo mandato de Carlos Andrés Pérez (1989-1994).

Para cumprir os objetivos de seu governo, Pérez buscou investimentos além dos recursos provenientes do petróleo – em grandes empréstimos feitos com instituições financeiras internacionais.

Corregir y superar ese anudamiento de rigideces económicas, trascender el intervencionismo estatal y poner en marcha nuevas reglas de juego sociales y económicas para evitar que la situación empeorara, fue el gran objetivo de su gobierno. En ese contexto se implementó el *VIII Plan de la Nación*, mejor conocido como el «*Gran Viraje*», documento de gran importancia en el cual se ponían en claro los problemas del país, se evidenciaba el agotamiento del modelo basado en la sustitución de importaciones, se cuestionaba el modelo institucional centralista y se postulaba la necesidad de que el Estado dejara espacio para la actividad privada, es decir, para que el mercado operara libremente. Sin embargo, la difícil realidad transitaba por otros caminos. (SALAMANCA, 1994, p. 11)

O endividamento massivo do setor público, como do privado, ocorreu dentro de marcos que foram favoráveis ao sistema financeiro internacional. Quando os investimentos produtivos não atingiram o retorno necessário, em virtude da queda dos preços do petróleo, começou a desenhar-se no país uma grave crise econômica.

Uma das características centrais do rentismo petrolero é justamente a transferência de recursos do Estado para os diversos capitais privados venezuelanos. O período do auge da renda do recurso energético estratégico, aprofundou ainda mais a tendência da burguesia venezuelana em maximizar os lucros com o mínimo de risco, mesmo que isso custasse o endividamento privado e estatal descontrolado, que colocavam em questão a própria sustentabilidade do consenso e da dominação destes grupos. (SEABRA, 2012, p. 91)

Portanto, essas condições resultaram na alteração da dinâmica econômica venezuelana a partir da crise capitalista nos anos 1980, quando deficiências no setor financeiro – não apenas na Venezuela –, mas em toda a América Latina (questão tratada mais adiante), forçou os países a adotarem o neoliberalismo como ideologia dominante para defender os interesses dos países capitalistas centrais.

A onda de privatizações que assolou a América Latina, apontadas como solução para a incapacidade dos países de honrarem as dívidas privadas e públicas contraídas ao longo de décadas, abateu-se também sobre aquele país. Durante os anos 1980, os países latino-americanos foram submetidos a uma série de programas de reajuste econômico para o refinanciamento de suas dívidas, que resultou em novo aumento do desemprego e aprofundou a desigualdade social (KLEIN, 2010, p. 135), com geração de forte resistência “do empresariado e dos trabalhadores organizados, que impediram várias reformas neoliberais durante os governos Campins (1979-1984) e Lusinchi (1984-1989)”, (SANTOS, 2007, p. 113), uma vez que as políticas neoliberais impõem graves condicionamentos à força de trabalho e ao pequeno e médio empresariado nacional, que veem seus negócios quebrarem em função de políticas trabalhistas favoráveis às empresas multinacionais.

Mas, antes de analisar sob maior atenção como se processou o declínio do *Pacto de Punto Fijo*, tentar-se-á, de forma genérica, entender o contexto da crise enfrentada pelos países latino-americanos na década de 1980.

1 2 – Neoliberalismo na América Latina – A crise dos anos 1980-1990

A origem da conhecida crise da dívida que atingiu a América Latina durante as décadas de 1980 e 1990 trouxe consigo graves consequências sociais, políticas e econômicas para o continente e pode ser explicada pela dinâmica das economias dos países de capitalismo avançado, principalmente dos Estados Unidos.

A partir da década de 1970, os EUA experimentaram o fim da fase de expansão pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com grande concentração na esfera produtiva – então utilizada para garantir recursos financeiros norte-americanos deslocados para a reconstrução dos países europeus após o conflito. Assim, as nações latino-americanas deveriam criar um “clima apropriado para o investimento estrangeiro”, principalmente focado na esfera produtiva e que se comprometesse com o desenvolvimento capitalista liberal e com uma ideologia de produção, sem traços nacionalistas e com forte perseguição aos comunistas,

além de amplo controle da classe trabalhadora e dos sindicatos (BETHELL e ROXBOROUGH, 1996, p. 44).

Com o fim dessa fase de expansão capitalista, que começou a se tornar visível com o término do processo da reconstrução europeia e a perda do dinamismo do mercado interno norte-americano (AYERBE, 2002, p. 149), uma “lenta expansão do capitalismo, concentrada na esfera financeira” (SANTOS, 2007, p. 89) teve início e levou ao alargamento da dívida dos países na América Latina e, posteriormente, à crise econômica. Pode-se concluir que durante os

[...] últimos 30 anos a trajetória das economias latino-americanas, com suas respectivas crises de endividamento externo, refletiu, em grande parte as adaptações dessas economias às exigências desse movimento de expansão mundial do capitalismo financeiro, dinamizado a partir dos EUA e demais países centrais. (SANTOS, 2007, p. 89)

Assim, tentar-se-á explicar, de forma resumida, como ocorreu o aumento da dívida dos países latino-americanos que resultou na crise dos anos 1980-1990 e também a mudança significativa na correlação de forças políticas no final do período compreendido entre os anos 1990 e o início dos anos 2000.

Nesse processo, grande “parte dos capitais ociosos desses países foi canalizada para os países latino-americanos na forma de empréstimos concedidos pelo sistema financeiro internacional” (SANTOS, 2007, p. 89), ou seja, os banqueiros provenientes dos países mais ricos emprestavam dinheiro para os países da América Latina procurando maximizar seus lucros, e forneceram, dessa maneira, créditos a juros baixos, tudo isso “com o aval dos governos latino-americanos, seja por necessidade, conformismo ou ausência de projetos econômicos alternativos” (SANTOS, 2007, p. 89). Essa movimentação de divisas para os países latino-americanos se caracteriza em uma transação de capitais especulativos, o que significa que os lucros obtidos nesse processo são implicações do mercado financeiro de ações, e não se caracterizam por investimento direto no país, o que resulta na consequente descapitalização das economias.

Apesar da realização dos empréstimos concedidos a juros baixos, tal concessão foi pactuada de forma flexível. Então, o endividamento na América Latina passou a ser feito através do sistema financeiro controlado pelo mercado,

que poderia ser modificado de acordo com a necessidade do credor. Em outras palavras, com os empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes, qualquer modificação nos juros aumentaria de forma brutal o valor da dívida e de seu serviço. Também cabe ressaltar que, apesar dos empréstimos concedidos aos países da América Latina, a região continuava sendo uma fonte de divisas para os EUA, segundo o historiador Everaldo de Oliveira Andrade:

[...] o saldo comercial negativo da América Latina em relação aos Estados Unidos cresceu constantemente desde meados da década de 1960: no período, entre 1966 e 1970 atingiu US\$ 831 milhões anualmente em média; em 1970 chegou a US\$ 1,399 bilhão. Este desequilíbrio aumentou significativamente nos anos seguintes, com incremento das exportações estadunidenses para a região de US\$ 5,7 para US\$ 15,1 bilhão no período entre 1970-1974. (ANDRADE, 2011, p. 18)

Ainda que grande parte dos recursos em questão fosse desperdiçada por corrupção ou má gestão, em alguns daqueles países possibilitou o financiamento de obras de infra-estrutura, o que gerou fenômenos como o do “milagre econômico” durante a ditadura militar brasileira e os “bons tempos” do primeiro governo Andrés Pérez na Venezuela, por exemplo. O resultado foi a quebra das economias desses respectivos países, com resultados terríveis para os latino-americanos durante a década de 1980. Segundo Luis Fernando Ayerbe, o problema da dívida,

[...] particularmente da América Latina, [com] a política de valorização do dólar e aumento das taxas de juros representou uma dupla penalização: aumentam os encargos com o serviço da dívida, que se torna mais cara, e há um esvaziamento da oferta de capitais, dada a atração exercida pelo mercado financeiro dos Estados Unidos, incluindo os recursos das classes dominantes do próprio Terceiro Mundo. (2002, p. 200)

Já no final da década de 1970, os Estados Unidos alteraram sua política econômica com o aumento das taxas de juros e a intenção de defender a supremacia do dólar no mercado mundial, o que resultou em uma entrada massiva de capitais nos EUA. Essa política, que durou até 1985, levou à eclosão da dívida na América Latina. Os países latino-americanos passaram, então, “de receptores de recursos financeiros externos, [e] se transformaram em remetentes de recursos para o exterior, particularmente para os EUA” (SANTOS, 2007, p. 91).

No final da década de 1970, mais uma vez o rearranjo da política monetária e financeira dos EUA influenciou decisivamente a trajetória do endividamento latino-americano. [...] as políticas do governo norte-americano inverteram a situação, ou seja, ao invés de uma nova liquidez no mercado financeiro internacional, o que se viu foi uma crise de liquidez decorrente do aumento significativo das taxas de juros nos EUA. [...] Os países latino-americanos, que passaram a década de 1970 se endividando num sistema de taxas de juros flutuantes viram seus encargos da dívida multiplicarem por três, com a alta dos juros nos EUA. [...] Entre 1981 e 1985 a dívida externa latino-americana aumentou de US\$ 277,7 bilhões para US\$ 360 bilhões, sendo que durante esse período os países devedores pagaram US\$ 161 bilhões somente de juros. (SANTOS, 2007, p. 91)

Portanto, percebe-se que o aumento de juros nos EUA levou a uma grande transferência de capitais para o país, fato que diminuiu a oferta de crédito para os países da América Latina. Juntamente com esse quadro, se inclui a queda do preço das matérias-primas vendidas pelos países latino-americanos, sendo que o quadro mundial era de recessão, o que diminuiu ainda mais suas receitas, uma vez que o endividamento da década de 1970 não resultará em uma renovação e modificação de suas pautas, que continuaram, essencialmente, compostas de matérias-primas.

Tomadas em conjunto, as baixas receitas das exportações e a alta dos juros nos EUA, além de aumentarem a dívida externa, também trouxeram grandes déficits nas balanças de pagamentos, que não puderam ser financiados com novos empréstimos, pois os bancos haviam suspenso as linhas de crédito dos países. Dentro desse quadro não demorou muito para que vários países latino-americanos anunciassem que não poderiam cumprir seus compromissos de pagamento da dívida externa, começando pelo México em agosto de 1982, com uma dívida de US\$ 86 bilhões. Começava a crise da dívida latino-americana. (SANTOS, 2007, p. 92)

Diante desse quadro, o México, por exemplo, declarou moratória da dívida e causou um temor generalizado no mercado financeiro de que outros países também não honrassem com seus compromissos, o que poderia comprometer todo o sistema financeiro mundial. Portanto, os países devedores foram incentivados a adotar uma política econômica recessiva marcada por “desvalorizações cambiais para gerar superávits comerciais através das

exportações associadas a um duro ajuste fiscal e políticas monetárias restritivas” (SANTOS, 2007, p. 92).

Durante a década de 1980, além de ter que conviver com um quadro econômico recessivo e hiperinflacionário, a América Latina remeteu ao exterior, entre 1982 e 1991, o montante de US\$ 195 bilhões de dólares, quase o dobro, em valores atualizados, do que os EUA concederam como doação, à Europa Ocidental entre 1948 e 1952, sob o plano Marshall. Tanto que o ambiente acadêmico latino-americano passou a fazer referência a esse período como a “década perdida” em termos de desenvolvimento econômico e social. (SANTOS, 2007, p. 93)

Nesse sentido, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ficaram encarregados de negociar a dívida dos países latino-americanos, o que acabou por promover grande influência (e ingerência) dessas instituições nas questões internas dos países, que passaram a aceitar duras condições para ter acesso a empréstimos e ao refinanciamento da dívida, ou seja, adotar

[...] uma política econômica austera, estabelecendo ainda uma série de medidas que implicavam a redefinição do papel do Estado (privatizações das empresas estatais) e a liberalização do comércio, das finanças e dos investimentos através da eliminação de práticas protecionistas e discriminatórias ao capital estrangeiro. (SANTOS, 2007, p. 94)

Conclui-se, portanto, que a crise da dívida na América Latina nos anos 1980 fez parte do reordenamento econômico promovido pelos Estados Unidos e que visava submeter os países latino-americanos às novas características do capitalismo global. Como os países latino-americanos não conseguiam honrar suas dívidas, que aumentaram quando os EUA elevaram suas taxas de juros, foram submetidos a um pacote de ajustes que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, uma série de medidas monitoradas pelo FMI e pelo Banco Mundial que tomaram à frente no planejamento e ação dos Programas de Ajustes Estruturais na América Latina.

Portanto, esses Programas de Ajustes Estruturais objetivavam garantir que os novos empréstimos feitos aos latino-americanos fossem utilizados dentro da agenda neoliberal definida desde os anos 1970 pelos EUA e pelos países

centrais. Cabe observar que a aplicação de políticas neoliberais está sujeita às características e formações históricas de cada sociedade.

Uma vez realizados os empréstimos, as instituições financeiras passaram a monitorar periodicamente o cumprimento das metas dos programas, através de missões que avaliavam as medidas tomadas pelos países para alcançarem essas metas, bem como o cumprimento do calendário de execução [...]. Essas Reformas, em geral, ocorreram de acordo com o seguinte roteiro; a liberalização do comércio, através da redução e unificação das taxas alfandegárias; um programa de privatização das empresas estatais; a reforma tributária; a propriedade da terra e a privatização da terra cultivável; a flexibilização do mercado de trabalho; a desregulamentação do sistema bancário; a liberalização da movimentação de capital; programas de “diminuição da pobreza”; medidas de *Good governance* (Boa governança), que implica a “democratização” das sociedades, ou seja, a reafirmação de democracias de mercado. (SANTOS, 2007, p. 102)

A escalada neoliberal na América Latina pode ser entendida como o “desmonte do incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar social, de instauração do pleno emprego e de mediação dos conflitos socioeconômicos”, sendo que esse objetivo, segundo Decio Saes, para ser alcançado necessita da ação de três políticas estatais específicas:

A primeira delas é a política de privatização das atividades estatais: não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais como até mesmo a desestatização de atividades administrativas [...]. A segunda delas é a política de desregulamentação: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia [...]. A última dessas políticas é a política de abertura da economia ao capital internacional: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico [...]. (SAES, 2001 p. 82)

Nesse sentido, o aumento da dívida externa repercutiu na América Latina com graves consequências sociais para a região. No entanto, os programas de ajustes estruturais propostos pelas instituições financeiras não foram aceitos sem contestação de setores organizados da sociedade latino-americana. Assim, o caso venezuelano é exemplificador, uma vez que a crise da dívida e a adoção de diversos pacotes de medidas impostos pelo FMI levaram a uma das maiores insurreições populares no país no ano de 1989, conhecido como *Caracazo*, expondo as fragilidades do *Pacto de Punto Fijo*.

La acumulación de distorsiones sociales y económicas que alimentaron una situación de deterioro psicosocial en importantes sectores de la población, unida a la especulación desatada por comerciantes acaparadores y la alarma creada por el anuncio de una severa política económica que sustituiría el modelo prevaleciente desde 1958, provocó la explosión social del 27 de febrero de 1989, sin antecedentes en la historia contemporánea del país. (SALAMANCA, 1994, p. 12)

1.3 – Fragmentação dos segmentos dominantes e fortalecimento da mobilização social

As agudas crises da década de 1980 levaram a crer que *“la década de los ochenta marca el principio de una larga crisis económica y social que tuvo efecto a largo plazo de minar la legitimidad del sistema democrático en general [...]”* (PEELER, 2007, p. 26) e dão início a uma série de manifestações que levaram ao fim do *Pacto de Punto Fijo* e colocaram sobre o que restava da elite política *puntofujista* a ameaça persistente de desaparecimento e liquidação (SALAMANCA, 1994, p. 12).

Sob a expectativa do controle da crise vivida no país, o ex-presidente Carlos André Pérez venceu as eleições de 1988 com grande apoio popular – aproximadamente 56,4% dos votos válidos (MARINGONI, 2009, p. 69) –, em uma campanha de forte teor nacionalista e que prometia o retorno aos “bons tempos” da década de 1970.

Em 4 de dezembro de 1988, Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez, com a consagrada marca de 56,4% dos votos válidos. Mais do que ninguém, o líder *adeco* personalizava a prosperidade petroleira da década anterior e sua situação de crescimento econômico, altos níveis de emprego e melhoria constante no padrão de vida da população. (MARINGONI, 2009, p. 69)

No entanto, logo em seu primeiro ano de mandato, o presidente colocou em prática um “duro pacote fiscal de caráter neoliberal” (SADER, 2009, p. 43) imposto pelo FMI e o Banco Mundial, ante a promessa de conseguir créditos de cerca de 4,5 bilhões de dólares junto à instituição. Em contrapartida, o FMI exigia que certas medidas fossem tomadas, entre elas: o aumento do preço da gasolina, o controle de câmbio, a diminuição dos créditos, o congelamento dos salários e a desvalorização da moeda nacional (MARINGONI, 2009, p. 60). Tais medidas

provocaram uma péssima repercussão na população que, insatisfeita com os primeiros atos do governo, sai às ruas da capital Caracas.

[...] O governo Carlos Andrés Pérez, contrariando o que havia prometido nas eleições e sem promover um debate nacional a respeito do assunto, aplicou um tratamento de choque na economia ao implantar um programa de ajuste estrutural pactuado com o FMI e Banco Mundial. O pacote econômico de Pérez – como ficou conhecido o programa de estabilização adotado em 1989 – continha a velha receita ortodoxa: desvalorização cambial; restrição monetária; alta dos juros; aumento das tarifas públicas; fim dos subsídios estatais, com o aumento da gasolina e do transporte público no país que é grande produtor de petróleo; liberalização de preços e suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida. (SANTOS, 2007, p. 113)

Em resposta ao pacote adotado por Pérez, a população começou uma série de protestos no dia 27 de fevereiro de 1989, o *Caracazo*, que potencializou o grave quadro social vivido no país. Segundo Klein (2010, p. 136), se tratou de uma verdadeira revolta civil, onde centenas de pessoas foram mortas, essencialmente a parte mais necessitada da população que enfrentava severas condições de vida.

Na década de 1980-1990, os índices socioeconômicos negativos, contra a classe trabalhadora e demais empobrecidos e a concentração de riquezas para os já mais ricos provocaram a maior revolta popular na Venezuela (*Caracazo*, 1989), como consequência direta das políticas neoliberais aplicadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez. Segundo dados estatísticos (CEPAL) analisados por Cano (2001), o mercado venezuelano em crise (1989) reduziu as importações em 45%, a mineração interna acumulou uma redução de 7,9%, a exploração de petróleo teve um crescimento de 40% motivado pela exportação, que resultou em um crescimento de 20% da indústria. O setor de serviços teve pequeno crescimento de 15,7%. O desemprego subiu de 6% para 11%, o trabalho informal subiu de 35,4% para 41,8%. O salário médio da classe trabalhadora reduziu em 49,8% (entre 1978-1990). Os índices de indigência e pobreza acentuaram-se assustadoramente no país. O percentual de famílias abaixo da linha de pobreza que estava 22% subiu para 34% e o percentual de famílias na indigência de 7% subiu para 12%. Os 20% da população urbana mais pobres que recebia (1981) 6,9% da renda do país caiu para 5,7% (1990) e os 20% mais ricos tiveram um crescimento na concentração de renda de 37,8% para 44,6%. (KLEIN, 2010, p. 101)

A real função social das políticas neoliberais fica ainda mais evidente quando são confrontados os dados referentes aos gastos em política pública.

Segundo Klein, o governo Andrés Pérez “desmantelou a educação, a saúde, e a previdência social. Em contrapartida, a redução da carga fiscal melhorou a situação dos mais ricos, por que não existe uma política de imposto progressivo no país” (2010, p. 102). Também é necessário notar a piora promovida nas condições de trabalho e a redução dos direitos dos trabalhadores venezuelanos, enquadrados em uma política de superexploração, em que se fixou “tetos de 90 e 150 dias de salários para a indenização, achatando assim seu montante, reduzindo custos para a empresa (e reduzindo o ganho do trabalhador)”, o que estimulou a permanência da mão de obra assalariada por longo período e desestimulou a dispensa sem justa causa (KLEIN, 2010, p. 102).

[...] en enero de 1994 con la intervención oficial del Banco Latino, el segundo del país, al cual se unieron ocho bancos más que entraron en el sistema de asistencia financiera del Estado venezolano. Con esta última crisis (verdadera explosión financiera) cierra el quinquenio del *Gran Viraje*; durante el trayecto Venezuela sufrió de todo tipo de desarticulaciones: sociales, económicas (el reajuste anti-estatista), militares (los fallidos golpes militares del 4 de febrero y el 27 de noviembre de 1992), judiciales (la remoción del presidente Carlos Andrés Pérez), culturales (la crisis del rentismo estatal, aunque la dinámica financiera generó una nueva modalidad de rentismo individualista: el bancario, distinto del estatal, o social, que evidentemente languidece desde hace ya varios años). (SALAMANCA, 1994, p. 14)

Nesse contexto, surgiram as primeiras tentativas de insurreição populares e de setores das Forças Armadas que vislumbravam o fim do *Pacto de Punto Fijo*. Uma delas aconteceu no ano de 1992, colocada em prática pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frías que, sem conseguir tomar a capital, Caracas, fora preso pelas forças do governo. Sua libertação, conforme Salamanca, constitui um “nuevo potencial de reajusta del mapa político nacional”.

A história do então jovem militar era espelho de uma situação comum nas Forças Armadas, que por meio do contato com partidos de esquerda na organização – após a década de 1960 – conseguiram influenciar muitos jovens de origem humilde que ingressavam nas fileiras do Exército como forma de ascensão social. Segundo Flávio da Silva Mendes, citando Margarita López Maya, uma vez no Exército, esses jovens entravam em contato com uma realidade culturalmente rica, apesar da disciplina e da hierarquia a que estavam submetidos, além de vivenciarem as contradições da sociedade venezuelana (2012, p. 137), o que

gerava, de certa forma, uma maior conscientização dentro das Forças Armadas venezuelanas. Essa dinâmica deu origem, por exemplo, a primeira organização política de Chávez, o *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR-200).²⁸

Apesar de não ter alcançado sucesso na tentativa de chegar ao governo, Hugo Chávez se tornou, a partir daí, uma pessoa pública na política venezuelana, principalmente após a declaração em Rede Nacional de Televisão – posteriormente ao golpe frustrado –, quando convocou seus companheiros a entregar as armas e pronunciou que seu objetivo havia sido derrotado “por enquanto”:

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontraram no regimento de paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valencia. Companheiros: lamentavelmente, *por enquanto*, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. O comandante Chávez lhes lança esta oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar. Muito obrigado. (CHÁVEZ, Hugo. “Pronunciamento após a tentativa de golpe em 1992”. MARINGONI, 2004, p. 144)

Com seu governo cada vez mais desgastado, Andrés Pérez é deposto em 1993, acusado de corrupção. No entanto, sua saída estava relacionada ao repúdio geral às suas políticas econômicas, inclusive pelos líderes de seu próprio partido, a *Acción Democrática* (ELLNER, 2003 apud SANTOS, 2007), evidenciando um traço particular da utilização da denúncia de corrupção, que não visa uma melhoria no funcionamento estatal com uma melhor gestão dos recursos, mas, sim, com um objetivo puramente político. Em outras palavras, como arma política para desestabilizar o oponente.

Com o descontentamento da população em relação à situação política, social e econômica da Venezuela, venceu as eleições de 1993 um candidato

²⁸ Para uma caracterização detalhada do partido, consultar MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

aparentemente fora do *Pacto de Punto Fijo*. Rafael Caldera, um dos líderes históricos da COPEI e presidente da República entre 1969 e 1974, rompeu com seu partido de origem e foi eleito por uma composição de partidos denominada *Convergencia*, que adotava um discurso contrário às reformas neoliberais. No entanto, a eleição de Caldera – um dos fundadores do *Pacto* –, na verdade representou uma tentativa de preservação do regime *puntofujista*. Segundo o cientista político Rodolfo Magallanes, em entrevista concedida no Instituto de Estudios Políticos da Universidad Central de Venezuela, em Caracas (2012):

Em 1993, Caldera – que era um dos fundadores da COPEI – se apresenta como um candidato “outsider”. [...] Mas isso não é tão fundamental uma vez que, ao final, uma das características do governo de Caldera é que termina aliado a AD para viabilizar seu governo. Na prática, seu governo foi da COPEI. Não houve uma ruptura ideológica e política com as bases sociais da COPEI durante o governo Caldera, não houve uma mudança. O governo de Caldera é uma continuação dos governos anteriores, não há ruptura. Inclusive, se aplica um programa de Ajuste Econômico de caráter, com acessória dos organismos multilaterais. (MAGALLANES, 2012)²⁹

Uma vez como presidente Caldera manteve a política de Pérez e colocou em prática a “Agenda Venezuela”, que se constituía em um conjunto de reformas amplamente afinadas com o pacote neoliberal iniciado por Pérez, onde se manteve fidelidade a:

[...] abertura do setor petrolífero à participação do capital estrangeiro. Continuou também, o programa de privatizações, com a venda da Companhia Nacional Siderúrgica (Sidor) e ainda foi feita a reforma no sistema de seguridade social permitindo a participação privada nos sistemas de saúde e pensão. No final do governo Caldera, os índices de pobreza haviam alcançado 86% da população do país. Deste total, 65% viviam em pobreza absoluta. (SANTOS, 2007, p. 115)

Referente à abertura petroleira, é importante ressaltar que a “Agenda Venezuela” promoveu uma política neoliberal no setor. Essa política se amparava nas próprias leis de nacionalização para reformar contratos de comercialização e assistências técnicas que davam privilégios ao investimento do capital estrangeiro

²⁹ Entrevista concedida ao autor pelo cientista político Rodolfo José Magallanes, no Instituto de Estudios Políticos (Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas) da Universidad Central de Venezuela, em Caracas, no dia 18/06/2012.

no setor. A aplicação da política em questão levou a uma diminuição dos *royalties* pagos ao Estado, que eram de 16,6%, para apenas 1% (SEABRA, 2012, p. 104).

Assim, chega-se à conclusão de que o *Pacto de Punto Fijo*, apesar de proporcionar eleições regulares, não passava de um modelo político elitista e centralizador (principalmente entre AD e COPEI, que representavam o mesmo projeto de país, inexistindo uma alternância no governo) que distribuía as rendas do petróleo de forma desigual entre a sociedade, sendo auxiliado pelo registro do bom momento econômico vivido nos anos 1970. Verifica-se, igualmente, que enquanto os rendimentos do petróleo estiveram altos foi possível manter a democracia *puntofujista*, sempre sob a promessa de crescimento e diminuição de pobreza. No entanto, quando estourou a crise da dívida na década de 1980 e a implantação das reformas estruturais de cunho neoliberal – que trouxeram graves consequências para a população –, os partidos tradicionais caíram em descrédito e possibilitaram o surgimento de lideranças, à margem dos mesmos.

O surgimento de Hugo Chávez na cena política venezuelana integra esse contexto. Nascido no ano de 1954, no estado de Barinas (cerca de 450 km de Caracas), Chávez concluiu os estudos superiores e tornou-se mestre em Ciências Políticas. Sua família apresentava ativa participação política: seu pai era membro da COPEI e o irmão mais velho de Chávez foi militante de esquerda, iniciando o irmão mais novo na vida política quando intermediou – na década de 1970 – encontros com grupos e partidos de esquerda, principalmente com o líder do *Partido Revolucionário Venezolano* (PRV), o ex-guerrilheiro Douglas Bravo, um dos mais importantes políticos do país. Chávez se candidatou à presidência da República em 1998 pelo *Movimiento Quinta República* (MVR), com grande apoio entre as classes mais baixas da população – sob uma aliança conhecida como *Gran Polo Patriótico* (GPP) –, que apresentou um discurso contrário aos partidos políticos tradicionais e à democracia representativa, propondo um modelo alternativo de uma democracia mais participativa.

1.4 – Chávez e a refundação da República

No ano de 1998, Hugo Chávez elegeu-se e assumiu a presidência da República na Venezuela, após o esgotamento dos partidos políticos tradicionais e de seus líderes. No período, também se evidenciou a situação do país após a

repercussão das profundas crises e reformas neoliberais ocorridas durante os anos 1990, que aumentaram a desigualdade social. Os mais diversos setores populares, urbanos e camponeses, depositaram então suas esperanças em um militar que, anos antes, tentou tomar o governo por meio das armas e que se apresentou como alternativa aos fracassos dos políticos tradicionais.

Como primeiro passo ao iniciar o governo – intitulado *revolucionário* – e com o intuito de sepultar o antigo modelo político, convocou-se uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição,³⁰ com a finalidade precípua de “*refundación de la República*” (COMBELLAS, 2007, p. 29). De fato, Chávez se comprometeu a substituir a Constituição venezuelana no mesmo dia em que tomou posse:

Juro diante de Deus, juro diante da pátria, juro diante de meu povo e diante desta Constituição moribunda cumprir as transformações democráticas necessárias para que a República tenha uma nova Constituição adequada aos novos tempos. (CHÁVEZ apud MARINGONI, 2009, p. 113)

A nova Carta proposta pela Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela e que passou a vigorar conta com algumas mudanças em relação à Constituição de 1961. Sob a perspectiva de ampliar a participação social no poder político, foram instalados cinco poderes: Executivo, Legislativo, Cidadão, Judiciário e Eleitoral, com o objetivo de promover uma democracia “*participativa y protagónica*”, em detrimento da democracia representativa proposta pela antiga Carta.

Segundo a nova Carta, a democracia participativa tem como objetivo levar o povo a ter um papel participativo e protagonista na vida política venezuelana, na qual todos os cargos eleitos estão submetidos à suspensão e grande parte das decisões políticas é aprovada por meio de plebiscitos (SOSA, 2002, p. 25). A intenção é “a introdução de um conjunto de modalidades participativas, mais próxima à democracia direta, combinadas à democracia representativa. A

³⁰ Apesar de não ser objeto do presente trabalho, se faz necessário apontar que a Constituição venezuelana de 1999 (Constituição Bolivariana) serviu de parâmetro para as Cartas de países que também experimentam transformações políticas, sociais e econômicas, como a Bolívia e o Equador. A aproximação entre esses países é de suma importância, pois a cooperação entre eles assume um caráter dialético, onde os avanços e retrocessos são assimilados na tentativa de construção de uma alternativa às políticas neoliberais que dominaram a América Latina durante as últimas décadas.

combinação destas formas democráticas representativas com formas democráticas diretas é encontrada no Artigo 62 da Constituição [...]” (SEABRA, 2012, p. 122).

Todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de participar livremente nos

[...] assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos ou eleitas. A participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é meio necessário para lograr o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática. (Constituição da República Bolivariana da Venezuela apud SEABRA, 2012, p. 122)

Portanto, trata-se de ampliar o poder decisório e participativo da população venezuelana, objetivo que possui grande importância na Constituição do país. Segundo Luis Salamanca, “56 artigos do texto são dedicados direta ou indiretamente à participação e, além disso, a expressão de “partidos políticos” não aparece nenhuma vez no texto constitucional, constando apenas uma vez na exposição dos motivos” (SALAMANCA, 2004 apud SEABRA, 2012, p. 122). A denominada “democracia direta” prevista nessa Constituição tem sido objeto de estudos dos mais diversos intelectuais e pesquisadores. Segundo Damaris Canache:

As delineated in Art.70 of the Constitution, direct participation means that the people have the right to use and activate a series of participatory mechanisms, including elections, referenda, citizen legislative initiatives, citizen assemblies, and so on, which are conceived as means of direct citizen participation in political affairs. Beyond this, in the economic and social spheres, this perspective recognizes a protagonist role to the people organized in social organizations such as community organizations, cooperatives, associations, and so on, to participate actively in the decisions concerning their particular needs and affairs. In sum, this perspective conceives of democracy as a means of empowerment of the people by promoting their direct participation in public affairs. (CANACHE, 2007, p. 16)

Assim, fica claro que se objetiva um distanciamento do modelo político baseado nos partidos políticos do *Punto Fijo* e se busca novas formas de aumentar a participação direta dos venezuelanos nos assuntos públicos. Para Rafael Seabra, a democracia participativa e protagônica deve ser entendida como

a consolidação de “um novo ideário político centrado no estímulo e exaltação do protagonismo coletivo por cima de qualquer outro agente político”, quer dizer, “[...] a ideia de democracia, tal como se apresenta no processo bolivariano, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual” (SEABRA, 2012, p. 123).

A Constituição de 1999 também modificou a extensão do mandato presidencial ampliado em um ano (de cinco para seis anos) e o nome do país, que passou a ser República Bolivariana da Venezuela. Também ficou determinado o retorno da possibilidade de participação direta das Forças Armadas na vida política venezuelana – que ao fim dos anos 1950 havia sido tolhida em decorrência da “Doutrina Betancourt”³¹ –, que ressurgia por meio do *Plan Bolívar 2000*, que tinha como objetivo reintegrar as Forças Armadas na dinâmica política e social do país. Segundo o próprio Chávez, em entrevista ao ex-aliado e atualmente ferrenho opositor, o cientista social e economista Heinz Dieterich, este plano colocou nas ruas “una Fuerzas Armadas de casi cien mil hombres [...] trabajando junto a los pueblos, buscando la manera de elevar el nivel de vida del pueblo” (CHÁVEZ apud DIETERICH, 2007, p. 57). As ações compreendiam uma grande quantidade de soldados para suprir deficiências em diversas áreas que seriam da responsabilidade do Estado, deixando clara a intenção do governo de colocar em prática uma aliança cívico-militar no país.

A nova Constituição nacional também contém claros avanços em relação aos Direitos Humanos, pois passou a incorporar os direitos indígenas e ambientais; reafirma o controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; garante aos militares o direito de voto; reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; garante a indenização do trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho; incorpora donas de casa e trabalhadores da economia informal ao sistema de seguridade social e confere o direito a saúde, educação e aposentadoria como deveres do Estado (SEABRA, 2012, p. 122).

Após a elaboração da nova Carta foi realizado um plebiscito para consultar a população sobre sua aprovação. A Constituição foi sancionada com 71,78% dos

³¹ Política que pregava o afastamento dos militares venezuelanos na vida política do país e a distância nas relações diplomáticas com regimes militares. (ELLNER, 1996, p. 254)

votos (COMBELLAS, 2007, p. 71), no dia 15 de dezembro de 1999. Com a Constituição aprovada, foram convocadas eleições para todos os cargos eletivos do país com o intuito de legalização dos cargos, reelegendo-se Chávez. Estas eleições ficaram conhecidas como “Mega eleições”. Neste contexto, a Constituição de 1999 foi considerada um símbolo do rompimento com as práticas *puntofujistas* e um marco do novo governo, que objetivava deixar para trás as marcas do *Pacto de Punto Fijo* (SOSA, 2002, p. 34). O jornalista Francisco Sant’Anna, em seu trabalho intitulado *América Latina: um tema fora da pauta* observou que na ocasião da realização da “Mega eleição” em 2000 o jornal *Folha de S. Paulo* conferiu tratamento diferente aos candidatos (Sant’Anna faz um levantamento dos editoriais da *Folha*). O autor, como forma de simplificar seus resultados, desenvolveu o seguinte quadro:

| Hugo Chávez | Francisco Árias |
|---|---|
| Autocrático | Democrático |
| Um risco a tranquilidade do país | Defensor da propriedade privada |
| Paternalista e intervencionista | Defensor da Modernidade |
| Decadente, Demagogo | Detentor de credibilidade internacional |
| Amigo de Cuba e de Fidel Castro | Defensor do Estado de Direito |
| Ineficiente, incompetente | Experiência administrativa |
| Pôs a Venezuela no caminho de uma política de confronto, incentiva a delinquência, invasões de terras e de propriedades | Homem de posição moderada Defensor da Economia humanista |
| Tolera corrupção | Combate a corrupção |
| Afastou-se do ideal revolucionário | Defende os ideais revolucionários |
| Tenente-coronel que coliderou o fracassado levante militar contra a ordem democrática | Ideólogo do movimento |

Tabela 1 – Comparação entre o tratamento editorial concedido aos dois candidatos à presidência da Venezuela (SANT’ANNA, Francisco. *América Latina: um tema fora da pauta*. p. 17)

A forma como o presidente venezuelano foi caracterizado pelo jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, ainda no ano de 2000, antecipa a maneira como se processou a cobertura no período proposto por este trabalho. No entanto, apesar

de sofrer resistências em seus primeiros atos como presidente da República, Chávez procurou não entrar em divergências com as forças de oposição e com as elites empresariais do país, já que seu principal objetivo era manter o equilíbrio macroeconômico e controlar a inflação, inclusive ao promover encontros com empresários estrangeiros com o intuito de incentivar os investimentos na Venezuela. Seabra – baseado nas observações de Lander –, salienta que “em reiteradas oportunidades, o Presidente Chávez se reúne com investidores estrangeiros instando-os a investir na Venezuela, garantindo-lhes segurança jurídica e estabilidade política” (2012, p. 126).

Entretanto, na área econômica, em 15 de novembro de 2001, o presidente Chávez colocou em vigência 49 *Leis Habilitantes* (*Leyes Habilitantes*).³² Dentre elas, três ganharam importância e geraram grande divergência dentro da sociedade. A primeira foi a Lei de Pesca e Aquicultura (*Ley de Pesca y Acuicultura*), onde se faz uma separação entre pesca artesanal e industrial. No documento é prevista uma nova margem limite para a realização da pesca industrial, sob a alegação de que a mesma prejudicava o ecossistema da região e tirava empregos dos pescadores artesanais.

Essa lei gerou forte descontentamento por parte da *Federación Nacional de Asociaciones de Productores Pesqueros de Venezuela* (Fenapesca) que entrou com ações judiciais para anular sua validade. Todavia, a validade e o impacto dessa lei podem ser relativizados, uma vez que a margem limite prevista pela legislação, na prática, já existia, levado em consideração o tamanho das embarcações responsáveis pela pesca industrial, que só é possível em certas profundidades (LANDER, 2004).

A Lei de Terras (*Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*) também provocou discordância, pois foi criado o *Instituto Nacional de Tierras* (INTI) com o objetivo

³² Semelhantes às Medidas Provisórias existentes na política brasileira, as *Leis Habilitantes* permitem que o Executivo coloque em vigência certas leis sem que seja necessária a aprovação na Assembleia Constituinte. Ou, como consta do Artigo 203 da atual Carta venezuelana: “São leis habilitantes aquelas sancionadas pela Assembleia Nacional por três quintas partes de seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República, com classificação e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar prazos de sua vigência”. Cf. Gilberto Maringoni. “Hugo Chávez desperta ira dos mercados, dos Estados Unidos e da direita”. In *Carta Maior* (10/01/2007). Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=13260 Acesso em: 13/03/2013.

de fiscalizar as propriedades agrárias do país. Tornou-se necessário, então, que todos os proprietários de terra comprovassem a posse no INTI por meio de um registro agrário. Os proprietários que não possuíssem o registro que comprovava não apenas a posse da terra, mas também sua utilização, ocupação e produtividade seriam alvos de processos visando a desapropriação da mesma.

Desse modo, a existência da lei causou um grande número de manifestações que acusavam o governo de atentar contra a propriedade privada, o que não se confirmava, pois a única objeção da Lei de Terras era a comprovação da posse e, isso feito, a propriedade estaria confirmada e assegurada (LANDER, 2004). Segundo o documento, a lei:

Tiene por objeto establecer las bases del desarrollo rural integral y sustentable; entendido este como el medio fundamental para el desarrollo humano y crecimiento económico del sector agrario dentro de una justa distribución de la riqueza y una planificación estratégica, democrática y participativa, eliminando el latifundio como sistema contrario a la justicia, al interés general y a la paz social en el campo, asegurando la biodiversidad, la seguridad agroalimentaria y la vigencia efectiva de los derechos de protección ambiental y agroalimentario de la presente y futuras generaciones. (LANDER, 2004)

A Lei de Hidrocarburos, por sua vez, projetava maior lucratividade por parte do Estado nas rendas provenientes do petróleo, além de diminuir a autonomia da companhia estatal *Petróleo de Venezuela S. A.* (PDVSA),³³ que levou Chávez a ser acusado de prejudicar o desenvolvimento do país e de gerar mais desemprego e recessão. Aqui se verifica uma questão delicada, pois, na verdade, o texto “*reserva para el Estado la actividad petrolera y otras de carácter estratégico*”, pois pregava:

Los yacimientos de hidrocarburos existentes en el territorio nacional, cualquiera que sea su naturaleza, incluidos aquéllos que se encuentran bajo el lecho del mar territorial, en la plataforma continental, en la zona económica exclusiva y dentro de las fronteras nacionales, pertenecen a la República y son bienes del dominio público, por lo tanto, inalienables e imprescritibles (LANDER, 2004).

³³ A Constituição de 1999 reforça a soberania popular em relação à PDVSA, impossibilitando que a empresa possa ser privatizada; no entanto, esta restrição não incorpora suas filiais produtoras.

O documento também previa um limite e uma regulamentação para as associações de empresas privadas:

Las actividades primarias indicadas en el artículo 9, serán realizadas por el Estado, ya directamente por el Ejecutivo Nacional o mediante empresas de su exclusiva propiedad. Igualmente podrá mediante empresas donde tenga control de sus decisiones, por mantener una participación mayor de cincuenta por ciento del capital social, las cuales a los efectos de este Decreto Ley se denominan empresas mixtas. Las empresas que se dediquen a la realización de actividades privadas serán empresas operadoras. (LANDER, 2004)

Assim, ao defender a hegemonia estatal e regular as sociedades com empresas internacionais, a *Lei Habilitante* que trata da questão petrolífera agitou a organização interna e os interesses dos executivos da estatal PDVSA que durante décadas ganhou autonomia frente às determinações do Estado, com um comportamento de empresa privada e defendendo os interesses de seus executivos, contrapondo-se ao que se esperava de uma empresa pública, cujo dever seria o de prezar os interesses do povo venezuelano.

1.5 – O acirramento das contradições de classe

Após a adoção dessas leis, a polarização já existente na Venezuela entre as classes se acirrou. Esta polarização ficou clara com a convocação, por parte da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción* (Fedecameras),³⁴ da sociedade civil venezuelana para ir às ruas contra Chávez. Entretanto, para a Fedecameras, a sociedade civil se “caracterizava pelos setores médios e altos” (MARINGONI, 2006, p. 77).

A correlação de forças na Venezuela já podia ser constatada facilmente, “a base de apoio de Chávez” era composta abertamente pelas “classes populares e setores das Forças Armadas”, enquanto que a oposição, ou “antiga classe

³⁴ Segundo Mariana de Oliveira Lopes, a “Fedecameras é uma organização patronal, que representa a cúpula do setor empresarial venezuelano. Seus objetivos são: fortalecer posição do empresariado, desenvolver processo de mudança e o programa de ajuste estrutural, defendendo a abertura econômica. Afiliados a essa organização encontramos: agricultura, comércio, energia, meios de comunicação, pecuária, transporte, serviços de telecomunicação, associações bancárias e serviços de cartões de crédito, construção, indústria, minérios, seguros e turismo”. (2007, p. 8)

dominante” era formada pelas “empresas petroleiras, capital financeiro, cúpula do movimento sindical dos trabalhadores (CTV),³⁵ Igreja e alto comando das Forças Armadas, grandes corporações de telecomunicações, além da Fedecameras” (OLIVEIRA LOPES, 2007, p. 7).

Essa polarização contextualizava um cenário no qual a Venezuela se encontrava dividida: um lado composto pelas classes médias e baixas, que apoiavam Chávez e o governo bolivariano que priorizava ações sociais, e outro composto pelo empresariado vinculado ao capital internacional, extremamente contrário a Chávez. Um desenho assim configura, segundo a socióloga Margarita López Maya, uma luta hegemônica entre dois atores políticos que portam projetos políticos distintos. Enquanto a oposição propunha um projeto de bases neoliberais, o governo colocava em prática um plano nacionalista:

Venezuela ha experimentado tiempos convulsionados desde finales de 2001. En la sociedad se libra una lucha hegemónica entre actores reunidos en dos polos que portan proyectos políticos sustancialmente distintos, y que hasta la fecha se perciben como excluyentes. (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 106)

Os proprietários, em geral, fossem do capital financeiro ou do capital produtivo industrial, viam em Chávez uma ameaça aos seus interesses, enquanto os trabalhadores e setores populares urbanos, ligados à prestação de serviços e comerciários, encontraram no presidente uma forma de serem ouvidas e atendidas suas demandas após um longo período de recessão. Ainda conforme López Maya, a oposição chavista respondeu a aprovação das *Leis Habilitantes* com a convocação de uma greve em dezembro de 2001, quando então entidades filiadas à Fedecameras realizaram um protesto nacional contra as políticas do governo. “Na realidade, esta seria a primeira de uma ofensiva oposicionista que levaria a um golpe de Estado em 2002”, diz a autora.

³⁵ O caráter e a constituição da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela serão tratados mais adiante, ainda nesse Capítulo.

1.6 – O golpe de abril de 2002 e o fortalecimento do governo chavista

Após a adoção das *Leis Habilitantes*, a oposição chavista, que desde sua candidatura em 1998 se encontrava desarticulada, concentrou-se e reorganizou-se com o objetivo de criticar não apenas a aprovação das leis, mas também o governo de Hugo Chávez como um todo. A oposição alegava que o próprio governo teria se comportado de forma contrária à Constituição quando aprovou as *Leis Habilitantes* sem a participação e consulta direta da população, dando início a uma série de eventos que, além de levar a um golpe de Estado em 2002 e criar um enorme prejuízo financeiro ao país – resultado de uma Greve Geral dos trabalhadores da estatal petrolífera, a PDVSA –, potencializou o caráter polarizador da sociedade venezuelana.

O primeiro evento dessa série foi a Greve Geral em 10 de dezembro de 2001, que tinha por objetivo paralisar grande parte do comércio e organizar a oposição em torno da Fedecameras e de seu presidente, Pedro Carmona Estanga. Convocada pela Fedecameras, a Greve foi o marco inicial das ações oposicionistas que, além de se destacarem de forma contrária às *Leis Habilitantes* – o bloco antichavista, organizado sob o nome de *Coordinadora Democrática* (CD) –, também se mostrava contrário ao projeto bolivariano e à Constituição de 1999. A maioria dos grupos empresariais venezuelanos era contrária ao caráter nacionalista da nova Carta (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 111).

Após a Greve em dezembro de 2001, a oposição se encontrava fortalecida e reconhecia sua liderança em Pedro Carmona. Nesse contexto, fora exigida a anulação imediata das 49 *Leis Habilitantes* – o que foi negado pelo governo, que ameaçou fechar a Assembleia e punir deputados aliados que negociassem com a oposição. Configurava-se um inevitável confronto entre as forças que se concentravam em agitações nas ruas das principais cidades do país. Durante todo o ano de 2002 foram realizadas diversas manifestações: para cada manifestação dos governistas a oposição, sob a liderança da Fedecameras e da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), respondia com uma manifestação contrária ao governo.

O *Paro Cívico* foi convocado pela Fedecameras, a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela e a *Coordinadora Democrática* que organizava partidos políticos e organizações sociais de oposição. Nesta conjuntura, chama

atenção a proximidade entre dois segmentos sociais aparentemente antagônicos: de um lado a presença de um órgão patronal, a Fedecameras; e de outro, uma instituição representativa operária, a CTV. Na realidade, a proximidade da CTV com as forças oposicionistas ao governo Chávez podia ser constatada em sua própria constituição, uma vez que foi formada (1947) sob forte influência da *Acción Democrática* (AD), um dos principais partidos contrários ao governo bolivariano.

Entre várias centrais sindicais existentes no país, a mais importante é a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), criada sob influência da Ação Democrática (AD), um partido identificado, na sua origem, com a social-democracia europeia, mas que, atualmente, é o principal porta-voz do imperialismo norte-americano no país e um dos principais opositores de Chávez. [...] a CTV, braço sindical da AD, caracteriza-se por um sindicalismo corporativo e burocratizado. (ROMERO apud ANTUNES, 2011, p. 166)

Sob tal instabilidade política, a disputa dentro da estatal petroleira PDVSA teve um papel de destaque. Por se tratar de uma empresa que controlava a maior fonte de renda do país, a estatal tinha um grande peso nas decisões políticas nacionais. A polêmica girava em torno do comando da empresa que ganhara independência na década de 1990, mas que sob a Constituição de 1999 e com as *Leis Habilitantes* tivera sua autonomia reduzida em favor da intervenção estatal no comando da própria PDVSA. A sociedade venezuelana sempre foi potencializada por extremos antagonismos. Então, mais uma vez foi palco desse registro: os chavistas apoiavam as ações nacionalistas do governo, e os partidários da CD, pregavam a manutenção da autonomia da empresa.

A disputa ganhou ainda mais notoriedade quando, em abril de 2002, o presidente Chávez demitiu sete altos gerentes da empresa em seu programa semanal "*Alô Presidente*",³⁶ exibido em transmissão "ao vivo", em resposta direta ao apoio e convocação de manifestações contrárias ao governo. Esse fato gerou

³⁶ Programa semanal que foi comandado pelo presidente Hugo Chávez, com o objetivo da prestação de contas da Agenda presidencial: o anúncio de novas medidas; a propaganda e a informação detalhada sobre as iniciativas do governo, geralmente com a participação de ministros e dos quadros técnicos e com a indicação de como a população pode acessá-las; o contato telefônico direto com a população e variedades, como sugestão de livros, discussão de temas polêmicos etc.. O programa foi sempre transmitido de diferentes locais do país, quer seja uma escola situada em uma pequena localidade, um museu militar ou em um grande bairro popular de Caracas.

descontentamento nos altos funcionários da empresa e na oposição, de modo geral, que utilizou a demissão coletiva dos executivos “ao vivo” para divulgar uma imagem autoritária do presidente.

Na verdade, o problema na PDVSA não era gerencial, como alegavam os opositoristas, mas político. Como visto, a Constituição de 1999 alterou sua engenharia gerencial e funcional, pois retirava de seus executivos as benesses da autonomia e possibilitava ao Estado venezuelano maior controle sobre os negócios da empresa. Além disso, a necessidade de aproximação e do fortalecimento da posição da companhia petrolífera junto a OPEP eram instâncias necessárias ao governo, pois que a diminuição da produção como mecanismo de pressão para a alta dos preços do petróleo no mercado mundial era uma realidade. Todas essas atitudes geraram insatisfação nos opositores de Chávez que apoiavam uma maior abertura para o capital estrangeiro e o afastamento das políticas da OPEP (CORONIL, 2005, p. 96). As políticas colocadas em prática por Chávez em relação ao preço do petróleo atingiram os interesses dos EUA no país, uma vez que os norte-americanos são, historicamente, grandes compradores do petróleo venezuelano.

Novamente a disputa entre os atores políticos venezuelanos veio a desembocar em uma grande marcha opositorista, no dia 11 de abril de 2002, com a intenção de “sacar a Chávez”. A marcha e sua convocação para a sociedade foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação que declararam seu apoio político à CD. Em resposta, manifestantes chavistas se concentraram ao redor do Palácio Miraflores.³⁷ O encontro entre os grupos foi inevitável, assim como o confronto. A polícia foi convocada para deter a desordem. No entanto, foram feitos disparos que resultaram em grande número de feridos e mortos. Os meios de comunicação que fizeram a cobertura do evento responsabilizaram os manifestantes chavistas pelos disparos e pelas mortes ocorridas. Após tal desfecho, Chávez foi detido e recolhido ao Forte Tiuna, na área metropolitana de Caracas.

Com a detenção de Hugo Chávez, o líder da CD, Pedro Carmona, assumiu o cargo de presidente da Venezuela com o objetivo de comandar um governo transitório até a chegada das próximas eleições. Entretanto, seu primeiro ato

³⁷ Sede do governo venezuelano, localizado na capital Caracas.

como presidente foi divulgar um decreto que aboliu todos os poderes públicos e que gerou um levante – principalmente nos setores populares urbanos da sociedade, mais politizados e participantes dessa representação, além de estarem mais próximos dos acontecimentos. Na sequência dos mesmos, os militares retiraram o apoio ao novo governo, sob a alegação de que as Forças Armadas não apoiariam um golpe de Estado. Conforme observou Coronil, Carmona desejava: “[Un] Estado elitista y excluyente detrás de una fachada democrática. Y como si confirmara su apariencia autoritaria, la persucución de chavistas em la calle engendraba el aspecto de un gobierno represivo” (2005, p. 103).

A fragilidade de Carmona e o aumento da tensão popular fizeram com que, no dia 14 de abril, Chávez pudesse voltar ao palácio de Miraflores retomando suas funções de líder do Executivo. A particularidade dos eventos que levaram a destituição de Chávez e sua volta ao poder é explicitada por Fernando Coronil: *“En ningún otro país ocurrieron en tan breve lapso cambios de gobierno tan súbitos y desconcertantes”* (2005, p. 92).

Como es sabido, 48 horas después, otra insurrección civil y militar repuso Chávez en el poder. Los conflictos en el interior de la alianza que derrocó su gobierno, las torpezas de Presidente del gobierno de facto, Carmona Estanga, quien en su primer decreto abolió todos los poderes públicos, y un sorprendente y masivo levantamiento popular volteó el juego y los militares se reagruparon en torno al gobierno caído. As las 3:30 am del 14 de abril Chávez regresó al palacio presidencial en un final de película, con las multitudes que lo aguardaban y las cámaras que transmitían las imágenes al mundo. Pocos minutos después se dirigió a la nación, pidió perdón por sus errores y prometió rectificación y reconciliación. (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 114)

Apesar de fracassado o golpe, a oposição não desistiu de retirar Hugo Chávez do governo. No dia 2 de dezembro de 2002 foi organizada uma paralisação nacional que durou 63 dias. A principal empresa que aderiu à manifestação foi a PDVSA – ainda contava em seus quadros com dirigentes e executivos contrários ao governo Chávez – que paralisou a produção de petróleo do país, gerando uma grande queda na atividade econômica da Venezuela.

O impacto sobre o cotidiano da população foi grande. Devido à falta de petróleo o sistema de transporte entrou em pane; conseqüentemente, outras

atividades comerciais sentiram o efeito da paralisação, como escolas e supermercados. Apesar dos problemas internos, o governo se mostrava irreduzível e, com o passar do tempo, a força da paralisação foi diminuindo. Em janeiro de 2003, as atividades comerciais do país voltaram à normalidade e o fim da paralisação oposicionista, decretado.

Em resposta às tentativas de retirá-lo do poder, Chávez promoveu uma ampla reformulação nas Forças Armadas, retirou militares que apoiaram os acontecimentos de 11 de abril e colocou-os na reserva. Em relação à PDVSA, foi promovido um enxugamento de seu quadro produtivo, do qual aproximados 18 mil funcionários foram demitidos, a maioria a ocupar postos com elevados salários (MARINGONI, 2009, p. 143).

Como pano de fundo da polarização existente na sociedade venezuelana encontra-se, conforme Margarita López Maya, 20 anos de recessão econômica, empobrecimento social, aumento da desigualdade, ressentimento de classe, a existência de uma elite política fracassada que se negava a ser privada de seus privilégios e de grupos nacionais e internacionais que buscavam oportunidades de negócio no país (LÓPEZ MAYA apud KLEIN, 2010, p. 190).

As tentativas frustradas da oposição em derrubar Hugo Chávez possibilitaram ao governo tirar proveito de um cenário econômico favorável e colocar em prática uma série de programas sociais, conhecidos como “Missões”,³⁸ que buscavam concretizar os objetivos de inclusão social e da democracia participativa (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 118). Esta estratégia do governo em privilegiar o aspecto social fez com que os níveis de apoio e aprovação do governo bolivariano subissem ainda mais no ano de 2004, principalmente entre os setores mais baixos da sociedade.

³⁸ “Missões” são ações cívico-militares que têm como objetivo levar educação, saúde e alimentos, entre outros recursos, para regiões periféricas das grandes cidades venezuelanas. Uma das “missões” mais conhecidas é a “Missão Robinson”, que tem como objetivo diminuir as taxas de analfabetismo no país. Outro exemplo é a missão “Bairro Adentro” que se caracteriza por levar médicos cubanos aos bairros mais pobres de Caracas. Em troca desse serviço, a Venezuela vende petróleo subsidiado à ilha de Fidel. Chávez também coloca em prática os chamados “Círculos Bolivarianos”, que se caracterizam por serem grupos organizados de sete a onze pessoas que se reúnem para discutir os problemas da própria comunidade, canalizá-los para o organismo competente e buscar soluções. Funcionam à maneira de assembleias populares em que se discutem, sobretudo, matérias de interesse local, problemas do dia-a-dia e a prestação de serviços comunitários. O presidente Hugo Chávez concebeu os “círculos bolivarianos” para dar maior alcance à sua Revolução, criando agentes de difusão do pensamento bolivariano.

Frente à debilitação da oposição após os acontecimentos de 2002 e 2003, a *Coordinadora Democrática* (CD) buscou uma última tentativa de tirar o presidente do poder, ao pedir a realização de um plebiscito revocatório para o ano de 2004 – ferramenta que estava prevista na Constituição. O plebiscito aconteceu no dia 15 de agosto de 2004 e Chávez, amparado pelo aumento na aprovação de seu governo, venceu o plebiscito com 58,21% dos votos. A socióloga Margarita Lopez Maya, em discurso na Assembleia Legislativa no dia 27 de agosto de 2004, relata da seguinte forma o resultado do referendo:

El primer boletín oficial del 16 de agosto mostró un resultado claro y una tendencia irreversible. Fue respaldada poco después por todos los observadores internacionales. La opción del NO triunfaba en una relación de casi 60-40, es decir, el pueblo había hablado claro: deseaba que el Presidente finalizara su período constitucional. Con la culminación del proceso revocatorio y su resultado, la sociedad venezolana tiene la valiosa oportunidad de superar esta fase de la lucha hegemónica que se ha venido librando desde finales de 2001, y que se ha caracterizado por la utilización de estrategias insurreccionales para hacerse del poder por parte de las fuerzas de oposición. (LÓPEZ MAYA, 2004, p. 532)

Com a vitória no referendo, Chávez e seu projeto político saíram fortalecidos dos embates contra a oposição, principalmente quando esta se recusou a participar das eleições legislativas em 2005, sob a alegação de irregularidades. Esse fato deu legitimidade ainda maior a Chávez, que contou com ampla maioria na Assembleia Nacional.

Através dessa breve contextualização da recente história venezuelana, consegue-se situar a correlação de forças existente na Venezuela chavista, peça fundamental no entendimento de sua realidade social e, assim, melhor entender os posicionamentos dos editoriais do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* acerca dos acontecimentos políticos no país caribenho.

CAPÍTULO 2

A Democracia da Folha de S. Paulo

A partir da análise documental foi possível perceber que grande parte da cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* acerca da Venezuela no período delimitado pelo presente estudo se concentrava na questão democrática. Ou seja, o jornal brasileiro cedia amplo espaço em seus editoriais e cobertura midiática para o que considerava como “regras democráticas” vigentes, observando-as como princípios fundamentais para a Venezuela superar as crises políticas, econômicas e sociais ocorridas durante os anos do quadriênio 2002-2005.

Desse modo, vale questionar por que a *Folha* considera a democracia a melhor forma de governo, ou seja, como se constrói, a partir deste preceito, o argumento de que o governo Chávez é populista e autoritário, e que a democracia é a melhor forma de governo não apenas para a Venezuela, mas para toda a América Latina, como se percebe no editorial intitulado “Um novo Chávez”, de 17/04/2002: “O entrave para o seu desenvolvimento é político. E a via para superá-lo são a manutenção e o reforço dos canais democráticos” (“Um novo Chávez”, *Folha de São Paulo*, 17/04/2002, A2).

Também se nota durante a leitura dos editoriais a ênfase existente em duas correntes para a resolução do que é apresentado pelo jornal como *problemas venezuelanos*: “o político” e o “reforço dos canais democráticos”. Nesse sentido, analisar-se-á o uso do termo *democracia* utilizado pelo jornal e quais as alternativas de solução propostas pelo periódico para solucionar o problema. Um dos episódios analisados pela *Folha* e que enfatizava a necessidade de se garantir tal princípio foi o golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez em 2002. Conforme já indicado anteriormente por este trabalho (Capítulo 1), tal golpe foi orquestrado pela oposição ao governo Chávez, em resposta às *Leis Habilitantes* colocadas em vigor por sua presidência no fim de 2001. Tais leis não tinham a intenção de radicalizar o processo político em voga na Venezuela, mas foram utilizadas pelas forças contrárias ao governo como o principal motivo para que se aventurassem – não apenas no golpe, em 2002 –, mas também em uma série de ações contrárias

ao governo do então presidente: greves, manifestações, a convocação do referendo revogatório e o boicote às eleições legislativas de 2005.

Composta por parte da burguesia venezuelana, a oposição se faz representar principalmente pela mídia privada, por uma organização patronal (Fedecameras) e por uma central sindical ligada aos partidos políticos tradicionais – a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) – que, em manifesta demonstração de força, empenhou-se para abortar o mandato do presidente Chávez antes do previsto, acusando-o de ditador e antidemocrático. Para o cientista político venezuelano Rodolfo Magallanes, em entrevista concedida ao autor deste trabalho no *Instituto de Estudios Políticos* da Universidade Central da Venezuela (UCV), a resposta dada pela burguesia venezuelana aos atos de Chávez foi uma medida preventiva – já que não conseguiu atingi-la no curto prazo. No entanto, essas forças entendiam que, no futuro, seus interesses seriam afetados de forma mais contundente.

As oligarquias tradicionais na Venezuela consideravam que [a] lei de terras, por exemplo, os afetava. Ou melhor, que potencialmente poderia afetá-los. Aqui é importante colocar também outro fator: o de quanto essas oligarquias se veem afetadas por essas medidas em curto prazo e de quanto estimam que possam ser afetadas em médio e longo prazo. Uma vez que, em grande medida, o que o governo Chávez produz é incerteza. Não se sabe onde pode terminar esse processo. (MAGALLANES, 2012)

Embora tenha durado apenas 48 horas, o período ditatorial de 2002 na Venezuela demonstrou suas características cruciais. Empossado presidente da República, Pedro Carmona – então presidente da *Fedecameras* – fechou o Congresso, cancelou todas as leis aprovadas por Chávez e centralizou o poder no Executivo. Ao contar com o apoio de parte das Forças Armadas – a parcela da burguesia venezuelana envolvida no golpe bonapartista³⁹ –, tentou assegurar seus interesses frente à sociedade, ou seja, assumiu o governo “de modo indireto [...] através das armas, subjuguando ou castrando os poderes

³⁹ Termo que remonta à obra *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx, em que o autor analisa o golpe de Estado de Luis Bonaparte em 1851, na França. O próprio Marx exemplifica: “Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apoia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admirar que nessa postura ridícula perca o equilíbrio [...]” (MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1974. p. 41).

legislativo e judiciário” (PIRES, 2008, p. 20). É importante enfatizar que o bonapartismo é empregado de forma literal quando um presidente eleito trai sua base eleitoral, geralmente formada por trabalhadores e camponeses e, com o apoio de minorias burguesas, promove um golpe de Estado. Considera-se, no entanto, que apesar de Carmona não ter sido eleito, o uso do conceito bonapartista é válido se for levada em consideração as características assumidas pela oposição burguesa que liderou o golpe contra Chávez.

Desse modo, considera-se que existia um quadro em que forças populares ganhavam energia e voz, e que a burguesia visava – por meio do golpe – garantir seus interesses e sua dominação ao utilizar como justificativa a retórica democrática que acusava Chávez de ser ditador e se colocava a si própria como defensora da democracia venezuelana.

A definição de bonapartismo⁴⁰ é alvo de grande discussão nas Ciências Sociais desde a definição “clássica” de Marx em *O 18 Brumário*, até as pesquisas de intelectuais atuantes, como o italiano Domenico Losurdo.⁴¹ Dentre as mais diversas definições, o bonapartismo é observado como uma forma de dominação burguesa. Dentro das especificidades levantadas por diferentes autores,⁴² de forma geral, esse conceito está relacionado a uma

⁴⁰ Para maiores esclarecimentos acerca do conceito de bonapartismo, ver: RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 64 e os gestores do capital atrofico*. 1998. 371f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo; MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997; DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964). Autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. 506f. Tese (Doutoramento em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ.

⁴¹ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

⁴² Tendo como referência a Vânia Noeli Ferreira de Assunção, autora de *Pandemônio de Intrigas: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo* foi possível inferir, de forma genérica para esse trabalho, sobre as definições existentes que tratam o conceito, segundo alguns autores. Ao analisar a obra de Engels, a autora pontua que: “A ditadura bonapartista, dizia Engels, pusera fim ao poder político da burguesia; objetivando salvar seu poder social, subordinara a política aos interesses do bolso capitalista” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 26). Sobre Gramsci, a mesma autora ressalta o “cesarismo” gramsciano, que está relacionado a uma crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre porque esta faliu “[...] no cumprimento de uma importante tarefa política (pela qual solicitou/impôs o consentimento político das grandes massas, como é o caso da guerra); pode, ainda, ver-se confrontada com amplas massas (em especial, camponeses e pequenos burgueses [sic]) que abandonaram sua antiga postura política passiva e apresentaram reivindicações no plano político e social. Quando

situação em que existe risco real para a dominação burguesa que tem seus interesses defendidos pelo Estado, seja por meio de um regime abertamente policialesco ou por um governo que proponha algumas reformas, mesmo que visem conservar a ordem e o Estado capitalista. O historiador Felipe Abranches Demier analisa que o bonapartismo se exprime

[...] fundamentalmente pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes sociais e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, na qual o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital e nenhuma das frações de classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de ‘crise de hegemonia’. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a ‘paz social’ e salvaguarda a ordem capitalista em xeque. (DEMIER, 2012, p. 18)

Nesse sentido, segundo o autor, o Estado deixa de representar um setor da burguesia para defender seus interesses de forma conjunta, quer dizer, existe uma dominação indireta da burguesia sobre as demais classes sociais. No caso venezuelano, por se tratar de um país latino-americano, entende-se ser necessário ao menos explicitar, mesmo que de forma simplificada, as considerações de Trotsky que apontam para a existência de um “*bonapartismo sui generis*”, os quais proliferaram na América Latina a partir da crise de 1929 – *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York (DEMIER, 2012, p. 29). Assim, o autor identifica duas formas de “*bonapartimos sui generis*”: a primeira seria a adoção, por parte do Estado, de métodos de repressão aberta, por conta de uma ameaça dos setores explorados em um contexto de crescente urbanização. Para tal, como conta com uma burguesia frágil, o governo bonapartista decide

a crise de hegemonia não encontra solução orgânica e natural [...] abre-se a possibilidade para a atuação de homens providenciais e carismáticos. Está posta uma situação de equilíbrio em que nenhuma das forças tem condições para vencer [...]” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 271). Cf. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *Pandemônio de Intrigas: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. 2005. 354f. Tese (Doutoramento em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

se alinhar ao imperialismo e impõe à classe trabalhadora uma ditadura de corte “policial-militar”. Na segunda forma, no entanto, o bonapartismo se manifesta em situações não ditatoriais. Essa situação se apresenta quando o Estado visa conter a ameaça popular e se utiliza de métodos reformistas, como incorporar as massas à esfera do político por meio de uma política social (DEMIER, 2012, p. 29).

No caso da Venezuela, o documento publicado logo após o golpe em nome da *Junta Directiva del Consejo Nacional de Promoción de Inversiones* expressara sua adesão ao golpe e como esse possuía um caráter bonapartista, uma vez que, como se percebe, é apoiado por parte da burguesia venezuelana que amparara a quebra da institucionalidade. Segundo o documento, as empresas que compõem o grupo apoiaram incondicionalmente “o gobierno de transición que precide nuestro apreciado amigo, doctor Pedro Carmona Estanga”. O documento é assinado por membros diretivos de diversas multinacionais e executivos de grandes bancos de capital estrangeiro e misto, como o Citibank, a Toyota e a PDVSA (Manifesto da “*Junta Directiva del Consejo Nacional de Promoción de Inversiones*” (DEFENSORIA DEL PUEBLO, p. 64 – documento em anexo).

A discussão em torno da definição do conceito de bonapartismo é ampla. Assim, apreender a multiplicidade conceitual existente torna-se imprescindível à compreensão dos variados contextos que se formam em momentos históricos e que configuram quase sempre – e em última análise –, o resultado das contradições de classe existentes nas sociedades. O apoio da *Folha de S. Paulo* ao bonapartismo que foi ensaiado na Venezuela naquele momento torna-se claro quando, por exemplo, logo após o golpe (2002), uma de suas colunistas políticas – a jornalista Eliane Cantanhêde – pondera:

Em sua primeira e rara entrevista exclusiva à imprensa brasileira, em agosto de 1999, o então presidente Hugo Chávez disse à *Folha* que haveria uma onda de manifestações populares na América Latina contra o neoliberalismo selvagem. O que ele não previu é que a onda seria mais forte na Venezuela, contra o centralismo de seu regime (não contra o neoliberalismo) e que ele próprio seria uma das principais vítimas. (“Análise”. *Folha de S. Paulo*, 13/04/2002, Caderno *Folha Mundo*, p. A18)

Ou seja, seria preferível manter a política neoliberal apesar dela não apresentar, até aquele momento, resposta aos problemas das crises sociais, políticas e econômicas durante os anos 1980 e 1990. Em editorial da *Folha de S. Paulo* (04/12/2003), observa-se:

É verdade que a tentativa de golpe contra o presidente perpetrada pela oposição em abril de 2002 contribuiu para acirrar os ânimos e levar o país a um clima de confronto, mas a solução para essa situação está não na retórica nem na força, mas na aceitação das regras democráticas. (“A lei de Chávez”. p. A2)

Apesar de reconhecer que houve uma tentativa de golpe, insinua-se que o uso da força não estava nas atitudes dos golpistas, mas, sim, na reação do presidente que tentaram depor. Observa-se aqui que o jornal considerou relevante ressaltar a retórica e insinuar que o presidente Chávez usaria de força para conter qualquer manifestação oposicionista. No entanto, qual seria o temor expresso por esse veículo de comunicação? A que se referira, exatamente, quando indicou o uso da força por parte do então presidente Chávez?

Naquele momento, após diversas manifestações que resultaram em um grande número de feridos e mortos (em virtude das marchas convocadas pela oposição e pelo governo, e também em decorrência dos enfrentamentos nas ruas de Caracas e de outras cidades da Venezuela), um vídeo foi divulgado pelas grandes empresas privadas de Televisão – então nas mãos dos golpistas que, concomitantemente, cercearam a empresa estatal de Telecomunicações – dirigidas pelos adeptos de Chávez. Tal vídeo atribuiu a responsabilidade da violência às forças chavistas e destacou cenas nas quais se via um homem (identificado como “chavista” pelas emissoras) que disparava uma arma ao estar em cima de uma ponte, onde supostamente seria o local das manifestações.

No entanto, o que a emissora não mostrou é que embaixo não havia ninguém e que os que atiravam da ponte tentavam atingir o local de onde vieram os primeiros tiros, os quais haviam atingido a população que estava do outro lado. Tais imagens sugeriram ao mundo que os responsáveis pela

violência foram o presidente Chávez e seus apoiadores. Após alguns dias, nova imagem daquele incidente tornou-se pública – mas agora filmada sob outro ângulo –, onde esse mesmo homem era mostrado disparando contra uma rua vazia. Logo, não seria ele o responsável pelas mortes.⁴³

O receio do jornal brasileiro ao afirmar o “acirramento do clima de confronto” registra como a *Folha de S. Paulo* sugeria que os manifestantes chavistas – incentivados pela retórica veemente de Chávez – promoviam uma nova escalada de violência na Venezuela. Além disso, o jornal ainda justificava a rebeldia de alguns oficiais das Forças Armadas contra o presidente eleito e seu apoio ao golpe, ao apontar o governo venezuelano como o principal responsável pelas mortes nos confrontos ocorridos naquele ano.

O Comandante do Exército venezuelano, Efraim Vásquez, outros dez altos oficiais das Forças Armadas e o vice-ministro de Segurança se rebelaram contra o presidente Hugo Chávez [...] após repressão ao mega protesto em Caracas ontem que deixou ao menos 12 mortos e 88 feridos. (*Folha de S. Paulo*, 12/04/2002, p. A10)

Na mesma matéria, ao citar o depoimento de um “general rebelado da Guarda Nacional”, o jornal acusa claramente Chávez de ter dado a ordem para que os disparos fossem feitos contra os venezuelanos que protestavam nas ruas da capital do país. Segundo a *Folha* registrou: “[...] a tropa recebeu de Chávez ordem para disparar. Segundo testemunhas, tiros foram disparados por franco-atiradores de edifícios próximos ao palácio” (*Folha de S. Paulo*, 12/04/2002, p. A10).

Naquela situação de conflito e ante a iminente invasão das tropas golpistas à sede do governo central, fica muito difícil recuperar com precisão de onde partiu a ordem para atirar, e em quem. Conforme o documentário citado (vide Nota 45), gravado no momento mesmo do golpe, já que os documentaristas irlandeses estavam no Palácio do Governo quando da

⁴³ Na ocasião do golpe, uma equipe cinematográfica da Irlanda estava na Venezuela e filmou os acontecimentos. O documentário irlandês *A revolução não será televisionada* (*The Revolution Will Not Be Televised*) lançado no ano de 2003, com direção de Kim Bartley e Donnacha O'Briain é um documento singular e relevante, que revela os fatos ocorridos na Venezuela durante o ano de 2002. Também conhecido por *Chávez: Bastidores do Golpe* (*Chavez: Inside The Coup*).

explosão da sublevação e registram que a Armada presidencial foi tomada de surpresa, sem tempo para reagir. O periódico brasileiro pareceu ignorar, também, uma série de acontecimentos que demonstram o contrário do que foi veiculado pela grande mídia. Segundo o intelectual venezuelano Luis Britto García, os enfrentamentos que antecederam ao golpe contra Hugo Chávez foram premeditados pela oposição. Colhendo depoimentos de um repórter da *CNN* e de alguns advogados ligados à oposição, ele demonstra que a violência – e até mesmo as mortes –, eram esperadas, com o propósito de justificar a deposição de Chávez e a instauração de um governo provisório (BRITTO GARCÍA, 2012, p. 141).

As Forças Armadas possuem um caráter heterogêneo na Venezuela, enquanto parte dos oficiais apoiaram o golpe militar, outra parcela permaneceu leal a Chávez, principalmente os militares de baixa patente, que representam a maioria na corporação. No entanto, para a *Folha de S. Paulo*, os militares que se colocaram a favor do golpe de Estado representavam as Forças Armadas como um todo, conforme foi demonstrado em matéria que leva a manchete: “CHOQUES MATAM 12 E CHÁVEZ ENFRENTA REBELIÃO DE OFICIAIS” (*Folha de S. Paulo*, 12/04/2002, p. A1). Além disso, o então presidente, também militar de carreira, havia propiciado a integração entre o Estado e as Forças Armadas, principalmente em relação ao Exército. Segundo Rodolfo Magallanes:

A estrutura social predominante, sobretudo no Exército, é que seus membros são de origens mais baixas, de escassos recursos econômicos, uma vez que as Forças Armadas são vistas como uma via de ascensão social, principalmente o Exército. [...] O governo tem integrado o Exército dentro da estrutura do Estado. Principalmente os cargos mais próximos de Chávez, que são os que hoje em dia exercem o comando das Forças Armadas. Digamos que estes estão envolvidos na administração pública, na gestão do Estado. Ocupam cargos diretamente na administração. (MAGALLANES, 2012)

Outro ponto destacado pelo jornal seria a retórica de Chávez, capaz de incentivar os confrontos violentos. Podemos destacar um determinado discurso do presidente Chávez em que se percebe “qual retórica” a *Folha* se refere. Em seu primeiro discurso no ano de 2002, Chávez atenta para a necessidade de se consolidar a Revolução Bolivariana, ao chamar a população

para a “batalha” contra os contrarrevolucionários:

Lo haremos y hoy comienza la batalla, desde el primer segundo, del primer minuto, de la primera hora, de este primer día, mes y segundo año de este tercer milenio, ha comenzado esta campaña de consolidación de la revolución. (CHÁVEZ, 2005, p. 6).

Sobre o contexto de consolidação ao que o então presidente denominava por Revolução Bolivariana se dá meses antes do golpe de Estado, em abril de 2002. Ciente da forte polarização na sociedade venezuelana e já prevendo embates cada vez mais acirrados com as forças oposicionistas, Chávez visava concentrar forças entre seus simpatizantes, com o intuito de fortalecer seu governo contra os ataques da oposição (que realmente aconteceram).

Talvez a maior demonstração de apelo ao estilo proverbial da retórica de Chávez aconteceu em seu programa “*Alô Presidente*” (que, como já observado, tinha por objetivo prestar contas à população sobre o que estava sendo feito no país), quando foram demitidos sete gerentes da PDVSA “ao vivo”. Chávez, com o auxílio de um apito, decretou a demissão dos funcionários em Rede Nacional, não só despertando a antipatia das forças opositoras, mas também por causar desconforto em outros setores da sociedade venezuelana.

Com o fracasso do golpe bonapartista e dada a forma como se configurou o ocorrido em 2002, o esperado seria o afastamento dos opositores – o que configuraria o fator determinante para o “acirramento dos ânimos” – e, então, o jornal brasileiro por sua vez considerasse que a “solução” para a crise política seria a adoção, por parte de Chávez, das “regras da democracia”.

Também se percebe um constante apelo nos editoriais da *Folha de S. Paulo* pela conciliação entre as forças políticas venezuelanas, considerada essencial para a manutenção da democracia, ao aludir mesmo ao acirramento das contradições de classe – não enquanto expressão de qualquer divisão sócio-econômica vigente na sociedade, ou mesmo referida à polarização entre proprietários e não proprietários –, mas, sim, por se manter no mesmo nível da política ao rememorar os confrontos armados⁴⁴ que vitimaram grande número

⁴⁴ Como visto no Capítulo anterior, os confrontos aconteceram entre chavistas e a oposição com

de pessoas e sugerindo, a adoção de várias medidas para superar as crises políticas e sociais na Venezuela.

Uma das tentativas da oposição de retirar Hugo Chávez do governo foi quando da realização do referendo revogatório no ano de 2004. Segundo a *Folha* publicou, esse foi um dos principais eventos do período, por ser feito uso de um dispositivo constitucional previsto na Carta Magna da Venezuela, aprovada em 1999 e que deveria ter seu resultado respeitado por ambos os lados – situação e oposição.

No dia anterior ao da divulgação do resultado do referendo, a *Folha de S. Paulo* deu grande espaço ao plebiscito em seu caderno *Folha Mundo* (Editoria Internacional), ao chamar a atenção do leitor para a possibilidade da ocorrência de reações de caráter violento na Venezuela, após a divulgação do resultado. Ao mesmo tempo em que enfatizava que o então presidente Hugo Chávez recebia apoio da “esquerda latino-americana” e citava, inclusive, o “ditador cubano Fidel Castro” (*Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A26). Entretanto, também chamava a atenção do público leitor para a existência de oposição internacional ao governo Chávez.

A perspectiva esquerdista atribuída pelo jornal ao então presidente venezuelano foi reforçada pela fotografia em que este aparecia abraçado ao presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).⁴⁵ Um artifício de diagramação da página do jornal foi então utilizado pela *Folha*, ao inserir um infográfico bastante informativo sob a fotografia dos dois dirigentes latino-americanos em que se apresentava a diferença social e econômica do Brasil e da Venezuela e apontava-se para a presença de grandes empresas brasileiras no país caribenho, como a Petrobras, a Odebrecht e a Brahma.

grande frequência, principalmente entre os anos de 2002 e 2003. Esses embates resultaram em mortos e feridos em abril de 2002, além de prejuízos econômicos para o país em decorrência da greve convocada pela PDVSA, que aconteceu entre o final do ano de 2002 e o início de 2003, gerando desconforto para a população venezuelana, dado o racionamento de produtos básicos, como a gasolina.

⁴⁵ Referente aos dois períodos presidenciais ocupados por Lula, frutos da primeira eleição (2003-2007) e da reeleição (2007-2011).



Chávez e Lula se abraçam em cúpula no México, em janeiro, quando o venezuelano disse ao brasileiro que venceria o plebiscito



Figura 1. Folha de S. Paulo, 15/08/2004, p. A26

Conforme se observa no infográfico (figura anterior), à direita localizam-se as chamadas “rubricas”, em que são destacados reconhecidos artifícios de comunicação para se imprimir sobre o público uma leitura direcionada. Por exemplo: “se Hugo Chávez vencer”, “se a oposição vencer” e “o que é preciso para afastar Chávez”. Assim, ao constatar que seriam necessários mais de 3,7 milhões de votos para superar os que ele já conseguira anteriormente no ano 2000, além do comparecimento de mais de 25% do eleitorado (o voto não é obrigatório na Venezuela), o sentido de neutralidade do jornal brasileiro já ficara expresso e comprometido com a noção de *imparcialidade* pregada pela imprensa.

É interessante observar que na mesma data a *Folha de S. Paulo* publicou duas entrevistas: com o historiador marxista de origem britânica Eric Hobsbawm, que apoiava Chávez, e com o ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Stephen Johnson, contrário ao presidente venezuelano. Segundo a maioria dos manuais da redação utilizados pela imprensa, esse seria um procedimento padrão, pois ouvir as diferentes opiniões sobre um mesmo assunto ou fato é bastante recomendável no que tange a apuração correta da matéria e a consequente informação transmitida ao leitor, funções relevantes para o jornalista. Entrevistas pontuais realizadas, procedimento-padrão aplicado. Não fosse o teor das perguntas realizadas pelo repórter da *Folha*.⁴⁶

Para o historiador Hobsbawm, Chávez era fruto do fracasso das políticas neoliberais dos anos 1980 e não representava uma alternativa à esquerda latino-americana, já que cada país da região possuía uma especificidade histórica própria. Seu apoio a Chávez era reiterado ao afirmar que, se fosse venezuelano, votaria nele. Desse modo, ao responder às “perguntas-acusações” do jornal brasileiro de que Chávez era um autocrata, Hobsbawm afirmou que algumas limitações eram inerentes a “qualquer líder presidencial forte” e não algo exclusivo da política venezuelana, sendo que “isto se aplica a todos os governos, não apenas aos impopulares nos EUA”. Abordado sobre a questão do petróleo, Hobsbawm considerou que o ideal seria uma

⁴⁶ Cf. “Fisco neoliberal produziu Chávez”, entrevista de Hobsbawm a Fabiano Maisonave (*Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A27).

diversificação da matriz produtiva na Venezuela, mas preferiu dar ênfase ao uso dos lucros provenientes da venda desse produto:

[...] ao mesmo tempo deveríamos cumprimentar países cujos governos utilizam a atual situação favorável originárias de suas exportações energéticas para propósitos sociais mais amplos, sobretudo para diminuir a desigualdade social, o que aparentemente a Venezuela está fazendo e diversos outros países produtores de petróleo espetacularmente não o fazem. (HOBSBAWM apud *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A28)

Já para o ex-funcionário do Departamento de Estado norte-americano, o presidente e militar venezuelano, Chávez, intimidava o país e colocava de antemão que a realização do plebiscito não era democrática, chegando mesmo a acusá-lo de ter armado um teatro para encenar o golpe de 2002. Johnson explicou que “ainda” não considerava o presidente venezuelano um ditador, embora afirmasse em sua entrevista que:

[...] Todos os poderes estão no “bolso” de Hugo Chávez. O congresso [sic] em sua maioria. A Suprema corte [sic] foi abarrotada com amigos do presidente. O conselho eleitoral [sic] é chavista. As instituições independentes que fazem uma democracia funcionar não estão mais lá. (JOHNSON apud *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A28)

Ou seja, apesar do plebiscito e do funcionamento do Estado de Direito, para Johnson a excessiva concentração de poder nas mãos do Executivo eram impeditivas da independência nas instituições políticas. Portanto, não havia sinal de democracia na Venezuela chavista.

Ao divulgar a vitória de Chávez o jornal brasileiro abriu espaço em sua primeira página do dia 17 de agosto de 2004 com a seguinte manchete: “CHÁVEZ VENCE PLEBISCITO E FICA NO PODER” e esclarece, a seguir, que “presidente venezuelano obtém 58,25% dos votos, oposição alega fraude, mas OEA e Jimmy Carter ratificam resultado”. Ressalta ainda que a oposição alegara irregularidades na contagem de votos e que os EUA, apesar de não ter “indicação de fraude no processo” apoiariam uma recontagem dos votos. O que mais chama a atenção nesta primeira página da *Folha de S. Paulo* é a foto vinculada à informação que Chávez havia vencido o plebiscito. Na imagem, em

que aparecem várias pessoas deitadas no chão e outras correndo nas ruas de Caracas, a foto-legenda afirma: “Venezuelanos se jogam no chão para se protegerem de disparos de supostos apoiadores de Chávez, no centro de Caracas”.



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, terça-feira, 17 de agosto de 2004

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 • ANO 84 • Nº 27.830 • R\$ 2,30

Presidente venezuelano obtém 58,25% dos votos; oposição alega fraude, mas OEA e Jimmy Carter ratificam resultado

Chávez vence plebiscito e fica no poder

Criação de empregos na indústria de SP é recorde

A indústria paulista manteve em julho o forte ritmo de criação de postos de trabalho. Entre admissões e demissões, o setor gerou um saldo de 11.736 vagas, maior quantidade para um mês de julho desde 1999.

No ano, o saldo gerado é de 41.847 — 2,73% a mais que no mesmo período de 2003.

No setor de máquinas e equipamentos, o faturamento até julho é 22,4% maior que em igual período do ano passado.

Já o número de falências decretadas no país em julho recuou 46,1% em relação ao mesmo mês de 2003. **Págs. B1 e B3**

A arrecadação federal em julho, de R\$ 38,354 bilhões, foi a maior da história para o mês. **Pág. B11**



Venezuelanos se jogam no chão para se protegerem dos disparos de supostos apoiadores de Chávez, no centro de Caracas.

FABIANO MANSORNAVI
ENVIADO ESPECIAL ACARACAS

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, venceu o plebiscito convocado pela oposição para abreviar seu mandato. De um total de 98,69% dos votos apurados, Chávez obteve 58,25%, contra 41,74% que votaram a favor de sua saída.

Durante todo o dia, a oposição acusou o presidente de ter fraudado os resultados. Porém a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o ex-presidente americano Jimmy Carter, que atuaram como observadores internacionais do referendo, ratificaram a vitória.

O Departamento de Estado dos EUA afirmou, pela manhã, não ter indicações de fraude no processo. À tarde, porém, informou que apoiaria uma recontagem dos votos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu humildade e responsabilidade a Chávez e seriedade à oposição. **Págs. A9 e A10**

Figura 2. Capa da *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004

A fotografia tomada como um documento produtor de sentidos (CARVALHO, 1994), conforme apontam os historiadores que trabalham com esse material documental, revela aqui a exatidão da teoria. O leitor, ao ler a matéria sobre o plebiscito, acompanhada da foto conclui, necessariamente, que o evento foi cercado de repressão; subsumindo-se, nesta lógica, a advertência de que poderia tratar-se de “supostos apoiadores de Chávez”. O jornal continua dando atenção ao resultado do plebiscito na Venezuela e aponta os “supostos simpatizantes do presidente Chávez” como responsáveis pela violência, em seu caderno *Folha Mundo* (Editoria Internacional). Aí, um chamado do presidente venezuelano Chávez ao diálogo e um pedido para que os opositores respeitem o resultado das urnas é interpretado como ironia, ao

mesmo tempo em que reproduz a fala da oposição derrotada, para a qual a “Venezuela mudou para sempre”. Segundo a *Folha*:

Chávez ironizou a oposição. “Os opositores tiveram a manhã para recobrar a razão e se reunir com os observadores, mas lamentavelmente não o fizeram. Uma vez mais parece que não querem aprender. Meu chamado ao [diálogo] é sincero, não tem nada de cinismo. Desde criança aprendi a perder com dignidade”. (*Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A9)

Na sequência, responsabilizam-se os apoiadores do governo pela violência e aí, novamente, a fotografia cumpre a função de dar “veracidade” à interpretação de que eles eram os responsáveis pela instabilidade política e social, conforme se observa na imagem abaixo.

Telefone: 11/3214-0412
E-mail: mundo@folha.com.br
Fax: 11/3213-1046

FOLHA MUNDO

Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo: 0xx11/3214-1090
Demais localidades: 0800-701-0800

PÁGINA A 9 ★ SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2004

VENEZUELA Após a confirmação do triunfo, contestado pela oposição, presidente diz que ‘a Venezuela mudou para sempre’

Vitorioso, Chávez festeja e ironiza oposição

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A CARACAS

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, venceu o plebiscito de antecâmara, convocado pela oposição para abreviar seu mandato.

Os opositoristas passaram o dia acusando Chávez de ter fraudado o resultado. Mas o Centro Carter e a Organização dos Estados Americanos (OEA), que atuaram como observadores internacionais do plebiscito, ratificaram a vitória.

No final do dia, a oposição começou a admitir a possibilidade de derrota. “Se contarmos os papéis e o resultado for “não”, respeitaremos o resultado”, disse o deputado Julio Borges, um dos principais líderes da oposição.

Em Caracas, um protesto convocado pela oposição terminou com ao menos quatro feridos a tiros, num sintoma da polarização que tomou conta do país durante o processo.

“A Venezuela mudou para sempre. Não há volta”, discursou Chávez de madrugada no balcão do palácio Miraflores, diante de milhares de apoiadores. “A Quarta República morreu”, disse, em alusão ao período que vai de 1958 até sua eleição, em 1998, e aos partidos da oposição. “Iniciamos uma nova fase para aprofundar esse projeto [bolivariano].”

A vitória de Chávez foi anunciada às 20h7 de ontem pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), após o exaustivo processo de votação, que fez milhares ficarem até nove horas na fila. Chávez recebeu 58,25% dos votos, contra

41,74% a favor de sua saída, apurados 94,49% dos votos válidos.

A comunicação foi feita apenas por três dos cinco reitores (juízes) do CNE, considerados chavistas. Pouco antes, os dois reitores “oposicionistas” fizeram uma declaração à imprensa em que disseram que não reconheceriam o boletim preliminar porque não havia comparação entre as atas de votação e os dados totalizados.

Após o anúncio, a oposição também recusou o resultado. De manhã, a expectativa ficou por conta da avaliação dos observadores, que finalmente se declararam a favor dos resultados após se reunirem com a oposição.

“Todos os venezuelanos deveriam aceitar os resultados do CNE, a não ser que haja evidências terribes às quais não tivemos acesso até agora”, disse o ex-presidente americano Jimmy Carter, ao lado do secretário-geral da OEA, César Gaviria.

“A votação superou os 10 milhões de eleitores, e há uma clara diferença a favor do presidente Chávez”, disse Carter. A Venezuela tem 14 milhões de eleitores.

Carter disse que os observadores haviam se reunido com a oposição por mais duas horas, mas que não foram apresentadas provas de uma “megafraude”. O principal argumento da oposição são os números levantados por uma pesquisa por amostragem, feita pela organização Sumate, em que eles teriam conseguido mais votos.

O Centro Carter e a OEA, no entanto, afirmaram que os dados do CNE coincidem com as projeções



Supostos simpatizantes do presidente Chávez atiram em manifestantes da oposição em Caracas

feitas por eles.

Mesmo depois das declarações dos observadores internacionais, a oposição continuou insistindo em que houve fraude. Voltou a mostrar números de sua apuração paralela, na qual teria conseguido 59,4% dos votos.

“Temos sérias dúvidas de que os dados de ontem reflitam a vitória de Chávez”, disse Maria Corina Machado, porta-voz da Sumate.

Apesar dos protestos, recentes

pesquisas de opinião —algumas patrocinadas pelos opositoristas— já indicavam a vitória de Chávez, que enfrentou antecâmara seu terceiro grande teste eleitoral. Eleito em 1998, foi reeleito em 2000 sob as regras da então recém-aprovada nova Constituição, que garante a reeleição.

Com o mandato agora garantido até janeiro de 2007, Chávez afirma que tentará se reeleger em 2006 para mais seis anos.

Chávez ironizou a oposição. “Os opositores tiveram a manhã para recobrar a razão e se reunir com os observadores, mas lamentavelmente não o fizeram.”

“Uma vez mais, parece que não querem aprender. Meu chamado [ao diálogo] é sincero, não tem nada de cinismo. Desde criança, aprendi a perder com dignidade.”

O presidente venezuelano pediu a renúncia dos dois reitores que se recusaram a aceitar o resultado.

A oposição promoveu pequenas manifestações diante do hotel onde está sediado o Centro Carter e, mais tarde, no bairro Altamira, seu tradicional reduto. Nesse momento, houve os disparos supostamente dirigidos aos manifestantes no qual quatro ficaram feridos.

A reportagem da *Folha* esteve ontem à noite na praça Altamira, onde a situação parecia tensa. Os manifestantes opositoristas atacaram com pedras e garrafais um carro com um grande cartaz da propaganda chavista.

Dois minutos depois, um grupo dos temidos motociclistas chavistas chegaram à praça e começaram a provocar os manifestantes.

As dezenas de policiais no local nada fizeram para coibir a violência. Por medida de precaução, a estação de metrô próxima ao local estava fechada.

Mais eleições

Enquanto os opositoristas questionavam o resultado, os chavistas aproveitaram a vitória anunciada ontem para dar largada às eleições para governador e prefeito, já no final de setembro.

“As patrulhas [eleitorais] continuam”, anunciou Chávez, ainda no seu discurso da madrugada, em referência aos seus comitês eleitorais durante o plebiscito.

A rede de televisão pública VTV colocou candidatos a prefeito e a governador oficialistas para comemorar a vitória de Chávez.

Já os canais privados, opositores ao governo, repetiram à exaustão as imagens do confronto em Altamira e não transmitiram o discurso da vitória de Chávez.

Figura 3. *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A9

Em contrapartida, as acusações feitas pela oposição sobre o resultado do plebiscito de 2004 levaram o jornal a sair em defesa do Estado de Direito, ou seja, para continuar questionando a lisura do plebiscito deveriam ser apresentadas provas do processo eleitoral.

Se os adversários de Chávez de fato têm informações relativas a vícios eleitorais, devem apresentar provas. Se não as tiverem, precisam aceitar pacificamente o resultado das urnas e passar a fazer oposição dentro dos espaços institucionais previstos, em especial o Parlamento. Nem a Venezuela nem o continente devem aceitar rupturas antidemocráticas. (“A vitória de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A2)

Na realização do plebiscito os venezuelanos foram instados a responder a seguinte pergunta: “Você está de acordo em deixar sem efeito o mandato popular outorgado mediante eleições democráticas legítimas ao cidadão Hugo Rafael Chávez Frías como presidente da República Bolivariana da Venezuela para o atual período presidencial?” (MARINGONI, 2009, p. 158). O resultado foi divulgado pelo *Consejo Nacional Electoral* (CNE) em 16 de agosto de 2004: “NO” (confirmava o presidente) – 58,25% e “SÍ” (para a saída de Chávez) – 41,74% (BRITTO GARCÍA, 2012, p. 316).

Mediado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, com o “apoio técnico e outras formas de assistência da OEA, do Carter Center e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)”, (MACCOY, 2005) e, em meio a uma Greve Geral dos petroleiros que então durava dois meses, o evento foi denominado pela oposição “referendo revogatório” e, pela situação, “referendo comprobatório”.

A oposição teve que reunir o número mínimo de assinaturas determinado pela Constituição – 20% do total de eleitores do país –, ou seja, coletou-se mais de dois milhões e quatrocentas mil assinaturas, às quais foram apresentadas ao *Consejo Nacional Electoral* (CNE), com o objetivo de verificar se “[...] cada nome corresponde a um eleitor vivo, cadastrado, com registro de identidade válido, assinatura autêntica e que não tenha votado duas ou três vezes [...]” (MARINGONI, 2009, p. 157). Após a verificação das assinaturas, o CNE constatou irregularidades em um milhão quatrocentas e oitenta mil

assinaturas, causando insatisfação, principalmente nos bairros de classe média e classe média alta de Caracas. Com a revogação dessas assinaturas, a oposição recorreu a um mutirão para obter o número mínimo e conseguiu aprovar a realização do referendo (MARINGONI, 2009, p. 157).

O período foi marcante, pois, logo após a tentativa de golpe em 2002, o referendo foi a grande cartada da oposição para interromper o governo de Hugo Chávez. Mesmo com a supervisão de diversos organismos internacionais, a oposição, por meio dos grandes jornais privados do país, acenava com a possibilidade de não aceitar o resultado. Vários jornais opositores, como o *El Nacional*, estamparam manchetes que colocaram em dúvida o processo eleitoral:

[...] No obstante lo cual, casi todos los titulares de las páginas internas los descalifican: “Coordinadora Democrática asegura que no se resolvieron las denuncias de fondo” [B-2]. [...] Primero Justicia rechaza dialogo con Chávez y desconoce auditoría” [A-5]. História de un fraude electrónico” [A-7] “Oposición realizará protesta en todo o país” [A-8]. “El mar de la desconfianza” [A-11]. (*EL NACIONAL* apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 331)

Mas, conforme atestaram os observadores internacionais, o plebiscito foi realizado de forma correta, apesar da desconfiança – inclusive em relação à utilização das urnas eletrônicas que eram indicadas como “fraude eletrônica” – por parte da oposição. Mesmo o governo norte-americano (grande opositor de Chávez) reconheceu a transparência do processo e a legalidade dos resultados. Segundo o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Alan Erelly:

Los resultados están claros para todo el mundo; hubo un referendo pacífico que se realizo con transparencia y el resultado es que el pueblo expresó su voluntad y ya es hora de respetar esa voluntad y seguir adelante. Se trato de resolver un crisis política y la que ha vivido el pueblo de Venezuela, la gente de Venezuela ha hablado y por nuestra parte estamos preparados para seguir adelante [...]. (ERELY apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 342)

A relação da Venezuela com os Estados Unidos era fonte de grande polêmica. Histórico parceiro comercial da Venezuela, o governo norte-americano sempre se colocara de forma contrária à eleição de Chávez, sendo acusado de financiar ações oposicionistas. Segundo o sociólogo Raphael Lana Seabra, os Estados Unidos financiaram as ofensivas da oposição através da Fundação Nacional para a Democracia (USAID) e da companhia *Development Alternatives Inc.*, sendo que ambas, conforme o historiador norte-americano Gregory Wilpert, continuam a financiar a oposição venezuelana fazendo doações de, em média, cinco milhões de dólares anuais (WILPERT apud SEABRA, 2012, p. 144).

Em grande parte, a oposição norte-americana se deu em decorrência da aprovação da Lei de Hidrocarburetos que aumentava a participação do Estado venezuelano nos lucros do petróleo e na reativação, promovida por Chávez, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo durante a II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP,⁴⁷ ocorrida em setembro de 2000, ocasião em que o então presidente venezuelano promoveu a valorização dos preços do petróleo no mercado internacional, dando novo ânimo à Organização, que:

[...] havia se convertido numa sombra do que havia sido antes; os países membros regularmente ignoravam ou evadiam as cotas impostas pela organização. Venezuela em particular havia se convertido num dos países membros menos obedientes à organização. (WILPERT apud SEABRA, 2012, p. 126)

A importância venezuelana no que diz respeito ao petróleo é clara quando defrontada com os seguintes dados apresentados pelo economista e diretor executivo da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela, no Rio de Janeiro, Luciano Wexell Severo que, ao resgatar as conclusões do Relatório Anual da OPEP (*OPEC Annual Report*), divulgado em julho de 2011, afirma que: “[...] a Venezuela chegou ao fim de 2010 com uma reserva comprovada de

⁴⁷ Os objetivos da cúpula realizada em 2000 eram: “1. Restabelecer o diálogo entre Venezuela e os outros membros da OPEP; 2. Recuperar a credibilidade da Venezuela na OPEP; 3. Fortalecer a OPEP; 4. Defender os preços do petróleo; 5. Reassumir uma posição de liderança na OPEP; 6. Consolidar as relações entre Venezuela e o mundo árabe e islâmico”. Segundo Gregory Wilpert, a consolidação da posição atual da OPEP é um indicativo de que esses objetivos foram alcançados em boa medida (WILPERT apud SEABRA, 2012, p. 126).

mais de 250 bilhões de barris, superando a Arábia Saudita. As reservas venezuelanas triplicaram nos últimos cinco anos e alcançaram quase 20% do total mundial (SEVERO, 2012).

Segundo a cientista política Renata Peixoto de Oliveira, entre 13% e 15% do petróleo importado pelos Estados Unidos vinha da Venezuela, sendo que a *“Venezuela envía a EE. UU. el 74% de su producción petrolera exportable, pero los barriles venezolanos significan sólo el 9,6% de las importaciones estadounidenses de petróleo”* (ROMERO apud OLIVEIRA, 2011, p. 123).

O interesse norte-americano na Venezuela, portanto, é inegável. Por se tratar de uma superpotência militar, a necessidade de combustíveis é imensa e a Venezuela é um país com uma das maiores reservas de petróleo do mundo, com acesso fácil e rápido – via oceano – para o mercado dos EUA. Também é importante lembrar que a indústria petroleira demanda um largo investimento em infra-estrutura e tecnologia, fato que estimulou a presença de empresas norte-americanas no território venezuelano desde as primeiras décadas do século XX (OLIVEIRA, 2011, p. 124).

Portanto, é perceptível a razão da oposição dos Estados Unidos à política posta em prática pelo governo Chávez na Venezuela, ainda mais por se tratar de um grande parceiro comercial dos norte-americanos e por haver sido prejudicado em seus interesses econômicos e estratégicos pelas medidas relativas à venda de petróleo. Frente a tal cenário, a Venezuela tenta diversificar seus parceiros comerciais com a intenção de diminuir a influência dos Estados Unidos em sua balança econômica. Segundo o cientista político Rodolfo Magallanes, em entrevista ao autor, existe uma mudança gradual na relação entre os dois países:

Tem mudado mais durante os últimos anos. Tem mudado em um nível gradual, mas tem mudado. Essas mudanças têm sido significativas no sentido de que as alianças de Chávez em nível internacional são absolutamente distintas. A Venezuela tem tentado diversificar seu mercado e tem reduzido suas importações petroleiras para os EUA e, em certa medida, talvez, também pelo mesmo interesse dos EUA. Tradicionalmente, [a] Venezuela é uma fonte confiável de petróleo para os EUA, hoje já nem tanto. Então, provavelmente os EUA têm tentado diversificar ou diminuir a importância das compras da Venezuela, também para afetar o governo de Chávez. Então, talvez exista uma

confluência de um processo que parte dos dois extremos: do governo dos EUA e do governo de Chávez. Mas, sim, em minha opinião existem mudanças evidentes nesses setores. É muito claro. Em minha opinião, no setor petrolífero e no setor internacional existem mudanças. (MAGALLANES, 2012)

Após a vitória no plebiscito, o jornal brasileiro não se refere a Chávez como presidente, mas o denomina “mandatário” (“Censura na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 07/12/2004, p. A2). Um termo que, por si só, possui uma conotação pejorativa, particularmente quando associada a confrontos e radicalizações diversos, conforme se observa na matéria intitulada: “Censura na Venezuela”.

Chávez é o legítimo governante dos venezuelanos, mas só continuará a sê-lo se permanecer nos marcos da democracia. Infelizmente, o mandatário [sic], do qual se esperava uma atuação mais conciliatória após o referendo, não se afasta do caminho do confronto e da radicalização. (“Censura na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 07/12/2004, p. A2)

A mesma lógica também se observava nos discursos da oposição venezuelana, que acusava Chávez de ter estabelecido a censura e continuava a tecer suas críticas – por não aceitar os resultados do referendo – e questionava mesmo aos observadores internacionais, que referendaram o resultado das urnas naquela ocasião. Para o jornal *El Nacional*: “*Al precipitar su apoyo a los resultados electorales adelantados por el Gobierno no hacen sino ayudar a enterrar a la ya moribunda democracia venezolana*” (EL NACIONAL apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 341).

O mesmo jornal da Venezuela – *El Nacional* – afirmava que houvera fraude nas eleições e que Chávez não deveria ter permanecido como presidente. Mesmo passados alguns dias após o plebiscito, o diário manteve sua posição ao declarar que “*Chávez, después de consumir el fraude golpista [...] ha hecho algunos tímidos llamados al diálogo*” (EL NACIONAL apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 359).

Para a *Folha de S. Paulo*, a previsão de uma “nova temporada de confrontos” após a vitória de Chávez permanecia. O jornal brasileiro fez apelos

recorrentes para uma ação mais “conciliatória” por parte do governo venezuelano, principalmente no que se referia ao relacionamento para com a oposição. Também atenta para o fato de que o então presidente Hugo Chávez apenas continuaria a ser considerado legítimo se seguisse a referência explicitada pela *Folha* – a dos “marcos da democracia” largamente presentes em suas páginas de editoriais – e reiterava a responsabilidade direta de Chávez pela violência ocorrida, principalmente desde 2002 e por outros possíveis confrontos. Como na edição publicada a 17/09/2004, ao reiterar o fato:

Se Chávez, sentindo-se fortalecido pelas urnas, considera-se em condições de inaugurar uma nova temporada de confrontos na Venezuela, essa é uma péssima notícia para o país e o continente. (“A volta de Chávez”. p. A2)

A defesa do Estado de Direito se explicita quando a *Folha* também lança críticas diretas à oposição venezuelana que, por mais de uma vez, colocara em prática seus planos para retirar Chávez do governo ou para desestabilizá-lo.

Espera-se que ambos os lados, depois de tantos confrontos, saibam agir com serenidade e acatem de maneira madura o resultado das urnas. Que os vencedores entendam que o país precisa revigorar seus espaços de mediação política e, a despeito das divergências, se *unir em torno de compromissos democráticos*. Uma Venezuela cindida, sem canais de comunicação e resolução de conflitos políticos, não interessa nem aos venezuelanos nem ao continente. (“A Venezuela decide”. *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A2)

A ênfase em colocar “ambos os lados” de forma igualitária reforça a percepção da defesa da democracia no Estado de Direito, ou seja, nos limites da “mediação política”, categoria que sinaliza a exaltação do político como única forma de se resolver os problemas venezuelanos, ao separar o político da vida material que, como veremos, é um típico traço do politicismo.

A exaltação da ação política é marcante na ideologia liberal e um substrato do sentido da democracia, que colocaria todos os agentes sociais em condições iguais de ação dentro do campo de ação estatal, isto é, a visão que

o jornal lança sobre a política é positiva, referindo-se a uma condição necessária para o aprofundamento e aperfeiçoamento da democracia liberal, ainda que tomada como um valor universal.

Portanto, é possível perceber que o jornal encara a democracia burguesa como um fim em si mesmo, como a resolução de todos os problemas da sociedade e procura a todo custo conservá-la. Certamente de modo evidente e dentro das normas impostas pelo Estado de Direito, considerado a base do funcionamento da sociedade e viabilizado através do conjunto de leis que a regem.

São incontáveis os autores que se dedicaram a estudar o caráter das democracias em uma perspectiva liberal⁴⁸ e procuraram apontar os meios para aperfeiçoá-las. Muitos desses pensadores, mesmo quando as criticam, o fazem por considerar ser necessário “o respeito da presença prévia de valores nas instituições correspondentes” (MOISÉS, 2008), para que funcionem em sua mais ampla expressão.

Para autores como Joseph Schumpeter, por exemplo, a democracia se limita a uma relação entre a participação e a competição pelos candidatos aos postos políticos almejados através do voto (SCHUMPETER, 1984). Quer dizer, o voto – nessa perspectiva – é visto como mercadoria. Nada mais afinado com a ideologia liberal. O autor também considera que na democracia o povo não governa, mas, sim, aprova um governo, sendo que esse “jamais pode governar ou dirigir” (SCHUMPETER apud AMANTINO, 1998), sendo definida tal proposição da seguinte forma:

- A democracia é um método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas –, e portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas (p. 304);
- Acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população (p. 336);
- Método que uma nação usa para chegar a decisões (p. 305);

⁴⁸ Como exemplos, podemos citar: BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-363; MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

- Livre competição pelo voto livre (p. 338);
- Governo aprovado pelo povo. (p. 308 – SCHUMPETER apud AMANTINO, 1998).

Em total sintonia com a citação do jornal brasileiro, essa definição da democracia a coloca como um jogo, onde o respeito às regras é de vital importância, e se caracteriza, segundo Raymond Aron:

[...] precisamente pela imposição de regras estritas, pela manutenção de um marco espacial e temporal, dentro do qual devem permanecer os atores. O regresso periódico às eleições simboliza por sua vez a continuidade do jogo (a vitória não está definitivamente conquistada) e a limitação do número de partidas. A oposição derrotada na partida anterior deve esperar a próxima sem impedir, durante o intervalo, que a maioria e o governo realizem sua função. (ARON apud AMANTINO, 1998)

Enuncia-se assim o substrato teórico que sustenta as colocações da *Folha de S. Paulo*, cujo fulcro principal parece estar no processo eleitoral, isto é, no resultado das urnas ou na realização de eleições, assim como no respeito às instituições políticas, ou no respeito às regras do jogo político, colocado como o fator determinante para resolver as mais diferentes “mazelas sociais”. No editorial intitulado “Um novo Chávez”, o jornal explicita sua opinião veemente, ao propor que: “De fato, é fundamental que Chávez altere a sua linha anterior, de confronto multifrontal, para que as mazelas sociais e políticas venezuelanas possam ser combatidas sem tencionar as instituições” (*Folha de S. Paulo*, 17/04/2002, p. A2).

Como visto no Capítulo anterior, as “mazelas sociais e políticas” venezuelanas não se inserem na ordem dos fenômenos específicos do período Chávez, mas em registros atávicos na história daquele país. Considerando-se apenas os períodos mais recentes, os autores apontam que “as mazelas” se aprofundaram após os anos 1980 e chegaram ao fim dos anos 1990 quando as políticas de ajustes estruturais reduziram a participação do Estado na economia e debilitaram ainda mais os mecanismos ditos “normais” de distribuição, com o aumento dos níveis de desemprego, de pobreza e de desigualdade social no país (SEABRA, 2012, p. 105), como mostram os dados a seguir:

[...] entre 1980 e 1990 o desemprego aberto sobe de 6% para 11% e a informalização [do trabalho] de 35,4% para 41,8%; o salário médio real em 1990 equivalia a 49,8% do de 1978. Com isso, os níveis de pobreza e indigência da população entre 1981 e 1990 atingiram cifras inusitadas: a porcentagem dos domicílios cujas famílias se encontravam abaixo da linha de pobreza sobe de 22 para 34 e a dos abaixo da de indigência, de 7 para 12. Os 20% mais pobres da população urbana que em 1981 recebiam 6,9% da renda total passaram a receber 5,7% em 1990 e os 20% mais ricos sobem sua fração de 37,8% para 44,6%. (CANO apud SEABRA, 2012, p. 99)

Essa situação começa a se modificar após a mobilização social, dentre as quais se destacaram as paralisações petrolíferas ocorridas entre o fim do ano de 2002 e início de 2003, com a intensificação dos programas sociais (*Missões*) colocados em prática pelo governo Chávez e que conseguiram reduzir a pobreza no país de forma significativa. Segundo dados oficiais, divulgados pelo *Instituto Nacional de Estadística* da Venezuela, após as *Missões*, o número de lares que estavam na linha de pobreza caiu de 54% em 2003 para 26,8% em 2010, e para os lares em pobreza extrema caiu de 25,1% em 2003 para 7% em 2007 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA apud SEABRA, 2012, p. 151).

Para a *Folha de S. Paulo*, no entanto, o aspecto crucial para a solução das “mazelas sociais e políticas” seria o respeito e a preservação das instituições políticas na Venezuela, portanto, se associadas tais afirmações à análise que o jornal fez dos discursos presidenciais e suas insinuações de que a violência era promovida pelo governo Chávez, assim como as críticas às *Leis Habilitantes*⁴⁹ de 2001 e aos termos da nova Constituição, mais se conclui sobre o caráter da democracia defendida. Desse modo, este veículo não está referindo-se apenas à defesa do Estado de Direitos, mas, sim, à manutenção do *status quo* que garantia privilégios a um pequeno segmento da sociedade venezuelana, vinculado à concentração de renda e de propriedades privadas

⁴⁹ Na ocasião, após a aprovação da nova Carta Constitucional, em 1999, Chávez utiliza as *Leis Habilitantes* (que se assemelham às Medidas Provisórias brasileiras, *grosso modo*) para aprovar uma série de leis. Também integram este lote a resolução sobre o petróleo, que visa controlar e regular a produção industrial no país, além de dar maior autonomia ao Estado venezuelano frente aos interesses das empresas multinacionais e que foi a mais relevante no processo.

no país.

Portanto, dando ênfase à esfera do político, a *Folha* opera uma separação entre duas dimensões do social: o mundo político, representado pelo proselitismo político, e a vida material, isto é, as “mazelas sociais” que deveriam ser resolvidas respeitando-se a “manutenção das instituições”, logo, a ordem vigente. Assim, ao atribuir a Chávez um “mandonismo” típico do autoritarismo, ao associar reiteradamente que suas políticas expressam uma ameaça à ordem e às instituições, passa a formar a opinião de que Chávez é contrário à democracia, conforme, mais uma vez, se pode observar no trecho abaixo:

Não resta dúvida de que a Venezuela estará melhor no dia em que conseguir se livrar do presidente Hugo Chávez, mas é preciso que o caudilho deixe o poder por força do resultado das urnas, e não por meios estranhos à democracia. (“Tensão na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 06/12/2005, p. A2)

Também é importante destacar a utilização do termo “caudilho” por parte do jornal brasileiro para fazer referência a Chávez, ao lembrar que, assim como o uso do termo “populismo” (que será tratado no próximo Capítulo), existe uma conotação negativa na forma como é utilizado pela *Folha*. No caso, o caudilhismo – entendido como uma variante do estilo político personalista – designa o período no século XIX marcado pelas Independências dos países latino-americanos, quando a importância dos líderes locais que preservaram sua autoridade por meio da posse da terra foi preponderante para que se conservasse a coesão social após o abrandar das lutas de independência. No entanto, os caudilhos passaram a se digladiar quando disputaram o poder nacional e mantiveram-se como líderes conservadores que acabaram por perder espaço para os liberais que haviam liderado o processo de independência por um viés constitucionalista, importado dos ideais europeus (TAVARES, 2011).

A *Folha de S. Paulo* também propôs, naquela ocasião, que os venezuelanos se livrassem de Chávez e, ao reconhecer o caráter golpista da oposição não atribuiu a este segmento político um perigo para a democracia,

mas, sim, à política adotada pelo então presidente. Mesmo quando a oposição decidiu abster-se nas eleições legislativas – em um ato que feria os pressupostos democráticos defendidos por este jornal – preferiu dar ênfase ao número de votantes e insinuar, além disso, a pouca representatividade do pleito eleitoral (*Folha de S. Paulo*, 06/12/2005, p. A14). Para legitimar sua análise, reporta-se ao cientista político da Universidade Central da Venezuela, Luis Salamanca, em concordância com a visão do jornal e observa que o valor democrático do pleito saíra fragilizado, embora não pudesse ser considerado ilegítimo, pois era “uma vitória que, do ponto de vista democrático, deixa (va) um saldo bastante pobre, porque é (era) um trunfo construído a partir da retirada de setores que são (eram) muitos significativos”, configurando-se na Venezuela um “sistema político chavista” (SALAMANCA apud *Folha de S. Paulo*, 06/12/2005, p. A14).

É verdade que a oposição venezuelana já deu inequívocos sinais de golpismo. Mas isso não basta para proteger Chávez das críticas que a ele têm de ser dirigidas pelos que prezam e defendem a democracia. (“Escalada Chavista”. *Folha de S. Paulo*, 07/09/2005, p. A2)

Apesar dos “sinais de golpismo” da oposição venezuelana que, para a *Folha* eram claros desde o golpe de 2002, o maior perigo à democracia daquele país estava no presidente Hugo Chávez que tendia a incentivar o confronto e radicalizar o processo político então em voga na Venezuela.

2.1. Os meios de comunicação venezuelanos

O jornal brasileiro em questão observou e praticamente reproduziu as críticas da oposição ao governo Chávez, particularmente aquelas veiculadas pelos meios de comunicação da Venezuela. Também os meios de comunicação no processo político venezuelano foram relevantes desde a eleição de Chávez em 1998 e estiveram presentes de forma contundente no que concerne à oposição e ao apoio dado ao golpe de Estado de 2002, quando promoveram uma “verdadeira campanha” contra o governo (MARINGONI, 2009, p. 123).

A participação da mídia nativa no golpe de 2002 foi observada pela imprensa crítica e especializada, sendo alvo posterior de diversos estudos

realizados sobre seu comportamento, posicionamento e de como procedeu na cobertura sobre os eventos então ocorridos na Venezuela. Segundo a cineasta Patricia Kaiser, as emissoras de Televisão tentaram retratar os acontecimentos políticos e sociais seguindo um “roteiro de novela” e personificaram o governo Chávez como vilão e a oposição – retratada pelo dirigente da CTV, Carlos Ortega, assim como os militares contrários à Chávez – como os defensores da justiça, restando por opção aos venezuelanos assistirem o desenrolar dos acontecimentos em seus lares pela programação veiculada, esperando o desfecho justo onde o vilão finalmente seria derrotado.

[...] El melodrama, tan bien conocido por las televisoras de este país, también se ha hecho presente. Chávez es el malo de la partida. Ortega y Fernández lós paladines de la justicia. Los militares de la Plaza Francia, y demás opositores son lós amigos del héroe. PDVSA, la víctima. Y el resto de lós actores sociales partipantes en la contienda, pasan de víctimas a aliados. (KAISER, 2003, p. 243)

Um panorama abrangente sobre o papel da imprensa nos acontecimentos na Venezuela – principalmente em ocasiões pontuais –, como o golpe em 2002, o referendo revogatório em 2004 e as eleições para a Assembleia Legislativa em 2005, são apresentados pelo historiador venezuelano Luis Britto García no trabalho *Dictadura mediática en Venezuela*. Segundo Britto García, a grande imprensa venezuelana era controlada por duas famílias, representantes de dois grandes grupos econômicos: “*la organización Diego Cisneros (ODC), que posee Venevisión, y el grupo 1BC, controlado por las familias Bottome y Granier, que dominan Radio Caracas Televisión y Radio Caracas Radio*” (BRITTO GARCÍA, 2012, p. 15). Esses grupos, juntamente com os jornais privados, se uniram aos partidos políticos de oposição e realizaram forte campanha contra o governo de Hugo Chávez, principalmente após a adoção das *Leis Habilitantes* em 2001. Para Britto García, essa relação aconteceu em virtude da estreita relação entre os partidos, as campanhas eleitorais e a participação na distribuição de verbas públicas:

En Venezuela la actividad más productiva es la industria petrolera, bajo control estatal desde 1976. El éxito de los principales grupos económicos privados depende de su capacidad de influir en el Estado. Hasta 1983, esta influencia se ejerce esencialmente mediante dos operadores: los partidos políticos e los medios. Los grupos económicos hacen multimillonarios aportes a las campañas electorales y son retribuidos con contratos públicos. Los medios apoyan determinados partidos y son recompensados con curules parlamentarias, concesiones de telecomunicaciones y avisos oficiales. (BRITTO GARCÍA, 2012, p. 17)

Assim, quando o governo explicou sua intenção de ampliar o controle sobre os gastos estatais, principalmente sobre os ganhos petrolíferos; e mais, quando editou as *Leis Habilitantes* que, pelos investimentos no social, resultavam em uma pequena desconcentração dos capitais estatais disponíveis, os segmentos burgueses tradicionalmente beneficiários organizaram-se na oposição a esses ditames. Dentre os opositores estavam os meios de comunicação, conforme aponta o autor citado.

A posição de parte da burguesia venezuelana pode ser explicitada pela sua própria formação ligada aos lucros provenientes da extração do petróleo e por associação ao Estado, que garantia concessões para as grandes empresas estrangeiras explorarem o petróleo venezuelano: “[...] a burguesia interna (venezuelana) surgiu através da associação com o Estado, que realizou concessões de exploração para grandes empresas estrangeiras ao longo do século XX” (LOPES apud KLEIN, 2010, p. 109).

Assim, ante a possibilidade de terem seus privilégios diminuídos, os donos dos principais veículos de comunicação de massa se lançaram em campanha contra o presidente Chávez e seu governo – e chegaram a apoiar qualquer tipo de ação contrária ao presidente –, mesmo que ao romper com as propaladas “regras democráticas”, nome sob o qual recorrentemente justificavam suas ações.

Embora alvo constante de acusações da oposição, Hugo Chávez não demonstrou a intenção de revanche contra a imprensa, sendo que o único canal privado que sofreu algum tipo de “represália” foi a RCTV, cuja concessão não foi renovada. Esse fato abriu o flanco para muitas críticas e acusações de

cerceamento à imprensa, com insinuações de que o canal havia sido fechado pelo governo. No entanto, a não renovação da concessão que havia expirado era um direito do Estado, sendo que a emissora continuou as transmissões normalmente em seu canal fechado. A comprovação da preservação da liberdade de imprensa se verificava na veiculação mesma das críticas ao governo e na continuidade de manifestações de grande número de jornalistas e meios de comunicação que declaravam sua rejeição ao presidente.

Na realidade, o que se pode observar é que a posição dos meios de comunicação venezuelanos – em relação ao governo – assumiu uma dimensão de destaque enquanto expressão dos embates pelo domínio do poder político e da influência sobre as verbas disponíveis no orçamento estatal.

As acusações ao governo tornaram-se mais acirradas frente às medidas do presidente Hugo Chávez, que considerou ser necessário não apenas atuar no sentido de minimizar as diferenças sociais, mas também em divulgar para a população o que realmente acontecia. Nesse sentido, incentivou a criação de canais estatais como o “canal internacional Telesur” (MARINGONI, 2009, p. 155), que começou a transmitir no ano de 2005 com uma *“vocación social orientado a liderar y promover los procesos de unión de los pueblos del SUR”* e

[...] ser un multimedio y multiplataforma de servicio público con cobertura global que, desde el SUR, produce y divulga contenido informativo y formativo para una base de usuarios amplia y leal; con una visión integradora de los pueblos.⁵⁰

Outra iniciativa do governo venezuelano que atingiu os meios de comunicação foi a elaboração da “Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão”, propondo: “[...] disciplinar cotas de programas locais em todas [as] emissoras, a veiculação de anúncios e regulamentar a defesa daqueles que tenham sido expostos injustamente pelos meios de comunicação” (MARINGONI, 2009, p. 156).

Essa lei basicamente visou garantir o direito de resposta e retratação quando uma informação incorreta fosse vinculada por algum tipo de mídia e foi

⁵⁰ Informações obtidas no site do canal *Telesur*: <http://www.telesurtv.net/el-canal>, acesso em 05/09/2012.

duramente atacada pela imprensa privada na Venezuela. O que se observa é que a *Folha de S. Paulo* faz suas as vozes dos meios de comunicação privados venezuelanos, particularmente quando situa as regulamentações como afronta à liberdade de imprensa e às “regras democráticas”, já indicadas.

Para romper o isolamento a que os órgãos de comunicação o condenam, Chávez tem convocado rede nacional de TV e utilizado o sistema público de comunicações. O ideal seria que a imprensa, ainda que opondo-se ao projeto político do presidente, lhe desse voz. Mas o fato de não fazê-lo não autoriza a adoção de medidas que conspiram contra a liberdade de expressão. Se seguir por essa rota, Chávez estará, aí sim, confirmando a imagem de tirano que seus opositores o acusam de ser. (“Saída Autoritária”. *Folha de S. Paulo*, 08/03/2003, p. A2)

A continuidade dada ao tema sobre a conotação pejorativa, referida anteriormente no presente trabalho, vale ser ressaltada. Nesse caso, o presidente Hugo Chávez – e seu governo – foi associado à tirania, sendo também importante observar que o “projeto político do presidente” ao qual a *Folha* fez referência, estava relacionado com a tentativa – por parte do aparelho estatal de governo – de resolver um problema histórico na Venezuela: a dependência excessiva do petróleo⁵¹ que, em decorrência do excesso de “petrodólares e a permanente facilidade para importar, desestimularam o desenvolvimento de outras atividades internas, como a mineração de ouro e ferro e a agricultura” (SEVERO, 2012). Nesse sentido, foi proposta uma política que ganhou o nome de “Semear Petróleo”, com a intenção de aplicar os dividendos petrolíferos em outras áreas produtivas e com o objetivo declarado em diminuir, gradualmente, a dependência venezuelana em relação ao petróleo, principal matéria-prima de sua economia.

O plano tinha como diretriz o resgate da PDVSA para o controle estatal; além do controle de câmbio, de capitais e de preços (com o objetivo de fortalecer a moeda nacional e impedir a fuga de capital em decorrência da

⁵¹ A importância do petróleo na pauta de exportação venezuelana cresceu de forma evidente. Em 1908, era de 0,9% e já em 1928 de 76,6%. Em contrapartida, as exportações de café encolheram de 72,3% para 13,7%, e as de cacau caíram de 10,1% para 4,4%. Em 1948, as vendas de petróleo e seus derivados já estavam no patamar atual, impressionantes 95,9% de toda exportação venezuelana (SEVERO, 2012).

especulação financeira); da nacionalização via pagamento de indenização de empresas estratégicas dos setores de comunicação, eletricidade, alimentação, construção e de instituições financeiras; de reformar a lei do Banco Central da Venezuela que estabelecia um teto anual para reservas internacionais, sendo que os valores que superassem o teto deveriam ser transferidos para o Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), que tem o objetivo de financiar setores como indústrias pesadas, indústrias de transformação, agricultura, petroquímica, gás, infra-estrutura, transportes e habitação (SEVERO, 2012).

O governo também tratou de regular o fluxo de capitais no país, principalmente após a greve petroleira em 2003. Para tanto, foram limitadas as remessas de dinheiro para o exterior, assim como a implantação de uma cota que limita a importação em US\$ 1000 por pessoa física e a regulação do comércio de moeda estrangeira no país. Essas medidas, somadas à subida do preço do petróleo

[...] fizeram as reservas cambiais aumentarem numa velocidade jamais vista: depois de mais que dobrar, chegou a US\$ 31,05 bilhões em 2005. Dadas estas condições muito mais favoráveis, foi possível ao governo mudar a legislação do Banco Central, o que possibilitou o uso de parte das reservas em programas sociais do poder executivo. (BARROS, 2006, p. 229)

No trecho do editorial anteriormente citado (“Saída autoritária”), fica claro o posicionamento da *Folha de S. Paulo* como ciente da manobra e postura da imprensa privada venezuelana que omitia informações sobre as medidas relativas à minimização da desigualdade e que impossibilitava, com isso, a comunicação de tais benefícios ao público em geral. Desse modo, foi para regularizar o fluxo constante de informação ao povo da Venezuela o que levou Hugo Chávez à criação dos canais estatais, bem como para assumir a regulamentação e a criação de tais redes com medidas consideradas autoritárias e que afrontariam a liberdade de imprensa, o que se tornou rapidamente como estrito e necessário senso para considerá-lo um “ditador”, assim censurado por parte da imprensa privada do país. Nesse mesmo editorial da *Folha*, a defesa de tal posição: “A liberdade de expressão é um dos fundamentos mais visíveis das sociedades democráticas. Não é por outra

razão que está entre as primeiras vítimas de guinadas autoritárias” (08/03/2003, p. A2).

Portanto, para o jornal *Folha de S. Paulo* não importava o fato dos meios de comunicação defenderem e incentivarem o golpe contra Chávez, conforme se pode observar nos editoriais dos jornais venezuelanos. Como exemplo, podemos citar o *El Nacional*, que em 12 de abril de 2002 vinculou a seguinte manchete em sua Primeira Página: “*SE ACABÓ! Chávez renunció y entrego a las cuatro de la madrugada*” (*EL NACIONAL* apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 114).



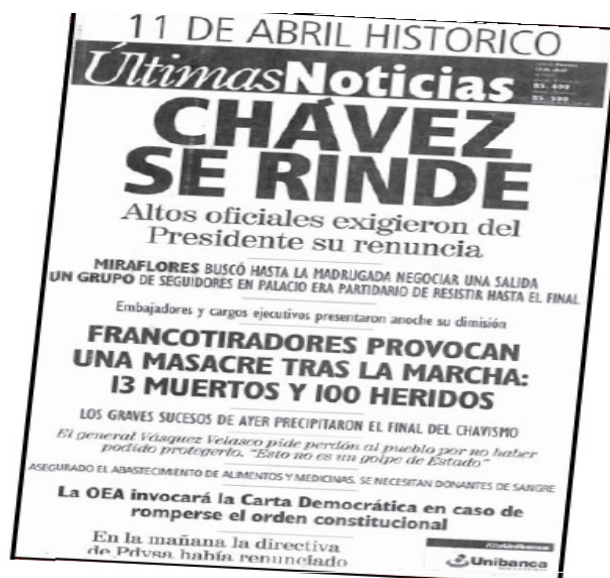
4 Primeira Página do jornal *El Nacional* do dia 12 de abril de 2002
(*FUNDACIÓN DEFENSORIA DEL PUEBLO*, p. 36)

Já o diário *TalCual* vinculou em sua Primeira Página: “*CHAO, HUGO!*”, e em seu editorial fez o seguinte diagnóstico da situação venezuelana: “*Aquí no hay manera de resolver institucionalmente el cambio político habido*” (*TALCUAL* apud BRITTO GARCÍA, 2012, p. 115).



5- Primeira Página do jornal *Tal Cual* do dia 12 de abril de 2002 (*DEFENSORIA DEL PUEBLO*, p. 38)

Seguindo o mesmo diapasão, o diário *Últimas Noticias* colocou em sua Primeira Página que Chávez havia se rendido, algo que não havia sido confirmado na ocasião e que mais tarde se demonstraria como uma falsa especulação, uma vez que o presidente venezuelano não renunciou, mas foi deposto por um golpe de Estado.



6 – Primeira Página do jornal *Últimas Noticias* (*DEFENSORIA DEL PUEBLO*, p. 41)

Mesmo antes do golpe de abril, quando os jornais venezuelanos falavam abertamente sobre a necessidade de fazer com que o presidente Chávez deixasse o governo frente à truculência com que faziam oposição ao mesmo, a *Folha de S. Paulo* demonstrava preocupação com a situação da imprensa venezuelana e alertava que qualquer censura a tal comportamento abalaria a “estabilidade constitucional” do país. “Ao ameaçar a imprensa – seja incitando correligionários, seja propondo censura – Chávez atingia mais uma estrutura da estabilidade constitucional” (*Folha de S. Paulo*, 15/02/2002, p. A2).

O fundamental para a *Folha* era a aceitação das “regras democráticas”, que significavam: realização de novas eleições, direitos ilimitados à imprensa, a busca da estabilidade política e a preservação das instituições nos moldes vigentes nos períodos anteriores.

2.2 – A politicidade como solução

Dois aspectos já apontados nos editoriais citados anteriormente serão retomados, agora analisados com maior atenção: o politicismo e o sentido da conciliação.

Ao retomar a questão do plebiscito revogatório de 2004, ferramenta constitucional com a qual a oposição venezuelana buscou interromper o mandato de Hugo Chávez, observa-se que a *Folha* se posiciona da seguinte forma naquele momento:

Espera-se que ambos os lados, depois de tantos confrontos, saibam agir com serenidade e acatem de maneira madura o resultado das urnas. Que os vencedores entendam que o país precisa revigorar seus espaços de mediação política e, a despeito das divergências, se *unir em torno de compromissos democráticos*. (“A Venezuela decide”. *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A2)

O editorial publicado conclama “ambos os lados” a respeitar o resultado do plebiscito revogatório de 2004 e que sejam observados por meio de uma “mediação política” se “unir em torno de compromissos democráticos”. A crença na ação política também pode ser verificada no editorial do dia 6 de fevereiro de 2002, em que o jornal considera “exasperante a inabilidade política do

presidente Hugo Chávez” que deveria, após o golpe de 2002, “acenar com o diálogo e com a reconciliação” junto a oposição (golpista).

Chega a ser exasperante a inabilidade política do presidente Hugo Chávez. Ainda que o mandatário venezuelano tenha obtido uma vitória parcial sobre a oposição, que desistiu de prosseguir com uma greve geral que já durava pouco mais de dois meses, Chávez foi longe demais ao tripudiar sobre seus adversários em vez de acenar com o diálogo e com a reconciliação. (“Tensão realimentada”. *Folha de S. Paulo*, 06/02/2003, p. A2)

A questão do diálogo – considerado o “caminho menos traumático para a Venezuela” – se põe, portanto, para o governo e não para a oposição. Apesar da recusa da oposição em reconhecer o governo e de suas manobras para impugnar os resultados – tanto do plebiscito, quanto do referendo –, o jornal divulga que: “Mais cedo ou mais tarde, Chávez precisará sentar-se com seus opositores e negociar. É o caminho menos traumático para a Venezuela” (“Prisão inoportuna”. *Folha de S. Paulo*, 21/02/2003, p. A2).

Também é dado perceber a posição do jornal no editorial “Teste para Chávez”, publicado no dia 5 de junho de 2004, quando a *Folha* descreve o estilo do então presidente venezuelano: “Mas tampouco há dúvida de que seu estilo autoritário e avesso ao entendimento tem sido o principal fator de instabilidade no país” (“Teste para Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 05/06/2004, p. A2). Fica claro que o jornal acaba por expor a real característica do Estado e da política, que segundo Decio Saes é indicado por:

[...] amortecer o conflito entre as classes sociais antagônicas; [...] aparecerem a essa coletividade cindida como atividades voltadas para a defesa de uma etnia, a realização de desígnios de Deus no mundo dos homens ou a concretização das aspirações do povo-nação. (SAES, 1989, p. 15)

Outras considerações sobre o Estado serão feitas na próxima sessão deste Capítulo. Por ora, vale abordar que para o jornal brasileiro a democracia se expressa nos pleitos eleitorais que garantem o princípio da representação, na liberdade de expressão da iniciativa privada, na manutenção do

funcionamento das instituições nos moldes previstos na legalidade e que propõe, para sanar as divergências entre as forças sociais, a conciliação e o diálogo político. Ou seja, os pressupostos que definem a democracia liberal, ancorados nas determinações teóricas formuladas por pensadores e intelectuais que se colocam nessa perspectiva.

Qualquer ação tomada pelo governo Chávez e que o jornal brasileiro – aqui analisado – considerasse como uma fuga a essa definição, seria o suficiente para acusá-lo de autoritário ou ditador, ou que mais cedo ou mais tarde se revelaria com alguma tendência nesse sentido. Assim: “O presidente Hugo Chávez, da Venezuela, é de fato uma figura problemática, que tem dado sinais e adotado medidas personalistas e antidemocráticas” (“Democracia na OEA”. *Folha de S. Paulo*, 07/06/2005, p. A2).

O que essa acepção nos mostra é a função social que o discurso cumpre como parte formadora da opinião pública brasileira acerca do processo em voga na Venezuela. Essa questão será analisada no próximo tópico.

O discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a Venezuela entre os anos de 2002 e 2005 está vinculado, principalmente, às questões da política e da democracia. A análise evidencia que a cobertura da *Folha*, ao limitar o debate a respeito da Venezuela no campo político, acaba por justificar o *status quo* vigente no país antes do “chavismo”, em que predominava um Estado autocrata subsumido à dominação de um segmento da classe burguesa. Logo, a justificativa dada pela oposição aos resultados do plebiscito, assim como do referendo foi reproduzido pelo jornal brasileiro em editorial na qual assume que a imprensa privada era um dos mais ferrenhos adversários de Chávez. Ou seja, seu sucesso estava no apoio recebido pelas classes “mais simples”.

Apesar do que informa a imprensa venezuelana, que milita como um dos mais ativos membros da oposição, Chávez ainda conta com a simpatia das classes mais simples. (“Saída para a Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 14/12/2002, p. A2)

Não as mais pobres, nem as mais beneficiadas pelo novo gerenciamento do Estado; mas os “mais simples”, cuja conotação remete à

ingenuidade e à possibilidade de caírem em engodos, orquestrações típicas de líderes populistas, conforme será observado em outro Capítulo.

Por outro lado, quando faz referência aos opositores de Chávez, a *Folha* os considera como “todos os setores da sociedade organizada” e opera uma divisão entre as “classes mais simples” e os “indivíduos organizados”, desqualificando a participação dos simpatizantes chavistas e levando a crer que há um descontentamento geral contra o governo.⁵²

A aventura de Chávez se destinava ao fracasso. Seu governo calcou-se no voluntarismo demiúrgico, e não num projeto coletivo; indispôs-se com todos os setores organizados da sociedade (dos empresários aos sindicalistas do petróleo, passando pela Igreja Católica, pela mídia e chegando aos militares, que o depuseram). (“Golpe na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 13/05/2002, p. A2)

Conclui-se que o discurso empregado pela *Folha de S. Paulo* vai ao encontro dos pressupostos oposicionistas, que buscava justificativas para o afastamento de Chávez do governo nos liames do Estado de Direito.

A ausência de associações das questões políticas com as bases materiais vigentes na sociedade venezuelana ou, ao menos, com as questões de ordem econômica, resulta em que o respeito às instituições signifique a manutenção dos parâmetros de gerenciamento do Estado nos moldes vigentes anteriormente, em que vigoraram os preceitos neoliberais.

Como se percebe a análise centrada na política como forma de resolver os problemas e entraves sociais vigentes na Venezuela está presente nos editoriais da *Folha de S. Paulo* durante o período estudado – o quadriênio 2002-2005 – e apresenta como justificativa a preservação da democracia liberal, considerada pelo jornal como única forma viável para a saída de Chávez do governo e para que fosse recuperada a ordem institucional no país vizinho em sua plenitude.

⁵² A questão referente à correlação de forças na sociedade venezuelana está presente no Capítulo 1.

2.3 – A liberal democracia e sua crítica

Conforme se deduz das matérias analisadas, é como se a democracia fosse uma questão de fé, única referência capaz de superar crises e, nesse sentido, tomada como marca de um “tempo indeterminado, nacional e internacionalmente”, em um mundo “estruturalmente demarcado, onde crise e estabilidade, [...] gritantes [...] integram toda a enervação dos sistemas existentes” (CHASIN, 2000, p. 92). Também é a evidência de que o político é a base da qual se espera todas as soluções, deixando de lado as próprias condições materiais de vida. Em outras palavras:

[...] é o abafante sucesso do capital em ir estendendo os limites de sua utilidade histórica, e nisto mesmo se pondo em conflito consigo próprio, agora por ação e graça também do que seriam seus melhores atributos. (CHASIN, 2000, p. 92)

O sucesso do capital está intimamente ligado à capacidade de deslocar suas próprias contradições, diz Chasin. Embora atribua tal sucesso também à incapacidade do trabalhador de se mobilizar – o que não era o caso na situação da Venezuela no período estudado –, tal assertiva pode ajudar a entender o fundamento da reação oposicionista à Chávez e, também, da adesão do jornal brasileiro a tal postura de classe, pois se observa que reforçam historicamente o “círculo vicioso” entre o capital e o Estado, “energizado os poderes da ideologia liberal” (CHASIN, 2000, p. 93).

Esse círculo vicioso também compreende o papel do poder político na auto-reprodução do universo do capital, isto é, o modo pelo qual a sociedade civil representa e reproduz a formação política dominante segundo seus próprios interesses. Assim:

Um mundo articulado de dimensões solidárias entre si, graças à interdependência entre sociedade civil e estado, tendo o capital como centro organizativo de ambos. Ou seja, a sociedade civil, articulada em torno do poder econômico, assegura a dominação capitalista sobre o estado político e, através deste, sobre o conjunto da sociedade, formando assim, um anel autoperpetuador. (CHASIN, 2000, p. 93)

Ao apropriar-se do pressuposto de que a democracia que defendem é uma forma política que pertence a este “anel autoperpetuador”, e que não

deixa de ser um modo pelo qual os setores dominantes reproduzem a formação política segundo seus interesses, configura-se o discurso ideológico que visa à preservação do *status quo*.

O que se observa na particularidade venezuelana em estudo são as manifestações de uma sociabilidade, incluso aí o Estado, que se faz débil na sua forma liberal e incapaz de garantir as condições de sua própria reprodução, dada a centralização e o atraso do desenvolvimento do capitalismo. Daí a supremacia maior que adquire a política, tomada pela oposição, por seus ideólogos e mesmo pelo governo, como a única via capaz de superação das contradições socioeconômicas. Desse modo:

[...] a política é tida como a esfera privilegiada da expressão da liberdade e da isonomia humanas, (tomada) como esfera racional de conformação das relações sociais a partir do estabelecimento (racional) de critérios para uma vida justa. A politicidade seria o elemento por excelência do humano. (ALBANI, 2008, p. 48)

A essa percepção da positividade da política, Marx contrapõe a noção de ontonegatividade, ou seja, não apenas sua importância decorre da fragilidade inerente às condições objetivas de determinadas sociedades, como é tomada e assumida enquanto tal, tornando-se um fator de impedimento da percepção (e ação) dos fundamentos de tais contradições e que estão na base material que funda tais sociedades.

No caso venezuelano, no não reconhecimento pela oposição da profunda desigualdade socioeconômica, ou dos problemas decorrentes da vinculação da única fonte de recursos ao capital internacional de forma totalmente dependente e subordinada, e na não aceitação dos direitos da maior parte da população camponesa e descendente dos povos originários. Ou, conforme recupera Chasin, atribui-se à política a:

[...] pretensão ilusória de autodeterminação como necessidade decorrente da sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo saturado, [que] conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação negativa. (CHASIN, 2000, p. 34)

Na ótica assumida pela oposição e pelo jornal *Folha de S. Paulo*, toma-se como papel do Estado garantir que todos sejam iguais e que possuam os mesmos direitos, o que acaba por separar a vida dos indivíduos: em princípio todos são cidadãos, mas, na prática, tomados enquanto indivíduos, as igualdades não existem.

Conforme reconhecem os legisladores liberais, a função básica do Estado é a defesa da propriedade privada, dos direitos individuais e das condições de igualdade a partir dessa perspectiva. Tal tese é justificada pela ideia de liberdade proposta pela sociedade burguesa, que equivale “ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem”; logo, não se baseia na “vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo”, fazendo com que “cada homem veja no outro homem, não a realização, mas ao contrário, a restrição de sua liberdade” (MARX, 2010, p. 49).

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, 2010, p. 40)

Também é marcante a contradição entre o interesse privado e o interesse coletivo, pois com a existência da propriedade privada se constata

[...] a contradição entre o interesse do indivíduo [...] e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si, dado que a riqueza material e espiritual produzida pela atividade genérica dos indivíduos é apropriada e fruída de modo privado por uma parcela da sociedade. (SILVA, 2000, p. VII)

Nessa perspectiva, o Estado é, na verdade, uma forma de dominação e de defesa de interesses particulares; e o político, uma forma de justificar essa dominação, enquanto a esfera econômica é considerada natural, restando ao homem o político como única forma de agir, daí ser: “O politicismo intrínseco à ordem do capital: a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça” (CHASIN, 2000, p. 34).

Tais questões são relacionadas por Marx à própria definição de liberalismo, que ressalta sua intrínseca função de dominação.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição a sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, a consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre Estado político e sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. (MARX, 2010, p. 40)

Nesse sentido, fica clara a importância que o liberalismo e a democracia possuem para o capitalismo, uma vez que afastam o político do social e abafam as disputas de classes, reduzindo-as a conquistas políticas, que não podem ser consideradas como realizações plenas do homem.

O poder político por seu caráter é um aparato destacado da base social, que tende a se afastar cada vez mais dela; é esse afastamento congênito que constitui a substância da tirania; o tirano é apenas uma personificação da essência tirânica do poder político. Entre o estadista e o tirano não há qualquer diferença de essência, apenas diversidades pessoais de talento e estilo [...] nenhum poder político é ou pode ser legítimo, pois é sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade. (CHASIN, 2000, p. 38)

Assim, a democracia aparece como a forma política mais apropriada ao capital, porque torna a competição possível, e a falta de competição torna o

capitalismo um sistema falho (CHASIN, 2000, p. 41). No caso da Venezuela a própria formação do *Pacto de Punto Fijo* pode ser observado como um exemplo da aproximação entre democracia liberal e capitalismo, uma vez que o pacto visava – segundo o documento que leva o seu nome –, a anulação da luta de classe e a garantia dos preceitos defendidos pela liberal democracia, tais como “segurança de que o processo eleitoral e os Poderes Públicos [...] correspondam às pautas democráticas, da liberdade efetiva e do sufrágio” e o fortalecimento e “[...] prolongação da trégua política” (*Pacto de Punto Fijo* apud MENDES, 2012, p. 67). Também é notório que todo período anterior à vitória de Chávez em 1998 foi pautado no consumo excessivo e que esse era a “plena realização da cidadania” (MENDES, 2012, p. 84). O caráter da democracia *puntofujista* fica evidente quando analisado o documento elaborado pelo “Grupo Roraima”, constituído por empresários venezuelanos e que influenciou os rumos políticos e econômicos da Venezuela durante a década de 1980.

Os princípios que regem os eventos econômicos tendem a ser leis naturais, regem tanto para o setor público quanto para o setor privado [...]. A decisão nacional de fortalecer o sistema democrático assinala-nos a necessidade de desenvolver um sistema integral de liberdades, já que só garantindo a liberdade econômica se pode preservar a liberdade política. (GRUPO RORAIMA apud MENDES, 2012, p. 91)

A identificação entre democracia e capitalismo também é bastante acentuada com relação ao liberalismo e chega ao ponto da democracia liberal ser entendida como valor universal e única forma política admissível. O liberalismo, na verdade, acaba por reduzir as questões do Estado à problemática acerca da liberdade, pois o Estado liberal reserva sua atenção ao pressuposto de que todos os indivíduos são iguais perante as leis, independentemente de suas posições nas relações de produção vigentes em cada particularidade social. Ou seja, tudo se resolveria por meio de regras definidas acima do social, ficando excluída qualquer problemática de classe e de hegemonia. Dessa forma, nenhuma crítica liberal toma o liberalismo como forma de hegemonia de classe, mas como expressão real de igualdade entre os indivíduos. Sendo assim, “pela ênfase no jurídico se oculta o real” (CHASIN, 2000, p. 82).

Portanto, a partir da crítica marxiana ao papel da política e do Estado enquanto forma de dominação percebe-se qual é o teor do discurso adotado pela *Folha de S. Paulo*, que acaba por fazer coro a tais pressupostos liberais em sua defesa da democracia nos moldes indicados no presente Capítulo.

A análise pautada no pressuposto de que a preservação das instituições do Estado basta para resolver os problemas venezuelanos não leva em consideração o fato de o próprio Estado ser um aparato de dominação – “Uma das principais concepções burguesas: a de que a sociedade é instaurada pela existência do Estado. O que equivale a dizer que é impossível a existência da sociedade sem esta dimensão” (SILVA, 2012, p. 256).

A construção do discurso do jornal brasileiro, mais uma vez, evidencia sua intenção de classe, uma vez que um Estado que mascare as diferenças e contradições de classe apenas serve para conservá-las.

Por fim, como pedra angular do discurso da *Folha de S. Paulo* encontra-se o apreço à democracia liberal, que é caracterizada pela liberdade de expressão da iniciativa privada, centrada em pleitos eleitorais pela defesa do Estado de Direito, como a única forma para tirar a Venezuela de recorrentes crises. No entanto, o jornal não leva em consideração a própria função social da democracia liberal, “que é a forma acabada da liberdade limitada”, assim como toda emancipação política, afinal, realiza uma separação entre a vida política e a vida privada. Enquanto se é livre na esfera política, na vida material se tem a liberdade tolhida – “Nem a Venezuela nem o continente devem aceitar rupturas antidemocráticas” (“A vitória de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A2).

A *Folha*, portanto, toma a democracia como valor universal, considerando-a um “sistema a-histórico de formas abstratas e gerais” (COTRIM, 1999, p. 46), sem, portanto, “atentar para os laços existentes entre a política e as condições materiais de existência”, uma vez que os conflitos deixam de ser encarados na sociedade civil como contradições de classe e passam a ser considerados na “oposição entre Estado e sociedade civil” (SILVA, 2012, p. 259).

Nesse sentido, a cobertura do jornal brasileiro sobre a Venezuela no período estudado, teve como marco central a ênfase na esfera política e em tal

concepção de democracia, ao mesmo tempo em que traça um retrato do presidente Chávez e de seu governo como avessos a tais valores e, conseqüentemente, responsáveis diretos pela “instabilidade no país”.

Não há dúvida de que Chávez é o presidente legítimo da Venezuela. Mas tampouco há dúvida de que seu estilo autoritário e avesso ao entendimento tem sido o principal fator de instabilidade no país. (“Teste para Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 05/06/2004, p. A2)

Em antítese aos valores democráticos, são-lhe atribuídas características autoritárias, aparentemente tomadas de seus discursos, mas que, na realidade, expressam as divergências de concepção de políticas de governo para fazer frente aos problemas vivenciados por aquele país. Assim, ao contrapor valores democráticos ao “estilo autoritário” de Chávez – associada à ameaça da instabilidade do país –, o jornal contribui para formar uma opinião pública negativa no Brasil acerca do projeto político e social vigente no país vizinho.

No próximo Capítulo veremos como a *Folha* formula a imagem autoritária do presidente venezuelano, considerando-o populista, ou seja, um líder político que foge aos pressupostos da liberal democracia.

CAPÍTULO 3

O Populismo e a *Folha de S. Paulo*

Em seus editoriais a *Folha de S. Paulo* frequentemente faz uso do conceito de populismo para referir-se ao governo Chávez no período compreendido entre 2002 e 2005, alusivo ao presente estudo. Essa constatação é significativa uma vez que o conceito carrega em sua definição um valor intrínseco à cultura política brasileira, vinculando-se ao elemento político “que agiria de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo” (FERREIRA, 2010, p. 7), ou seja, o termo traz um valor pejorativo em sua definição.

Neste Capítulo, analisar-se-á como o referido jornal brasileiro entende o conceito de populismo, uma vez que assim foi definido o presidente venezuelano: “Chávez é certamente um líder populista” (“Crise na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 10/12/2002, p. A2).

O constante uso da conceituação de populismo para definir Hugo Chávez por parte da *Folha de S. Paulo* se dá pela natureza das práticas políticas adotadas pelo governo venezuelano, principalmente àquelas relacionadas aos programas sociais. No editorial do dia 2 de fevereiro de 2005, por exemplo, o jornal enfatizava os “discursos inflamados” e as concessões populistas do presidente, dando a entender que o apoio recebido por Chávez nos anos anteriores – e posteriormente nas eleições de 2006⁵³ – não seriam frutos de um projeto político coeso, mas, sim, da manipulação populista que lhe permitiria controlar a parcela mais pobre da população que para esse veículo de imprensa é considerada “massa”.

⁵³ Apesar da abordagem direta ao período compreendido entre 2002 e 2005, esse trabalho comporta um esclarecimento sobre as eleições presidenciais de 2006. Naquele processo, Chávez conseguiu a reeleição com grande margem de votos sobre a oposição que após a tentativa de golpe em 2002, as greves e o boicote nas eleições parlamentares estava completamente desarticulada. Somou-se a esse quadro político o bom momento econômico do país em decorrência do alto preço do petróleo no mercado internacional, o que abriu a possibilidade de Chávez em ampliar os programas sociais existentes em seu governo e melhorar as condições de vida de grande parte dos venezuelanos. Sobre o assunto, ver: SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. 2012. 234f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

Na prática, seus inflamados discursos traduzem-se em concessões populistas e numa escalada autocrática que impõe controles ao Judiciário, ao Legislativo e à imprensa. (“O show de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 02/02/2005, p. A2)

Desse modo, para a *Folha de S. Paulo* os discursos “inflamados de Chávez” “se traduzem em concessões populistas e numa escalada autocrática” que promoveria um desequilíbrio entre os poderes, dando ênfase ao Executivo em detrimento do Judiciário e do Legislativo, fato que ficaria ainda mais evidente nas eleições parlamentares de 2005, ocasião em que os partidários de Hugo Chávez obtêm a grande maioria dos votos, sendo que a própria oposição decidiu boicotar o pleito e abrir caminho para que o governo venezuelano promovesse “a supressão das amarras e controles do Legislativo”.

Quanto a Chávez, cuja força está diretamente vinculada aos lucros do petróleo e às políticas populistas implementadas com esses recursos, ganhou dos opositores algo que só obteria por meio de um radical ataque às instituições: a supressão das amarras e controles do Legislativo. (“Tensão na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 06/12/2005, p. A2)

Ao retratar a vitória eleitoral de Chávez em 2005 após a recusa da oposição em participar das eleições, o jornal brasileiro afirma que o presidente venezuelano promoveria a “supressão das amarras e controles do Legislativo”. Ao fazer tal acusação e indicar um rompimento com o equilíbrio entre os poderes, pode-se inferir que a *Folha* passa a definir o governo venezuelano como autocrata, uma vez que o conceito abarca as características que o periódico atribui ao governo da Venezuela, principalmente no que se refere a valorização do poder Executivo em detrimento do Legislativo, fato que enfraqueceria a democracia uma vez que essa se baseia em um equilíbrio entre os poderes. Além disso, ao reconhecer que as políticas adotadas pelo governo foram medidas decorrentes da Constituição de 1999, a *Folha de S. Paulo* associa as medidas à expressão “Ditadura Constitucional”.

“Ditadura constitucional” é um termo que, apesar de encerrar um curioso paradoxo, se presta bem para descrever uma das principais características da mais recente safra de líderes populistas da América Latina, sejam eles de esquerda ou de direita. (“Manobra de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 05/05/2004, p. A2)

A referência à safra de líderes populistas remete ao contexto latino-americano que possibilitou a eleição de vários presidentes com tendências diversas das tradicionalmente dominantes no continente.⁵⁴ Denominados “de esquerda” tinham em comum a visão de que o modelo neoliberal havia fracassado na região, sendo o responsável pelo aumento das mazelas sociais na América Latina durante os anos de 1980 a 1990. Como observado no Capítulo 1, Hugo Chávez venceu as eleições de 1998 após o colapso do *Pacto de Punto Fijo*, em virtude das crises provocadas pelas políticas neoliberais que os partidos tradicionais colocaram em prática depois de mais de 40 anos no governo e que evidenciaram a crise de legitimidade enfrentada pelos próprios partidos que controlavam as ações políticas no país e que naquele momento se encontravam na oposição.

Ao assumir a presidência, Chávez colocou em prática uma série de programas sociais com o intuito de melhorar a qualidade de vida e de promover uma melhor distribuição de renda na Venezuela,⁵⁵ assim como procurou diminuir a influência dos partidos tradicionais nas esferas decisórias e no controle das verbas públicas do governo.

Tais políticas foram consideradas e taxadas como “populistas e assistencialistas” pela cobertura jornalística praticada pela *Folha de S. Paulo* que associou o uso dos recursos advindos do petróleo para atender aos “setores mais pobres da população” – setores anteriormente preteridos pelos partidos tradicionais, como AD e COPEI –, ao tratar tais medidas por engodos eleitoreiros praticados pelo governo chavista.

Os ganhos têm permitido a implementação de programas populistas e assistencialistas, que beneficiam os setores mais pobres da população, tradicionalmente preteridos pelos governantes. (“Escalada Chavista”. *Folha de S. Paulo*, 07/09/2005, p. A2)

⁵⁴ O jornal *Folha de S. Paulo* se referiu aos presidentes da Bolívia – Evo Morales, do Paraguai – Fernando Lugo (destituído pelo Parlamento em 22/06/2012) e do Equador – Rafael Correa, entre os líderes sul-americanos que assumiram uma posição contrária às políticas neoliberais e passou a denominá-los por “populistas” e “antidemocráticos”.

⁵⁵ A natureza dos programas sociais propostos pelo governo Chávez foram tratadas no Capítulo 1.

As referências às “concessões populistas” perpassam todo o período analisado. O caso mais importante foi o referente a Lei de Hidrocarburetos que regulou o repasse de lucro das multinacionais para o exterior e permitiu maior defesa dos interesses nacionais com a aplicação de receitas em políticas sociais conhecidas como *Missões*, que objetivavam levar aos bairros mais pobres das grandes cidades venezuelanas atendimento diversificado de primeira necessidade. Tais práticas representaram, de fato, um reconhecido aumento de popularidade do presidente Chávez junto da parcela mais pobre da população.

Tal aspecto polarizou ainda mais a correlação de forças vigente na sociedade venezuelana. Não porque tenha aumentado a desigualdade, mas porque passou a redistribuir a riqueza nacional e destinou grande parte dela para a inclusão social de cunho cidadão. No entanto, essas medidas acirraram os ânimos da oposição, constituídas por partidos tradicionais que congregavam uma parte da burguesia venezuelana.

Mas, se considerarmos em termos de classes sociais, as políticas chavistas resultaram na diminuição da desigualdade. Neste caso, a leitura do jornal brasileiro denota uma polarização em termos políticos – entre a oposição e o governo –, advindo do que poderia também atribuir-se ao inconformismo dos segmentos dominantes em terem seus antigos privilégios diminuídos.

Assim, mesmo com o reconhecimento que “os setores mais pobres da população” e, naquele momento, os mais favorecidos pelas políticas de Chávez foram “tradicionalmente” os “preteridos pelos governantes” anteriores, ainda assim a mensagem sobre os atributos de tal gestão é considerada como negativa na visão da *Folha de S. Paulo*.

O substrato das críticas oposicionistas venezuelanas estava na questão do neoliberalismo. O governo de Chávez, ao adotar medidas que contrariavam a tendência à privatização nos moldes monopolistas e ao definir políticas de reordenamento dos recursos que visavam dar suporte para a população mais distanciada ao acesso às benesses do Estado, e ao também por investir em programas de produção interna de pequeno porte, tornou a acirrar a oposição contra si. E, embora minoritária, sua visibilidade mostrou também ser internacional.

Em alguns editoriais as críticas da *Folha de S. Paulo* são sutis, mas em outros casos aparecem de forma direta, como é o intitulado “A Venezuela decide”, publicado nas vésperas do plebiscito revogatório convocado pela oposição ao governo Chávez, em 15 de agosto de 2004:

Chávez pode ser descrito como um carismático líder populista e personalista com pendores autoritários e infantilmente esquerdistas, além de francamente incompetente para conduzir a economia do país. (“A Venezuela decide”. *Folha de S. Paulo*, 15/08/2004, p. A2)

O plebiscito revogatório de 2004, previsto na Carta aprovada pelo próprio Chávez em 1999, consistia em uma tentativa da oposição em retirá-lo do governo após anteriores experiências golpistas frustradas.⁵⁶ Ao descrever o presidente venezuelano como um “líder carismático e personalista” e associá-lo a “pendores autoritários”, o editorial camufla a essencialidade de seus posicionamentos que se coadunaram com as críticas da oposição, sobre o novo destino dos recursos advindos do petróleo, conforme já observado por este trabalho.

O uso do termo “personalista” indica um estilo de liderança política que abrange, além do populismo, os estudos sobre políticos autoritários que possuem, por característica, “[...] resistência à alternância de poder, ensejando tendências ao surgimento de regimes ditatoriais ou mesmo autocráticos e a identificação do Estado e de suas instituições com a pessoa do caudilho dominante” (TAVARES, 2011, p. 43).

Ao caracterizar Chávez como “infantilmente esquerdista”, o jornal brasileiro refere-se aos discursos proferidos pelo então presidente logo após a realização do Referendo e que enfatizavam, sobremaneira, as mudanças que atingiriam tais elites, conforme se pode observar no extrato do discurso presidencial, abaixo citado:

¿Por qué hago estos comentarios?
Porque la figura del Referéndum Revocatorio ha sido siembra nuestra y me siento humildemente, como uno de los sembradores de esa siembra, de esa figura, para darle forma a un nuevo modelo democrático en Venezuela, no la vieja democracia de las élites, de aquellos candidatos que prometían villas y castillos y luego que eran

⁵⁶ Até 2013, ano de sua morte, Hugo Chávez passou por 14 consultas populares, sendo derrotado em apenas uma única ocasião.

elegidos, aquí llegaban y olvidaban a un pueblo que los eligió, hacían el pacto con el diablo, el pacto con las élites y traicionaban a los pueblos. Por eso es que siempre he sido propulsor y defensor de la figura del Referéndum Revocatorio, como lo dije entonces lo vuelvo a decir hoy: A la mitad del mandato, una vez pasada o transcurrida la mitad del mandato. (CHÁVEZ, 1999)

Ao desqualificar o processo político e social venezuelano e omitir, além disso, o caráter das reformas promovidas pelo governo, a disputa pelo poder em curso naquele momento foi encoberta. A associação da incompetência com infantilidade pode ser remetida às críticas que ajudaram a oposição a solicitar o Referendo de 2004, particularmente quando esse associava as novas medidas a propostas advindas do período das Independências latino-americanas e ao próprio Bolívar.

Hablando de números, y aquí, teniendo a mi flanco la figura de mi General Bolívar, aquel que dijo del Mariscal Sucre: · “El Mariscal Sucre es la cabeza más organizada que tiene el Ejército de la Gran Colombia”. Hablando de Sucre y hablando de Bolívar, yo voy a recordar hoy aquella frase de Bolívar el 15 de febrero de 1819, porque recoge mucho esta siembra, recoge mucho estos sentimientos de Patria, de construcción de un sueño, el sueño bolivariano, de una Patria verdadera: · “Dichoso el ciudadano que bajo el Escudo de las Armas de su mando convoca la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta”. El Mariscal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, venezolano infinito, soldado republicano, soldado bolivariano, como ya les dije, en opinión de Bolívar: “La cabeza más organizada que tiene el Ejército libertador, el Ejército de la Gran Colombia” era un matemático, revisaba los números y proyectaba. ¡Sucre nos dejó un ejemplo de cómo se construye una Patria! Sucre fue también, igual que Bolívar, un gran sembrador de Patria. ¡Bueno! volviendo a los números, el Consejo Nacional Electoral habló, estábamos a la espera, sin ningún tipo de presión, yo hace dos días lo dije desde el campo de béisbol de la Academia Militar de Venezuela. (CHÁVEZ, 03/06/2004)

Como se observa, remeter o futuro venezuelano ao ideário gestado quase um século antes pareceu ser uma temeridade à oposição, ainda mais fazendo referências a militares e ao Exército. Mesmo em momentos em que Chávez venceu as eleições dentro dos pressupostos democráticos – conforme defendido pelo jornal *Folha de S. Paulo* –, como no caso das eleições presidenciais de 2006 e em que obteve grande maioria de votos, mesmo ao considerá-lo “representante legítimo dos venezuelanos”, a *Folha* não deixou de ressaltar – ainda uma vez – o atributo de populista que “fica no poder”.

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, saiu vitorioso do plebiscito que poderia ter abreviado seu mandato. Com cerca de 58% dos votos, o líder populista se reafirma como representante legítimo dos venezuelanos e deve ficar no poder até janeiro de 2007. (“A vitória de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 17/08/2004, p. A2)

A postura grandiloquente de Hugo Chávez, aquela que se exacerbava em discursos floreados e repletos de visões históricas sobre a formação da Venezuela em nação independente, comumente remetia ao “sonho bolivariano”. Desse modo, o projeto político em voga na Venezuela foi denominado “Revolução Bolivariana”, associação freqüente feita por Chávez no que também se referia à participação popular, conforme nos serve de exemplo o extrato de seu discurso, abaixo citado:

República bolivariana y soberana, libre y democrática, pero verdaderamente democrática, sin daños, sin farsas, sin discursos retóricos, huecos y vacíos. Democracia porque tiene pueblo, porque la democracia si no tiene pueblo es igual a un río sin cauce, un río sin agua; un mar seco sería la democracia si no tiene un contenido profundamente social de igualdad, de justicia y de visión humana. Esa es la República a la que hago referencia en mis ideas fundamentales para la Constitución Bolivariana. (CHÁVEZ, 03/06/2004)

Embora não seja objeto do presente trabalho analisar se o governo de Hugo Chávez e suas políticas públicas representaram, de fato, um movimento revolucionário, tal denominação ensejou por parte do jornal brasileiro as inúmeras associações com a perspectiva populista, na concepção assim denotada e conforme o desenvolvimento do presente Capítulo. Assim, mais uma vez, conforme a *Folha* pontifica, a “Revolução Bolivariana” de Chávez nada mais seria do que:

[...] uma bravata populista sem conteúdo que um projeto nacional propriamente dito – teve fôlego curto e vai sucumbindo à proliferação de adversários e à primeira grande queda nos preços do petróleo. (“O Retorno de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 15/04/2002, p. A2)

Ou seja, não informa ao leitor qual seria o “projeto nacional propriamente dito” e sequer faz referência aos acontecimentos do mesmo período que abalavam o país, conforme rememorava o então presidente:

Primero, Golpe de Estado. 12 de abril: Aquí mismo, en este espacio donde estamos ahora. ¡Cuántas horas de angustia! la muerte rondando aquí mismo al frente, ¡cuántos venezolanos murieron! ¡Cuántas familias quedaron enlutadas! todos quedamos enlutados; ¡Cuánta sangre corrió por estas inmediaciones de Caracas y más allá! ¡Cuánta persecución! Cuánto terror sembraron a los venezolanos diciéndoles que “no podíamos esperar más”, que era “imposible una consulta a un referéndum revocatorio”, que “Chávez, el tirano, gobernaba todas las instituciones y no iba a permitirlo” ¡Cuánto ha costado! ¡Cuánto dolor costó!

Luego, Sabotaje terrorista de Diciembre del 2002 y enero 2003: [...]. (CHÁVEZ, 2004, p. 60)

A Venezuela passou por um golpe de Estado que foi noticiado pela *Folha*, mas com varias referências ao “esquerdismo” de Chávez, à sua aproximação com Cuba, à retórica antiamericana, à greve dos gestores da empresa petroleira etc.. Assim:

A insatisfação contra Chávez cresceu devido ao seu estilo autoritário, à agenda de esquerda, ao fracasso no combate ao crime, à pobreza e à corrupção. A situação econômica também foi agravada pela queda nos preços do petróleo – a Venezuela é o quarto maior exportador de petróleo do mundo. (BRASLAUSKAS, Ligia, da *Folha Online*)⁵⁷

Sem comentar a tais questões em seus editoriais – quando novamente associa a alta dos preços do petróleo no cenário internacional – adenda a *Folha* com a conotação de que seria por uma circunstância fortuita que o então presidente contasse com recursos provenientes do petróleo, pois não menciona nos textos publicados as regulações que possibilitavam aos lucros advindos da exploração dessa matéria-prima sua permanência (e posterior aplicação) no país.

Após associar a “Revolução Bolivariana” ao jogo populista para se manter no governo, o jornal brasileiro novamente faz referência à possível saída do presidente Chávez frente às pressões opositoras e a queda do preço do petróleo no mercado internacional. No entanto, a *Folha* não esclarece que a oposição havia dias antes à publicação do editorial em questão, tentado um golpe de Estado contra o governo eleito e contra, portanto, os preceitos

⁵⁷Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml

“democráticos” – base de argumentação permanente desse veículo de comunicação.

Omitia também, por sua vez, que a queda do preço do petróleo fora – naquele momento – causada pela instabilidade política que se instaurara com a tentativa do golpe, o que, além de prejudicar o governo, causou grandes danos à população que enfrentou muitas adversidades em decorrência da desvalorização do principal produto exportador do país. Além de pregar a saída de Chávez da presidência, o jornal se colocava de acordo com os pressupostos da oposição venezuelana, ignorando que muitos dos problemas destacados foram causados pela ação política das forças contrárias ao governo da Venezuela: “À frente nos últimos seis anos de um processo político personalista e centralizador, o mandatário venezuelano já adotou diversas medidas autoritárias” (“Esquerda obtusa”. *Folha de S. Paulo*, 21/09/2005, p. A2).

Nota-se a insistência da *Folha de S. Paulo* em considerar o então presidente venezuelano autoritário, mesmo que Chávez tenha se mostrado aberto e, até mesmo com as tentativas da oposição de retirá-lo do cargo, como foi o caso do plebiscito revogatório de 2004. Em discurso, também Chávez se disse contente pela mudança de postura da oposição que deixava de lado os planos golpistas (como o de 2002), para tentar interromper seu mandato por meio de uma ferramenta prevista na Constituição, aprovada em 1999.

Y estoy contento, estoy muy contento de que en vez de golpes, en vez de estar planificando invasiones, en vez de estar planificando incursiones paramilitares, que la oposición hoy esté reunida para planificar el referéndum revocatorio, eso me parece una buena señal dentro de este camino democrático. (CHÁVEZ, 03/06/2004)

Percebe-se, portanto, que o raciocínio utilizado pela *Folha* é o mesmo considerado para a construção liberal do conceito de populismo que possui um enorme peso na cultura política brasileira e enseja espaço para uma grande discussão a esse respeito. No interior do pensamento crítico ao conceito de populismo, destaca-se que tal apreciação não se atém à análise da sociedade como um todo, mas, sim, que acaba por “encaixar” a realidade social ao tipo ideal do conceito, tornando-se incapaz, portanto, de explicar as características

do real a partir das circunstâncias que o configuram.

Frente à utilização recorrente desse conceito nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, é que se depreende a necessária introdução acerca da construção do conceito de populismo – sua discussão e sua crítica –, visando o entendimento da motivação ideológica do jornal brasileiro ao lançar mão do referido preceito para caracterizar Hugo Chávez.

3.1 – A perspectiva analítica do conceito de populismo

Para entender o conceito de populismo é necessário compreender que a própria história do conceito e sua definição passaram – e ainda passam – por uma série de discussões historiográficas que contestam sua abrangência e sua capacidade analítica.

Criado para definir uma época específica da História nacional e latino-americana, que marcara a transição de uma sociedade basicamente agrária para uma sociedade industrial, o termo ganhou abrangência e espaço – principalmente na grande mídia – e se tornou uma teoria explicativa que se encaixaria nas mais diferentes circunstâncias, sempre ao definir um político centralizador e carismático, em contato direto com as massas de uma sociedade em crise hegemônica. Segundo tal teoria, quando a sociedade não alcança o *status* social para a afirmação da liberal democracia – que é tomada como modelo a ser conquistado –, firma-se o pacto social de conciliação de classes – o pacto populista –, embora sob o domínio da burguesia. Portanto, o populismo vem sempre associado à ausência da democracia liberal, assim como o autoritarismo e o totalitarismo.

Tal modelo interpretativo foi questionado por diversos autores e analistas, uma vez que não explicava a realidade concreta e as especificidades históricas dos eventos estudados, sem mencionar as próprias tensões existentes na sociedade civil. Acabou, na verdade, por se inverter a análise. Não era o conceito que buscava compreender a realidade social, mas, sim, a realidade que se encaixava na definição deste.

Diante dessa problemática, e em decorrência da constante utilização pelo jornal *Folha de S. Paulo* do termo “populismo” para caracterizar Hugo

Chávez, entende-se por necessária uma pequena retrospectiva sobre a história do conceito e de sua utilização, a fim de analisar a ideologia do jornal brasileiro, sempre em busca dos motivos que levaram à utilização do termo populismo para definir a realidade social venezuelana e o governo Chávez no período aqui estudado (2002-2005).

3.1.1 – Discussão acerca do populismo

Este trabalho não tem o intuito de discutir o populismo em profundidade, mas, muitos trabalhos com esse intento já foram publicados.⁵⁸ No entanto, a análise dos documentos levou a constatação que o uso do conceito é constante ao definir o então presidente Hugo Chávez e sua política, na Venezuela. Desse modo, uma pequena discussão sobre o conceito se faz necessária.

Segundo Angela de Castro Gomes, pode-se caracterizar a década de 1950 como o marco inicial para a compreensão do populismo, quando um grupo de intelectuais passou a se reunir periodicamente para discutir os problemas políticos, econômicos e sociais do país. Patrocinado pelo Ministério da Agricultura, o grupo recebeu o nome da cidade onde se encontrava – ficando conhecido como “grupo de Itatiaia” – e, posteriormente, formariam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Segundo a autora:

Este seleto grupo intelectual tinha como objetivo mais imediato formular uma interpretação para a crise nacional em curso, interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar as forças progressistas do país, tendo em vista o desencadeamento de um movimento amplo em prol de reformas de base. A atuação destes intelectuais aposta, portanto, no papel de uma vanguarda esclarecida que, produzindo uma nova visão de mundo, abasteceria projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos por eles identificados e equacionados. (GOMES, 2010, p. 23)

⁵⁸ Como exemplos, podemos citar: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [2001]; AGGIO, Alberto. “A emergência de massas na política e a teoria do populismo”. In AGGIO, Alberto; LAUHERTA, Milton. *Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Para Gomes, um dos problemas que deveria ser equacionado pelo grupo era o referente ao conceito de *populismo*, definido de forma esquemática, sendo necessárias algumas pré-condições para a ocorrência do fenômeno. Em primeiro lugar, seria fundamental uma política de massas vinculada a não existência de uma consciência de classe, o que acarretaria a não participação e organização política dos trabalhadores como tal. Em segundo lugar, a ocorrência de uma crise hegemônica, onde as elites deixariam de criar os valores e os estilos de vida que orientam a sociedade. Em decorrência dessa crise, as classes dominantes precisariam do apoio político das massas emergentes. Para completar o quadro, é imprescindível o surgimento de um líder populista, carregado de carisma e capaz de mobilizar as massas (GOMES, 2010, p. 25).

A teoria populista, nesse momento, está inserida nas temáticas referentes ao nacional-desenvolvimentismo, sendo entendida como um estágio da transição dos países latino-americanos de uma economia de base agrário-exportadora para uma fase mais moderna, de expansão urbano-industrial. Nesse contexto, surgem nos anos 1950 e 1960 a teoria da modernização que imediatamente ganha grande espaço, trazendo a reboque sua definição sobre o populismo.

Jorge Ferreira observa que para Gino Germani – conhecido teórico sobre modernização –, “a inserção da América Latina no mundo moderno não seguiu os padrões clássicos da democracia liberal europeia” (FERREIRA, 2010, p. 64). Chama atenção na elaboração, portanto, a utilização da democracia liberal como paradigma para esta análise. Ver-se-á, mais adiante, que essa postura é típica da ideologia liberal – fato que resultará em diversas críticas à conceitualização do populismo efetuada por essa corrente teórica.

O regime “nacional popular” tem frequentemente negado os valores básicos da democracia representativa, tais como liberdades civis, ao mesmo tempo que efetivamente incorpora as antigas massas marginais à vida econômica, cultura e política da nação. Ele as induz a uma participação compulsória no processo de nacionalização e determina a passagem da participação passiva à participação ativa. [...] O regime nacional popular não surgiria no país em que chegou à etapa da democracia representativa (GERMANI apud IANNI, 1989, p. 21).

Assim, a passagem de uma sociedade tradicional para uma dita moderna desencadeou uma rápida industrialização e urbanização subsequente, mobilizando as massas populares que exigiram participação política e social, deixando de lado os canais institucionais clássicos. Para Torcuato di Tella, assim como Germani – não fazia referência específica às realidades sociais, econômicas e políticas dos países da América Latina –, a explosão demográfica e as aspirações participativas das massas forçaram a alteração no sistema político, uma vez que essas massas urbanas recém-chegadas das zonas rurais sofreriam um forte impacto social em decorrência da própria mudança para a cidade, além da maior escolarização e da influência dos meios de comunicação que provocariam uma “revolução de suas expectativas”, na medida em que se aprofundara o abismo entre “as aspirações e as satisfações, em especial na esfera ocupacional, e as pessoas passariam a sentir o que alguns sociólogos chamam de ‘incongruência de *status*’”, tornando o processo de mobilização das massas urbanas pelo líder carismático fácil, sendo que estas possuíam reconhecida inexperiência política e debilidade de organização (IANNI, 1989, p. 23).

Esse contexto permite, em certo ponto, que as massas se alinhassem às camadas médias em busca de seus interesses próprios. Como as classes dominantes não conseguiram formular respostas para tais demandas, abriu-se espaço para o surgimento de líderes populistas que manipulavam as “massas” (FERREIRA, 2010, p. 65).

Gino Germani e Torcuato di Tella, basearam-se em tipos ideais de sociedade. Localizou o populismo no processo de transição de uma sociedade tradicional para a industrial moderna, tendo o modelo europeu como referência. As massas não teriam papel atuante no processo de modernização, o líder populista seria aquele que dá voz a suas demandas e não possuiriam organização autônoma, fatos que impediriam o avanço da liberal democracia no continente. (AGGIO, 2003, p. 150)

Autores brasileiros também se debruçaram sobre o conceito ao atribuir a conotação populista a alguns governos, particularmente ao de Vargas em sua relação com as antigas oligarquias agrárias e os trabalhadores. Um dos mais influentes foi o trabalho de Francisco Weffort, que analisa o fenômeno tomando como referência a Revolução de 1930, em que se verifica a crise econômica

cafeeira e abre-se a possibilidade de troca da elite dirigente – em um movimento liderado pela classe média e alguns líderes oligarcas –, que derrubam o antigo Estado Oligárquico. Sendo as lideranças do movimento vinculadas ao setor de serviços e ao Estado, esses eram dependentes da economia de exportação que, por sua vez, gerava grande desigualdade, sem, no entanto, aumentar a participação política das classes médias. Esse descompasso acabou causando descontentamento, levando à crise e à oposição ao Estado Oligárquico e, assim, acarretou um vazio de poder. Weffort considera que o nascimento do populismo está mais ligado à crise do Estado Oligárquico do que à instauração da hegemonia da burguesia industrial, configurando um vazio de poder – preenchido pelo líder populista –, com forte apoio das massas populares ao lançar mão do conceito de “Estado de compromisso” ou “Estado de Massas” (conceitos que serão trabalhados mais adiante), ou seja,

[...] a ideia de compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado / Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira (GOMES, 2010, p. 33).

Lívia Cotrim, ao fazer a crítica do modelo de populismo proposto por Weffort, assinala a falta de autonomia das massas, como fonte de legitimidade para o Estado em crise.

[...] segundo Weffort, há uma aliança tácita entre diferentes classes sociais, com hegemonia das classes dominantes, mas atendendo a algumas aspirações básicas da população, mais especificamente: acesso a empregos urbanos, ampliação do consumo e participação política nos quadros institucionais. Essa aliança policlassista privava as massas de sua autonomia, e somente nessa condição estas eram fonte de legitimidade para o Estado. (COTRIM, 1999, p. 38)

Conforme Cotrim, Francisco Weffort considera que as massas urbanas teriam se formado por “ascensão social” e não por decadência das classes médias ou da pequena burguesia e, por esse motivo, estariam em situação de

“disponibilidade política”, uma vez que “ao migrar e se transformar em operário, o indivíduo realizaria uma ‘revolução individual’ em seu estilo de vida, e passaria a se desinteressar da revolução social.” (COTRIM, 1999, p. 39).

Já Octavio Ianni, crítico das posições de Weffort, considera que o populismo representa a fase final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção – a construção de um mercado de força de trabalho pela formalização das relações capitalistas.

[...] o populismo parece corresponder à etapa final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Corresponde à época da constituição do mercado de força de trabalho, pela formalização das relações de produção de tipo capitalista avançado. (IANNI, 1989, p. 9)

Segundo Ianni, a formação do pacto populista tem raiz na falta de uma classe emergente hegemônica; no entanto, os interesses burgueses prevaleciam no interior da sociedade. Então, o populismo manteria por inalterada as relações político-econômicas internas e externas, juntamente com uma luta anti-oligárquica e antiimperialista. O autor ressalta que o fato do “nacionalismo populista com frequência parecer muito mais uma simples retórica resulta de que ele é antes um elemento de aglutinação de heterogêneos do que um programa de ação.” (IANNI, 1989, p. 39).

Em termos gerais, as principais correntes que analisaram o populismo como uma característica de governos no Brasil, apesar de suas divergências, consideram que existia um “vazio” no poder, ou uma crise hegemônica, assim como a inexistência de uma consciência de classe do operariado nacional.

Portanto, para tais autores, é preciso a existência, por um lado, de um contexto de desgaste da política oligárquica e, de outro, de avanço da industrialização, juntamente com um grande movimento migratório do campo para a cidade como resultado da urbanização, ao configurar uma situação em que nem as velhas oligarquias nem a nova elite industrial conseguiram deter o poder de forma hegemônica, frente às “massas” emergentes e dispostas a reivindicar seus direitos. Estas massas, no entanto, não possuíam consciência de classe para fazer valer sua participação política.

É nesse quadro que surgiria o populismo, segundo o qual as elites aceitam ceder a algumas reivindicações das “massas” com a intenção de se legitimar no poder, o que seria alcançado por meio de um líder carismático que centralizaria o poder, promoveria uma expansão das obrigações do Estado e entraria em contato direto com as ditas “massas”, obtendo em troca seu apoio político. Em outras palavras, as “massas” seriam um objeto de manobra para a instalação e manutenção de uma hegemonia frágil, expressiva de um ou alguns segmentos de classe.

Sobre essa abordagem, que ainda perdura como teoria explicativa para os diversos momentos da política nacional e latino-americana, percebe-se que são utilizados alguns conceitos em detrimentos de outros. Os autores preferem utilizar categorias que são tomadas como universais, como “nacionalismo”, “massas” e “democracia”, por exemplo.

Conforme os críticos dessas proposituras, ao deixar de reconhecer a existência de classes e de seus antagonismos fundantes, reduz-se a realidade concreta à luta entre elites pelo controle da hegemonia, estando as “massas” disponíveis para a manipulação de um líder carismático.

Diversas apreciações contrárias a esse tipo de interpretação são objeto de estudo de outros autores. Os críticos buscam encontrar o motivo pelos quais essas teorias foram elaboradas e o que sua utilização demonstra da intencionalidade do agente que a utiliza – no caso deste trabalho –, a da *Folha de S. Paulo*.

3.1.2 - A crítica à teoria do populismo

Diante do exposto, fica claro, portanto, a importância que o termo possui nas Ciências Sociais brasileiras, com diversos trabalhos voltados para sua explicação e conceitualização. Frente ao peso do populismo no vocabulário político, sua presença é também marcante nos meios de comunicação, mas normalmente como “um termo que expressa estilos políticos de caráter depreciável” (AGGIO, 2003, p. 163).

Nesse sentido, é imprescindível entender os contextos históricos classificados como populistas por meio de suas particularidades e de suas

realidades concretas, e não a partir do uso que se impõe, neste caso, como um preconceito. O populismo surgiu em decorrência de uma necessidade específica de intelectuais liberais em entender o nazismo, o fascismo e o bolchevismo na Europa, como movimentos que se colocavam de forma contrária à liberal democracia como valor universal a ser seguido.

A crítica ao populismo analisa a função social que tal definição cumpre ao explicar, a partir de tais categorias, determinadas realidades históricas. Nessa perspectiva, uma questão se faz pertinente: sobre o que se trata quando se analisa o populismo da maneira como foi visto anteriormente? Como dito acima, o conceito nasce da necessidade de explicar determinados movimentos históricos, classificados como sociedades de massas de cunho totalitário que tentavam se mostrar como alternativa ao postulado universalizante da democracia liberal. Portanto, para entender o populismo, tais autores consideram que é necessário explicar alguns traços dos conceitos de sociedade de massas e de totalitarismo, utilizados para designar os fenômenos históricos que marcaram a Europa na primeira metade do século XX.

Como visto o totalitarismo – como qualquer conceito –, não nasce desprovido de determinação social, ou seja, significa que o termo aparece para cumprir função específica sob a responsabilidade de teóricos liberais que, ao buscarem uma explicação para o nazi-fascismo e para a Revolução Russa – e com o intuito de criticar tais fenômenos e realizar a defesa da liberal democracia –, formulam o conceito de *totalitarismo*, definindo-o como o “liberalismo com o sinal trocado” (CHASIN apud RAGO FILHO, s.d., mimeo.). Cria-se, assim, um fetichismo em relação ao conceito que, instrumentalizado pelo vocabulário liberal, utiliza

[...] universais abstratos para tentar descrever o real, ficando impossibilitada a probabilidade de se usar universais concretos por meio de mediações e particularizações concretas. Esse método acaba por equalizar fenômenos históricos totalmente distintos. (RAGO FILHO, s.d., mimeo.)

Desse modo, ao relacionar todo monopólio de poder a todo Estado totalitário, uma vez que a democracia liberal não é o sistema político operante, os valores liberais fazem com que se oculte a própria questão da hegemonia

de classe, presente também na democracia liberal, operando assim a própria eternização do Estado e da dominação de classe. Cumpre, portanto, uma função social clara, visto que:

Confundindo manifestações históricas concretas, e reduzindo-as à sua expressão política, o conceito de totalitarismo opera simplesmente uma sorte de tautologia (vício de linguagem, algo repetido diversas vezes) ao “determinar” o fascismo, o nacionalismo, e tantos outros eventos que ele se permite englobar e que de algum modo contrariam o perfil liberal [...] Com isso não estamos querendo confundir ou dissolver as distintas formas de hegemonia; pelo contrário, queremos ressaltá-las, afirmando que ela, a hegemonia, sempre está presente ao fenômeno do poder, ao contrário do que a análise liberal pressupõe. (CHASIN apud RAGO FILHO, s.d., p. 09, mimeo.)

Um autor importante para a crítica às teorias do populismo é Rubem Barboza Filho,⁵⁹ que considera o populismo com sua origem no postulado de que a democracia liberal é o modelo a ser seguido pelas sociedades modernas, uma vez que no início do século XX os teóricos liberais se viram ante a necessidade de explicar fenômenos que fugiam às regras deste sistema político. Nesse contexto, aparece a teoria da sociedade de massas que, ao proceder à crítica ao nazi-fascismo e ao socialismo utilizando-se dos mesmos parâmetros e valorizando os pressupostos da liberal-democracia, os identifica como fenômenos semelhantes. Para tal tarefa, se concentra a análise na esfera política, único modo de identificar nazi-fascismo com socialismo, atribuindo a ambos negatividade e os desvinculando da democracia liberal (BARBOZA FILHO apud COTRIM, 1999, p. 44). Portanto, constata-se que o ponto de partida para a construção do conceito de populismo é o universo teórico liberal, ou o universo teórico do capital.

Barboza Filho aponta que na teoria da sociedade de massas, a liberal democracia é posta como destino desejável de toda sociedade e, teoricamente, como a referência capaz de iluminar outras formas de organização da sociedade. Transforma-se num tipo ideal no mínimo curioso: além de formal, normativo, que se transforma num “dever ser”, que “vicia a realidade,

⁵⁹ BARBOZA FILHO, Rubem. *Populismo: uma revisão crítica*. 1980. [--?f.]. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Departamento de Ciência Política – DCP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG.

adequando-a aos seus termos, esse tipo ideal [...] é o pressuposto da teoria da sociedade de massas”, e sua corrupção resulta nos populismos ou totalitarismos, também tipos ideais. A especificidade de outras formas torna-se questão de grau de aproximação ou distanciamento da liberal-democracia (BARBOZA FILHO apud COTRIM, 1999, pp. 44/45).

Para o autor, o modelo de liberal democracia tomado como referência para as sociedades se assenta na afirmação de que a manutenção da liberdade individual e do pacto social que a sustenta implica na existência de uma multiplicidade de grupos

[...] intermediários centrados em interesses diversos, independentes do estado, os quais protegem as elites de uma pressão indiscriminada das massas, e a estas das elites, além de servirem de canais de comunicação entre ambas. A garantia da existência de elites democráticas é a competição das elites pelo poder [...] o Estado é visto como resultado de um pacto social intergrupar, e simultaneamente como garantia externa para sua manutenção. (BARBOZA FILHO apud COTRIM, 1999, p. 45).

Ou seja, ao propor que esse modelo – mantendo-se sua estrutura fundamental – teria alto grau de estabilidade, gerando uma associação entre democracia e ausência de rupturas sociais e políticas, supondo uma distribuição relativamente igual da riqueza nacional com o intuito de relacionar democracia e países capitalistas desenvolvidos nos quais haveria um nível mais justo de distribuição de renda, busca-se desqualificar qualquer tipo de sociedade que não adote os pressupostos da liberal democracia, rotulando-as de autoritárias, totalitárias ou populistas.

Como já foi tratada a questão da democracia no Capítulo anterior, deter-se-á este nos traços do populismo, que seria uma forma incompleta ou uma evidência da decadência da liberal democracia.

Na América Latina, constata-se que as determinações históricas do continente não se adequavam às definições existentes pelo conceito de totalitarismo, então, foi proposta pela ideologia liberal uma nova forma de caracterizar os momentos históricos do continente com a utilização do conceito ideal de populismo.

Essa escolha foi o resultado da necessidade de se enquadrar o conceito a realidade latino-americana, uma vez que certos fenômenos políticos escapavam da identificação ao nazi-fascismo equalizado pelo conceito de totalitarismo. Os teóricos lançam mão de um “exagerado weberianismo” para pinçar alguns fragmentos empíricos para a composição de uma determinada forma conceitual, o tipo ideal de Weber, era uma composição utópica, que acaba por se contrapor ao universo caótico e infinito das coisas, ou seja, o mundo histórico-cultural, a fim de organizar racionalmente a porção finita, fragmentada, escolhida do real. (RAGO FILHO, s.d., p. 10, mimeo.).

Esse tipo de conceitualização foi assumido, na América Latina, por alguns sociólogos que, após um estágio na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), conheceram os estudos de Gino Germani e Torcuato di Tella, marcados pelo formalismo da “sociologia da modernização” e das elites políticas centradas na relação “elite-massa”, compostos por elementos contrários, mas que teriam sua racionalidade baseada nos preceitos da liberal democracia.

Para Rubem Barboza Filho, a teoria da modernização tem alguns traços do marxismo compondo um verdadeiro ecletismo metodológico que opera com conceituações marxianas acopladas ao par elite / massa, tendo como paradigma a ideologia liberal-democrática. Esta operação tem como pano de fundo a análise das formas de poder nas sociedades em transição que ainda não possuem estruturas sociais modernas e definidas para sustentarem uma sociedade de caráter liberal democrática deixando um vazio de poder no processo de disputa e consolidação da hegemonia política.

Portanto, o populismo seria uma forma específica de transição dada pela comparação com a situação europeia, ou seja, o populismo apenas se explica em sua relação com a liberal-democracia.

O populismo seria a forma transacional desta hegemonia incompleta, e é significativo que sua definição se dê pelo tipo de legitimidade que teria sido capaz de engendrar. De qualquer maneira, é a incompletude, ou atraso, que caracterizam não só a burguesia brasileira mas toda a sociedade, o que supõe a existência de um modelo de sociedade plenamente constituída. O sentido geral do processo vivido pela sociedade brasileira no período seria dado por esta perspectiva de hegemonia incompleta e de atraso geral da sociedade brasileira. (BARBOZA FILHO apud RAGO FILHO, s.d., pp. 12/13, mimeo.)

Conclui-se, desse modo, que o populismo seria um fenômeno característico de um dado período de transição de uma sociedade agrária para uma moderna, industrial e democrática. O ponto de partida seria o Estado oligárquico, pré-burguês, o que historicamente não se verifica, dada a natureza agrária do nosso capitalismo. O ponto de chegada seria, nesta lógica, o fim do populismo, possível quando a transição se completa, com os interesses das classes sociais formadas e se pondo a disputar a hegemonia política num regime liberal democrático.

Também é colocada, nessa perspectiva, a relação do populismo com o atraso político e econômico, isto é, com a ausência de canais políticos que possam expressar os anseios das massas populares. Segundo Rubem Barboza Filho “a inexistência desses canais coloca as massas mobilizadas em disponibilidade para a manipulação das elites”. O populismo seria a manifestação política do atraso (BARBOZA FILHO apud RAGO FILHO, s.d., mimeo.).

Percebe-se, a partir dos autores críticos da tal teoria, que o modelo teórico do populismo elegeu a pequena burguesia como paradigma. Como estão ausentes das análises que optam pelo populismo, as lutas de classes fundamentais na fase de transição – uma vez que as “massas” não possuem consciência –, fica impossibilitada a existência de projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica: tudo se passaria por meio da manobra política das elites. Além disso, tendo a pequena burguesia como paradigma, essa é tomada como modelo de conduta para as demais classes que estariam presas na manipulação que oculta a dominação política. Por outro lado, suprimindo a hegemonia de classe pela liderança populista, sendo que as classes estão em formação e não possuem consciência, existiria, na verdade, uma massa a se guiar por um modelo externo.

Portanto, conforme o sintetizado de Livia Cotrim, a teoria do populismo reduz o movimento histórico à necessidade das elites de se legitimarem no poder por meio da manipulação das massas, pois, uma vez sem consciência de classe, estariam disponíveis para serem manejadas. Isso porque seus autores eliminam da análise as classes sociais, se atendo à relação indivíduo-sociedade, indivíduo-Estado, elite-massa, desconsiderando a base geradora

das manifestações políticas, evidenciando um fato curioso: as elites, em um contexto de crise hegemônica, se apóiam em um líder carismático, que manipula as massas sem consciência de classe permitindo que essas tenham algumas de suas reivindicações atendidas, mas quem reconhece, aceita e oferece suporte ao *status quo* dominante são as próprias massas, ou seja, as classes dominadas. Entende-se, portanto, que o paradigma conceitual do populismo se encontra na busca pelo poder, o que permite unificar sob esse conceito experiências “tão diversas como o peronismo, o varguismo, o aprismo, o castrismo e etc.” (COTRIM, 1999, p. 53).

Através da análise das fontes nota-se que a utilização do conceito de populismo pela *Folha de S. Paulo*, no trato ao período estudado, cumpre muitas das funções sociais esclarecidas pelos autores acima no que diz respeito à teoria do populismo como um postulado liberal, mascarando a dominação de classe e reduzindo as contradições inerentes à sociedade a uma simples manipulação de um líder carismático e enganador, que busca incessantemente, em uma sociedade em crise hegemônica, a permanência no poder.

3.2 – O Populismo na *Folha de S. Paulo* e a crítica ao conceito

Por fim, procura-se demonstrar neste Capítulo como o conceito de populismo nasceu e como foi – e ainda é – instrumentalizado pela ideologia liberal para explicar os mais diferentes contextos e momentos históricos, e como se dá a crítica que evidencia sua incapacidade explicativa da realidade social.

Através da análise sistemática de fontes constata-se que a utilização do populismo pelos editoriais da *Folha de S. Paulo* segue os pressupostos levantados pela construção teórica liberal acerca do conceito, reduzindo as contradições de classe existentes na sociedade venezuelana à manipulação de uma “massa” através do carisma de um líder populista.

Para o jornal brasileiro, o surgimento do populista Chávez se deu em um contexto de crise hegemônica, na qual as elites políticas da Venezuela – ou como observa a *Folha* os “setores organizados da sociedade” – não

conseguiram dar respostas às recorrentes crises em virtude das ações neoliberais colocadas em prática pelos partidos do *Pacto de Punto Fijo*, gerando um quadro em que as massas reivindicavam participação política em um contexto em que existiria um vazio de poder, preenchido pelo líder populista que manipula as “massas” sem consciência de classe com diversas concessões, atendendo momentaneamente a seus interesses. O editorial “Golpe impune”, publicado no dia 16 de agosto de 2002 pode ser considerado um perfeito exemplo de como se dá a constituição do discurso da *Folha de S. Paulo* referente ao período e ao país estudado.

Chávez, eleito e sustentado por uma massa popular que derrotou os centenários e deteriorados partidos de elite, tem uma grande parcela de responsabilidade pela situação por que passa o país [...] Um deles é a necessidade de encontrar meios estáveis de dar vazão ao ator político emergente: a massa urbana. O chavismo explicita de forma didática esse problema que, aliás, se verifica em praticamente toda a América Latina. Sem possibilidade de se fazer representar através da carcomida e elitizada política tradicional, a massa popular enxerga em Chávez um canal de ligação direta com o poder. (“Golpe impune”. *Folha de S. Paulo*, 16/08/2002, p. A2)

O texto deixa claro que quem permite sustento a Chávez na presidência é uma “massa popular” – termo que permite entender uma ausência de consciência de classe, restando disponível para a manipulação populista, em que uma sociedade sofre de crise de hegemonia e os “deteriorados partidos de elite” não conseguem mantê-la, abrindo espaço para a emergência das massas que se colocam em condição de participar e fazer algumas de suas necessidades aceitas pelo poder político por meio de um líder populista.

A aventura de Chávez se destinava ao fracasso. Seu governo calcou-se no voluntarismo demiúrgico, e não num projeto coletivo; indispsôs-se com todos os setores organizados da sociedade (dos empresários aos sindicalistas do petróleo, passando pela Igreja Católica, pela mídia e chegando aos militares, que o depuseram). (“Golpe na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 13/05/2002, p. A2)

Assim, deduz-se que a autocracia referida pela *Folha*, quer dizer, o governo Chávez, se personaliza no “demiurgo voluntarista” que teria assumido o poder aproveitando-se de um vazio de poder, decorrente de uma crise no interior dos setores hegemônicos dominantes articulados desde o período do

Punto Fijo. Mas o que chama a atenção é o fato do jornal afirmar que, por não atender a tais segmentos hegemônicos, o projeto de governo por ele apresentado não é coletivo, se indispôs com os “setores organizados da sociedade”, caracterizados como sendo os “empresários, pelos sindicalistas do petróleo, passando pela Igreja Católica, pela mídia e chegando aos militares, que o depuseram”.

Referia-se o veículo de comunicação brasileiro aos empresários venezuelanos que se concentram na *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela (Fedecameras)* e aos sindicalistas da indústria petroleira que fazem parte da Central de Trabajadores da Venezuela (CTV), historicamente vinculada às ações dos partidos que compunham o governo, principalmente a *Acción Democrática (AD)*, principal reduto dos empresários e dos grandes veículos de comunicação nativos que controlavam a *Fedecameras*. Portanto, para a *Folha de S. Paulo*, a sociedade organizada venezuelana se resumiria aos que, naquele momento, se opunham ao governo Chávez e seus apoiadores se configuravam como massa manipulada, que, entretanto, possui uma consciência política e social que é deixada de lado pelo jornal brasileiro.

Ao contrário do que afirma a *Folha de S. Paulo*, Hugo Chávez buscou uma aproximação com a oposição e visava uma resolução democrática aos desentendimentos ocorridos na Venezuela. Enquanto a oposição e a *Folha* limitam a abrangência da sociedade civil a atores específicos, o então presidente venezuelano entende a questão de forma diferente:

Voy a pedirle a todos los sectores del país, a los sectores religiosos, a los sectores económicos, a los militares, civiles, la sociedad civil, el pueblo en general, los campesinos, los indígenas, los dirigentes de los medios de comunicación social, privados y públicos, a todos, que pongamos la mente, el corazón y la buena voluntad, no es mucho pedir, todos debemos tenerla para aportar nuestro granito de arena en aras de un proceso transparente, limpio [...]. (CHÁVEZ, 03/06/2004)

A politização na sociedade venezuelana é grande e as discussões estão presentes em diversos mecanismos de representação popular. Um exemplo é o debate sobre “[...] controle operário dentro das empresas, por exemplo. Fala-se de democracia participativa, se fala de autogestão social” (MAGALLANES,

2012). Outro exemplo marcante da natureza combativa dos venezuelanos foi a resistência da população contra o golpe bonapartista em 2002, ocasião em que a população exigiu o retorno do presidente eleito ao cargo e que se respeitasse a Constituição do país. Nesse sentido, o *documentário “A revolução não será televisionada”* de 2003 – com produção irlandesa –, é esclarecedor. Entendendo o filme como “reflexo estético da vida social em suas múltiplas determinações” (ALVES, 2004) é possível inferir o grau de consciência dos venezuelanos, uma vez que a obra fílmica “é um tipo de reflexo da realidade social”, conseguindo “[...] apresentar a verdade dos conceitos e categorias da ciência através de situações humanas típicas elaboradas a partir de uma série de técnicas desenvolvidas a partir de outras intervenções estéticas [...]” (ALVES, 2004).

Portanto, quando os produtores do documentário retratam a cena de um venezuelano, negro e morador de um bairro pobre de Caracas se colocando contra o golpe bonapartista e com a Constituição do país em mãos – reivindicando a volta de Chávez à presidência –, demonstra o grau de conscientização social por parte dos apoiadores de Chávez, consciência que, como visto, não aparece na análise elaborada pelo jornal brasileiro.

Também é de se notar a existência de centros de cultura nas cidades venezuelanas, em especial as “Librerías del Sur”, onde se encontram diversos livros subsidiados pelo governo a preços acessíveis. Os títulos variam de biografias de personagens históricos, como Simón Bolívar, a romances de autores venezuelanos e latino-americanos, e visam universalizar o acesso à cultura na Venezuela.

Até mesmo quando reconhece o apoio popular do então presidente eleito, com as inúmeras tentativas de golpes de Estado promovidas pelos próprios segmentos dominantes, a ênfase analítica identifica aí uma característica autocrata em Chávez.

Sua inclinação autoritária, no entanto, é flagrante e nisso, deploravelmente, é acompanhado por grande parte da oposição, que já teve oportunidade de expor seus pendores golpistas.

Chávez, pelo contrário, liderou nos últimos seis anos um processo político centralizador. Subordinou diversas instâncias a seus interesses, da estatal de petróleo ao Supremo Tribunal de Justiça. Associou-se ao ditador cubano, Fidel Castro, de quem importa modelo e recursos para

uma ligação direta com a população que não dispensa o controle ideológico. (“A volta de Chávez”. *Folha de S. Paulo*, 17/12/2004, p. A2)

Como já observado, o que o jornal brasileiro considera um processo político centralizador é resultado de uma série de fatores que levaram também Chávez ao governo no final da década de 1990, em virtude do colapso de um sistema político que se sustentava por meio dos partidos tradicionais, que passaram a compor a oposição. As políticas públicas adotadas por Chávez foram, em grande medida, colocadas em prática após consulta popular, como a Constituição de 1999 – Constituição *Bolivariana* –, aprovada após um plebiscito. A exceção foram as *Leis Habilitantes* que não passaram por consulta popular, mas não tinham o objetivo de radicalizar o processo político, como afirmou o então presidente. No entanto, as políticas que visam uma maior organização popular foram incentivadas no país durante os últimos anos e estimuladas pelo presidente venezuelano, fatos que passaram despercebidos ao editorial da *Folha de S. Paulo*.

[...] que necesario es que la organización popular crezca desde las bases, desde abajo, desde las raíces.

Quiero que organicemos nuestra fuerza popular sobre una base territorial, que organicemos en todos los barrios, en las cuadras y en los campos comando patriotas y se me ocurre de 5 personas, de 10 personas, que no se quede nadie por allí aislado, vean ustedes como los dedos de una mano separados son débiles y flaquean, en cambio los 5 dedos de una mano unida forman un puño, [...]. (CHÁVEZ, 06/06/2004)

Percebe-se a importância que é conferida aos órgãos de organização popular no discurso de Chávez, que apesar de possuírem problemas,⁶⁰ foram os responsáveis por uma maior politização e conscientização por parte da população, que passou a participar com mais frequência de assuntos de interesse público.

[...]. Um dos efeitos é um maior nível de organização da sociedade, que ainda é muito limitado, mas estamos falando de maiores níveis de

⁶⁰ Para o cientista político Rodolfo Magallanes, os maiores problemas estão relacionados a falta de independência desses organismos em relação ao Estado, já que recebem investimentos diretamente do poder Estatal.

organização, maiores níveis de consciência e de participação da sociedade. Uma maior preocupação da sociedade pelos interesses públicos. Coisa que não estava presente, por exemplo, nos anos 90, quando a maneira como se tratava o assunto era estritamente individual, pela via privada, pela via dos ganhos de cada um. Portanto, essa atenção às atitudes coletivas é muito recente. Formam parte do discurso político que é promovido por Chávez e seu governo e que não estavam presentes anteriormente. (MAGALLANES, 2012)

Quanto à parceria com Cuba, refere-se talvez o jornal a um convênio, pelo qual a Venezuela vende petróleo com preço mais acessível aos cubanos e Cuba envia médicos para trabalharem nos bairros pobres das grandes cidades venezuelanas, prestando atendimento básico à população. A discussão sobre a influência ideológica cubana na Venezuela é marcada por posições antagônicas, uma vez que a existência de cubanos na sociedade venezuelana e nos postos de governo é lembrada e colocada como ameaça à soberania nacional pela oposição. Por outro lado, analistas como o jornalista francês especializado em América Latina, Marc Saint-Upéry consideram que o movimento acontece de forma contrária ao colocado pelos opositores de Chávez e pelo jornal brasileiro. Para o autor, o que se constata é uma “*venezolización* de Cuba”, visto que a Venezuela presta suporte e oferece garantia política e econômica à ilha (SAINT-UPÉRY, 2008, p. 215). Já o cientista político venezuelano Rodolfo Magallanes,⁶¹ trata a questão da seguinte forma:

Existe, ao menos na percepção de muita gente, um perigo. Efetivamente existe uma assessoria importante do governo de Cuba e de funcionários cubanos na Venezuela, a influência cubana está muito disseminada no Estado venezuelano. Então isso existe, agora, é um problema sério para todos os venezuelanos? Não. Mas é um problema para alguns. À medida que isso não se resolva de uma boa maneira, pode se converter em um problema mais grave. Mas até agora, se tem conseguido manter a influência limitada. No entanto, essa presença é grande, ao menos é assim que percebemos. Para todos os venezuelanos está claro que existe uma participação importante de assessores e funcionários cubanos que nem sempre, em minha opinião se justifica, ou ao menos, poderia se canalizar melhor. Mas é assim que

⁶¹ Diretor (E) do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Central da Venezuela. Coordenador da Especialização de Governo e Política. Autor de “Socialismo y Populismo: proyecto político para Venezuela en el siglo XXI”; em MAGDALENO, John (comp.). *Ideologías: ¿máscaras del poder? Debatiendo el “socialismo del siglo XXI”*. Caracas/Venezuela: Edit. Melvin, C. A., pp. 251-263, entre outros.

está, e é um tema do debate eleitoral e político venezuelano. Não adquire uma dimensão para gerar uma neurose coletiva, mas acredito que se tem controlado bem a opinião pública, mas é uma situação que está posta. (MAGALLANES, 2012)

Como se pode perceber, a discussão sobre a relação entre Cuba e Venezuela é extensa. No entanto, entende-se que adotar o argumento de que existe um “esquema cubano” para exportar a revolução para a Venezuela acaba por simplificar o processo político venezuelano e reduzir um problema atual a uma referência que denota uma contínua justificativa utilizada nos anos da Guerra Fria, contra o perigo de “cubanização” da América Latina.

Na verdade, se constata uma operação semelhante e percebida pelos críticos da teoria do populismo quando se aproximam fenômenos diversos como o nazi-fascismo e a Revolução Russa. Dando ênfase apenas ao aspecto político estabelece-se uma semelhança entre Cuba e Venezuela, que é referida ao mesmo fundamento: o da não adoção do que o jornal considera ser um modelo ideal de democracia liberal. Portanto, Fidel Castro e Hugo Chávez são considerados populistas ou ditadores, enquadrando processos históricos, momentos distintos e realidades sociais diferentes em uma mesma definição.

Mais uma vez a *Folha de S. Paulo* aponta as características que marcam a teoria do populismo. A recorrente utilização do termo para identificar e justificar a presidência de Hugo Chávez mostra-se incapaz de explicar a realidade que se pretende, explicitando-se a função ideológica realmente pretendida pelo jornal e como ajudou a formar opinião pública sobre a Venezuela no Brasil, ao demonstrar o tipo de tratamento noticioso com que as matérias e editoriais sobre o então presidente venezuelano e suas políticas públicas foram expostas pela *Folha de S. Paulo*.

Ao fazer referência ao populismo, sendo entendido aqui como a negação da liberal democracia - que para o veículo de comunicação brasileiro é o único meio disponível para a Venezuela (e para todos os países da América Latina) superar seus problemas políticos e sociais –, evidencia a posição deste jornal no que se refere ao presidente venezuelano, ou seja, para a Venezuela só restaria uma saída: se livrar de Chávez e abandonar suas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisa a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a política da Venezuela durante as gestões na Presidência da República de Hugo Rafael Chávez Frías (1954-2013), referente ao período de 2002 a 2005. Como todo periódico de ampla circulação nacional – como é o caso deste jornal –, suas reportagens e editoriais colaboram na formação da opinião pública brasileira sobre variados assuntos, bem como sobre o país vizinho. Esta é uma das justificativas da relevância da presente análise, já que o veículo em questão afirma reiteradamente sua defesa por um jornalismo plural e democrático.

Por outro lado, os atuais processos políticos e sociais em voga na América Latina passaram a ser alvo de diversos estudos e, em especial, sobre o caso venezuelano onde ocorria à época a denominada *Revolução Bolivariana*, ainda em curso no presente momento. A eleição de Hugo Chávez para presidente da Venezuela em 1998 representou, em muitos aspectos, uma mudança na correlação de forças políticas do país – um dos mais importantes do continente latino-americano. A vitória de Chávez pode ser considerada a primeira de vários fenômenos semelhantes ocorridos em outros países da América Latina que, após as mazelas da era neoliberal, buscavam uma alternativa às péssimas condições sociais existentes no continente. As associações com governos latino-americanos com a mesma tônica, em particular com o do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (eleito para um primeiro mandato no mesmo período), eram recorrentes nos meios de comunicação de massa.

Desse modo, tais fatos assim compreendidos – a eleição de Hugo Chávez e a vitória de Lula – foram em muitos sentidos os responsáveis pela atenção dada à Venezuela pelos meios de comunicação brasileiros, de uma maneira geral. Assim, os editoriais e as reportagens produzidos pelo jornal *Folha de S. Paulo* no citado período, foram submetidos à análise da imanência, com o objetivo de buscar a lógica interna de tais pronunciamentos e explicitar assim sua ideologia para além da análise epistemológica. A partir da objetivação das categorias analíticas que emergem de tal material, procurou-se identificar os princípios que podem operar em associação aos conceitos emitidos e, na sequência, em face aos dados de realidade daquele país, situar quais de seus segmentos de classe

se coadunam a seus discursos. Na sequência desses estudos também emergiu a função social que o periódico em questão cumpre através da produção e da publicação de suas reportagens sobre o governo venezuelano.

Para tanto, foi necessário resgatar aspectos da História contemporânea venezuelana que explicitassem particularmente a correlação de forças vigente no país, o que foi objeto do Primeiro Capítulo deste trabalho. Enfatizou-se, também, à luz de vários autores, como a eleição de Chávez significou a falência das políticas lideradas pelos partidos políticos tradicionais da Venezuela (AD e COPEI), que mantinham os mesmos modelos econômicos que resultaram na concentração de renda e aplicaram políticas neoliberais cujos resultados aumentaram, em muito, a insatisfação popular no país, gerando grandes protestos, como o *Caracazo* em 1989, o mais conhecido e trágico deles.

Também foi possível perceber – através da confecção do projeto de pesquisa, em primeira instância, e deste trabalho específico – a polarização da sociedade venezuelana, dividida entre a oposição ao governo Chávez que aglutina parte da burguesia nacional (entre elas, as empresas de mídia e comunicação que se consideram a expressão da “sociedade civil” venezuelana); e, de outro lado, os apoiadores do governo majoritariamente formado pelos setores mais necessitados e desprovidos da população, os quais entendem que suas condições de vida melhoraram significativamente nos últimos anos em decorrência das políticas aplicadas pelo governo de Hugo Chávez.

A análise dos editoriais e das reportagens da *Folha de S. Paulo* permitiu a identificação dos meios pelos quais este periódico baliza sua cobertura sobre a conjuntura política venezuelana e sobre as políticas adotadas pelo então presidente Chávez em duas correntes básicas: uma crítica ao governo, considerado antidemocrático pelo jornal e uma crítica à pessoa do presidente, denominado permanentemente populista pela linha diretriz deste veículo. Tais categorias nortearam todas as análises e informações veiculadas pelo jornal no período estudado (2002-2005), daí a concentração e o desenvolvimento dos Capítulos em torno do entendimento do sentido que os conceitos de democracia e de populismo adquiriram no arcabouço de suas notícias.

Democracia, no jargão do material analisado, é a referência mais comum para se abordar o tema das eleições, como respeito às instituições legais que

configuram o Estado, a preservação da liberdade de imprensa e o consenso necessário entre os atores políticos. Associado ao sentido jurídico do termo pode-se afirmar que está em referência direta ao Estado de Direito, ou seja, conforme os preceitos legais, os quais, em princípio, garantiriam a igualdade, a liberdade e legitimariam a representatividade na sociedade venezuelana, configurando-se assim os princípios do liberalismo. A defesa dos preceitos que norteiam o neoliberalismo – linha-mestra e condutora da *Folha de S. Paulo* – assemelha-se em muito às teses de Joseph Schumpeter, para o qual a democracia é entendida no universo do mercado, onde o voto é considerado uma mercadoria e onde os políticos devem competir pelos votos da população. Em outras palavras, a democracia é assim considerada quando um governo eleito pelo voto e como um fim em si mesma.

Também a cobertura da *Folha* é prosaica ao emitir opiniões compatíveis às veiculadas pela cobertura realizada pelos meios de comunicação privados da Venezuela, responsáveis por ferrenha oposição ao governo Chávez e à sua pessoa, inclusive por haver apoiado o golpe bonapartista contra o então presidente em 2002. Assim, com frequência, aqueles opositores acusam o governo chavista de atentar contra a liberdade de imprensa e contra os valores tidos por democráticos (pela oposição) e, na mesma medida, tal postura é transformada em notícia pelo jornal brasileiro ou torna-se objeto de considerações com o mesmo teor, nos editoriais da *Folha de S. Paulo*.

O acesso à cobertura efetuada pelos meios de comunicação daquele país foi possível através de viagem realizada à Venezuela (junho de 2012), onde foi possível visitar diversos órgãos públicos, como a *Defensoria del Pueblo* e o *Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información*, onde coletou-se material investigativo. Também a visita à Biblioteca Nacional da Venezuela, além de instituições de pesquisa, como o *Instituto de Estudios Políticos* da Universidade Central da Venezuela, rendeu material relevante para a confecção desta dissertação, particularmente pelo contato e breve convívio com professores universitários e intelectuais venezuelanos.

Mas, sem dúvida, o mais importante e caloroso foi o contato com pessoas de diversos segmentos da população urbana – residentes em Caracas –, centro aglutinador das massivas manifestações políticas, a favor e contra o governo de

Hugo Chávez. Entrementes, o pouco tempo disponível e a falta de recursos econômicos não permitiram ao pesquisador adentrar a zona rural e conhecer, pelo menos, algumas das comunidades formadas por povos originários daquele, conforme são denominados os descendentes das nações pré-colombianas. O que mais chama atenção foi o grau de mobilização e de participação política das pessoas comuns, segundo o dizer de Thompson. Os inúmeros partidos que expressam os interesses destes diversos segmentos, às vezes calcados em programas políticos, às vezes indicativos de demandas específicas e imediatas, são referidos por tais pessoas nas ruas, nos pontos de encontro, nos cafés, nos mercados etc..

A percepção de tal cultura política subsidiou de modo profundo este trabalho, assim como o aporte historiográfico produzido – lá e aqui, no Brasil – na identificação da correlação de forças políticas vigente na Venezuela, assim como nos avanços e retrocessos presentes na denominada Revolução Bolivariana.

Um exemplo pertinente é, exatamente, o notório aumento de conscientização política e o envolvimento com os assuntos públicos por parte da sociedade venezuelana. O incentivo a projetos culturais, como concursos e feiras de poesia e de leitura; a instalação das *Librerias del Sur* – rede de livrarias populares espalhadas pelas cidades venezuelanas e que vendem livros subsidiados pelo Estado a preços acessíveis para toda a população; o incentivo à leitura e a discussão dos artigos da Constituição de 1999 – a *Carta Bolivariana* –, considerada uma das mais democráticas da América do Sul e responsável por ampliar a consciência política e garantir maior ilustração aos debates e posicionamentos sobre a coisa pública na Venezuela.

Em contrapartida, mantém-se a militarização constante da sociedade, com soldados armados espalhados por toda a malha urbana. Observa-se também o risco de cooptação – por parte do Estado – das lideranças dos movimentos sociais, seja através de empregos na Administração pública, seja através de subsídios às organizações e iniciativas coletivas, como os Conselhos Comunais, por exemplo.

Mas a questão da cobertura jornalística praticada pela *Folha de S. Paulo* necessita ser retomada, ao abordar-se o confronto sobre o material divulgado pelo jornal brasileiro sobre àquela realidade, quando a reboque das informações

dos especialistas e estudiosos do assunto, com a bibliografia específica sobre a Venezuela que hoje corre o mundo, em vários idiomas, assim como através das impressões colhidas durante a viagem de pesquisa, pode-se afirmar que o discurso do jornal brasileiro subsume a realidade social venezuelana a conceitos pré-determinados e voluntariosamente aplicados para analisar informações idênticas às divulgadas pelos meios de comunicação, cujos proprietários são obstinados opositores do governo de Hugo Chávez. Assim, as informações sobre a correlação de forças existentes a partir deste prisma caracterizam o governo e a sociedade venezuelana sob apenas uma perspectiva, alijando e rompendo, portanto, com o próprio princípio pluralista e democrático do qual a *Folha de S. Paulo* se diz fiel depositária, no sentido de garantir os dados necessários e fidedignos ao entendimento e informação do leitor, só então capaz de formar sua própria opinião. Muitas vezes, tal subsunção não apenas não ajuda a esclarecer o momento histórico, mas, ao contrário, torna ainda mais difícil sua compreensão.

As proposições da *Folha de S. Paulo*, proposições de defesa da democracia resultam, na verdade, em instrumentos e falácias que pregam a manutenção do *status quo*, ou seja, de continuidade da ordem burguesa autocrata, pois restrita a pequenos segmentos desta mesma classe, cuja oposição não visa, sequer, a inclusão de seus pares na continuidade da dominação política. Esta conclusão foi possível através da crítica da política de Marx, articulada principalmente pelo arcabouço correspondente aos estudos de José Chasin.

Em uma sociedade sócio-econômica polarizada como a da Venezuela, medidas de fortalecimento das classes médias – como as que se verificam com a política venezuelana – não deveriam assustar tanto os antigos donos do poder político e econômico. Apesar da divulgação de seu caráter revolucionário, na realidade, o que se observa na Venezuela – do ponto de vista da população – é a ampliação do acesso aos direitos de cidadania, o aumento do poder aquisitivo, portanto, da diminuição da miséria absoluta, da desconcentração da renda e da ampliação da rede de microempresas. Daí, a fragilização da burguesia autocrata. Além da melhoria considerável da qualidade de vida de grande parte da população, investiu-se em programas sociais e em áreas importantes como a saúde e a educação. Também se promoveu maior independência do Estado em

relação aos interesses do capital internacional, principalmente em relação ao petróleo, cujos resultados possibilitaram ao governo de Chávez investir na desconcentração da renda.

Ainda que pese o caráter eminentemente liberal de tais políticas – inclusive uma de suas resultantes, que tende a ser a do fortalecimento da democracia nos moldes do liberalismo; ou seja, o da defesa da Lei e do Estado de Direito –, ainda assim para o jornal *Folha de S. Paulo* tais constatações são tomadas como sinônimo de “revolução”. Desse modo, a política do governo Hugo Chávez é tratada por este veículo de forma negativa, sendo considerado um exemplo de Estado antidemocrático e uma ameaça constante à democracia existente nos outros países da América Latina.

No Capítulo que versa sobre o populismo percebe-se que a definição utilizada pela *Folha* não foge da conceitualização mais comum do termo, que carrega um valor pejorativo agregado em sua definição. Assim, o jornal brasileiro entende o “populista” como um político carismático, aproveitador, que manipula as massas com o intuito único de permanecer – e se perpetuar – no poder. Ao centrar sua cobertura em uma perspectiva politicista – acaba crendo e querendo fazer crer, por assim dizer –, que a primazia da conquista do poder político é a única forma de justificar a classificação de personagens tão distintos como Fidel Castro, Getulio Vargas e Hugo Chávez, em um mesmo conceito, do qual o veículo de comunicação aqui analisado se apropria. Além do que, demonstra pouco conhecimento dos debates que questionam o uso indiscriminado de tal conceito, e que mais confunde do que elucida sobre as políticas em curso, particularmente a vigente naquele país vizinho. Ao lançar mão dessa perspectiva, embasada na conhecida teoria da modernização, o jornal acaba por desprezar as classes sociais venezuelanas – entendidas como “massa” disponível à vontade do líder populista – e negligencia as lutas e as contradições presentes no interior da sociedade venezuelana que resultaram no fim do sistema político conhecido como *Pacto de Punto Fijo* e na vitória de Hugo Chávez, a partir de 1998.

Como observado na Introdução deste trabalho, o governo Chávez foi alvo de grande interesse por parte da imprensa brasileira. No caso, a *Folha de S. Paulo* buscou interpretá-lo à sua maneira, à luz de seus interesses. Mas, se o governo venezuelano liderado por Chávez conseguiu realizar tantos feitos –

inclusive na área que é considerada o cerne da “democracia” – o processo eleitoral (perdeu apenas uma consulta popular em 14 anos de governo) –, por que se faz tamanha oposição ao processo em voga na Venezuela? Para o cientista político Rodolfo Magallanes, é a incerteza que existe no país a responsável pela oposição, principalmente por parte da burguesia que dominava os recursos estatais antes da eleição de Chávez e que agora entende por ameaçados os seus interesses. Neste trabalho, balizamos a análise nos anos de 2002 a 2005. No entanto, até o presente momento (março de 2013), a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* continua sendo marcada pela postura crítica ao governo de Hugo Chávez, mesmo quando a situação vai ao encontro dos pressupostos defendidos pela *Folha*.

Em outubro de 2012 aconteceram eleições presidenciais e, em dezembro do mesmo ano, eleições estaduais na Venezuela. A *Folha*, juntamente com os jornais venezuelanos de oposição, declarava que o candidato opositor Henrique Capriles estava prestes a vencer Chávez e as pesquisas que mostravam a vantagem do então presidente eram imprecisas e feitas por empresas vinculadas ao governo. Todavia, o resultado das urnas foi contrário à expectativa do jornal brasileiro, pois Hugo Chávez venceu a eleição com mais de dez pontos percentuais (10%) à frente de seu opositor. O resultado das eleições estaduais também não poderia ser mais claro, pois os apoiadores do governo chavista venceram em 20 dos 23 Estados venezuelanos.

Assim, ao proceder à crítica ao governo Chávez justificada pela defesa da democracia, ao acusar o governo de antidemocrático – quando todas as evidências vigentes naquele país apontam para a legalidade constitucional das ações governamentais e para um massivo apoio popular – o jornal acaba por confundir o leitor e mais, entra em contradição com o que define como seus próprios princípios. Resta fazer a pergunta: o que defende, na realidade, o jornal *Folha de S. Paulo*, a partir de tais posicionamentos? Pois, ao corroborar com as posições dos segmentos da burguesia autocrata, ciosa da manutenção de seus privilégios, temerosa ante qualquer mudança – mesmo que em benefício claro da população e corrobore, de fato, as práticas democráticas –, não estaria defendendo privilégios que vão além dos considerados inerentes à ordem liberal?

* * * * *

FONTES

Editoriais da *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, p. A2.

Por ordem cronológica de publicação:

- “Notícias de Caracas” (12/01/2002)
- “Involução Bolivariana” (15/02/2002)
- “Golpe na Venezuela” (13/04/2002)
- “O Retorno de Chávez” (15/04/2002)
- “Os EUA e Chávez” (16/04/2002)
- “Um novo Chávez” (17/04/2002)
- “Golpe impune” (16/08/2002)
- “Crise na Venezuela” (10/12/2002)
- “Saída para a Venezuela” (14/12/2002)
- “Tensão realimentada” (06/02/2003)
- “Saída Autoritária” (08/03/2003)
- “A lei de Chávez” (04/12/2003)
- “Manobra de Chávez” (05/05/2004)
- “Teste para Chávez” (05/06/2004)
- “Venezuela decide” (15/08/2004)
- “A vitória de Chávez” (17/08/2004)
- “Censura na Venezuela” (07/12/2004)
- “A volta de Chávez” (17/12/2004)
- “URIBE X CHÁVEZ” (18/01/2005)
- “O show de Chávez” (02/02/2005)
- “Democracia na OEA” (07/06/2005)
- “A derrocada” (12/08/2005)
- “Escalada Chavista” (07/09/2005)

- “Esquerda obtusa” (21/09/2005)
- “Confronto aberto” (01/12/2005)
- “Tensão na Venezuela” (06/12/2005)
- “Venezuela no Mercosul” (12/12/2005)
- “Fantasia Golpista” (13/12/2005)
- “Riscos Bolivarianos” (18/12/2005)

Reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*

Por ordem alfabética de autor:

CANTANHÊDE, Eliane. “Presidente fez inimigos por todos os lados”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 13/04/2002. Análise. p. A18.

DA REDAÇÃO. “Chávez enfrenta rebelião após Mega Protesto”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 12/04/2002. p. A10.

DA REDAÇÃO. “CHOQUES MATAM 12 E CHÁVEZ ENFRENTA REBELIÃO DE OFICIAIS”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 12/04/2002. Manchete – p. A1.

HOBBSAWM, Eric J. [Entrevista a Fabiano Maisonnave]. “Fisco neoliberal produziu Chávez”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 15/08/2004. p. A27.

JOHNSON, Stephen [Entrevista a Rafael Cariello]. “Chávez não é ditador, ainda”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 15/08/2004. p. A27.

MAISONNAVE, Fabiano. “Empresas preveem ‘violência moderada’”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 15/08/2004. p. A26.

MAISONNAVE, Fabiano. “CHÁVEZ VENCE PLEBISCITO E FICA NO PODER”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 17/08/2004. Manchete – p. A1.

MAISONNAVE, Fabiano. “Vitorioso, Chávez festeja e ironiza oposição”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 17/08/2004. p. A9.

SALAMANCA, Luis [Entrevista por Fabiano Maisonnave]. *Chavistas levam 100% do Parlamento*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Grupo FOLHA, 06/12/2005. p. A14.

Reportagem *Folha online*

BRASLAUSKAS, Ligia. “Veja o que causou o golpe contra Hugo Chávez”. *Folha Online*. Disponível: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml Acesso: 03/07/2012.

Discursos presidenciais

Por ordem cronológica:

CHÁVEZ, Hugo. “Mega marcha y concentración popular por la soberanía de Venezuela”. Recopilado por el MINCI – Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información [6 de Agosto de 1999]. Disponível: <http://www.aporrea.org/actualidad/a8730.html> Acesso: 03/07/2012.

CHÁVEZ, Hugo. “Palacio de Miraflores”. In *Las Campañas admirables del presidente Hugo Chávez*. Caracas/Venezuela: Ediciones *Correo Del Orinoco*, p. 60 [3 de Junio de 2004]. Disponível: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2012/11/LAS-CAMPAN%C3%8C%C2%83AS-ADMIRABLES-DEL-PRESIDENTE-HUGO-CH%C3%83%C2%81VEZ-16-10-12-SG.pdf> Acesso: 03/07/2012.

CHÁVEZ, Hugo. “Mensaje a la Nación una vez conocidos los resultados parciales de la solicitud para Referéndum Revocatorio Presidencial”. Recopilado por el MINCI – Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información [3 de Junio de 2004, publicado a 28/06/2004]. Disponível: <http://www.aporrea.org/actualidad/a8730.html> Acesso: 03/07/2012.

CHÁVEZ, Hugo. “2002 – Año de la Resistencia Antiimperialista”. In *Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*. Año 4. Tomo 4. Caracas/Venezuela: Gobierno Bolivariano/Ediciones de la Presidencia de la República, 2005. 606pp. Disponível: http://www.presidencia.gob.ve/doc/publicaciones/discursos/Discursos_2002.pdf Acesso: 03/07/2012.

Entrevista gravada

MAGALLANES, Rodolfo José. R. J. Magallanes: depoimento (Director do Instituto de Estudios Políticos e Coordinador do Programa de Especialización en Gobierno y Política Pública – Universidad Central de Venezuela), a 19/06/2012. Entrevistador: Tiago Santos Salgado. Caracas/Venezuela. 2012. Cartão de memoria. Stereo. Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa de Mestrado (Dissertação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Arquivos e Institutos de Pesquisas visitados

Biblioteca Nacional – Caracas, Venezuela.
Biblioteca Virtual – Biblioteca Digital Arístides Rojas
Disponível: <http://www.bibliodar.mppeu.gob.ve/?q=node/139830>

Catálogo Público de la Biblioteca Nacional de Venezuela.
Disponível: <http://sisbiv.bnv.gob.ve/>

Defensoría del Pueblo – Caracas, Venezuela.
Disponível: <http://www.defensoria.gob.ve/dp/>

Instituto de Estudios Politicos – Caracas, Venezuela.
Disponível:
http://openlibrary.org/publishers/Instituto_de_Estudios_Poli%CC%81ticos,_Facultad_de_Derecho,_Universidad_Central_de_Venezuela

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información – Caracas, Venezuela.
Disponível: <http://www.minci.gob.ve/>

Universidad Central de Venezuela – UCV – Caracas, Venezuela.
Disponível: <http://www.ucv.ve/>

Documentário cinematográfico

Direção: BARTLEY, Kim; O'BRIAIN, Donnacha.

Título original: *Chavez: Inside The Coup (Chávez: Bastidores do Golpe)*.

Título: *A revolução não será televisionada (The Revolution Will Not Be Televised)*.

Documentário. Irlanda, 2003.

Produção: DAWSON, Kevin (RTE); FRASER, Nick (BBC); PASANEN, Leena (YLE).

[Cor, 74 min.]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil)

AGGIO, Alberto. “A emergência de massas na política e a teoria do populismo”. In _____; LAUHERTA, Milton. *Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. *Uma Nova Cultura Política*. 1. ed. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

ALI, Tariq. *Piratas do Caribe. O eixo da esperança*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2008.

APONTE RUEDA, Paúl (José). *Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Una Visión Bicentenario*. 1. ed. Caracas/Venezuela: Vedel Hermanos Editores, 2011.

ANTUNES, Ricardo (Luis Coltro). *O Continente do Labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. (Mundo do Trabalho)

ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia do espetáculo*. 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2003. [2001]

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção de uma hegemonia*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-363.

BETHEL, Leslie. *História da América Latina. A América Latina após 1930*. v. 8. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____; ROXBOROUGH, Ian (org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. 2 v. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília – UnB, 2010.

BRITTO GARCÍA, Luis. *Dictadura mediática en Venezuela: investigación de unos medios por encima de toda sospecha*. Caracas/Venezuela: Imprensa Nacional y Gaceta Oficial, 2012.

CABALLERO AGÜERO, Manuel Antonio. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. 5. ed. Caracas/Venezuela: Alfadil Ediciones, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASTAÑEDA GUTMAN, Jorge Germán. *A Utopia Desarmada*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CECEÑA, Ana Esther. *Desafios das emancipações em um contexto militarizado*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. (org.). *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2004.

CHASIN, José. *MARX. Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

COSTA, Ricardo (da Gama Rosa). *Gramsci e o Conceito de Hegemonia*. 1. ed. Salvador/BA: Quarteto, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci. Ensaio de Teoria Política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [1999]

DIETERICH (STEFFAN), Heinz. *Hugo Chávez. El destino superior de los pueblos latinoamericanos y el gran salto adelante*. 1. ed. Alcalá la Real/España: Alcalá Grupo Editorial y Distribuidor de Libros, 2007. (Adveniat 2)

DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma Introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora UNESP, 1997.

EL TROUDI, Haiman; MONEDERO FERNÁNDEZ-GALA, Juan Carlos. *Empresa de Producción Social: instrumento para el socialismo del siglo XXI*. 2. ed. Caracas/Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2007.

_____. "Venezuela". In BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, Jorge. “O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In _____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [2001]

_____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [2001]

FORTES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FORTES, Leandro Boavista. *Os Segredos das Redações*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FRIAS (DE OLIVEIRA) FILHO, Otavio. “Entrevista concedida a Elzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman”. In ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Guimarães de Mesquita) (org.). *Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPDOC*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2003.

GIORDANI CORDERO, Jorge (Antonio). *Gramsci, Italia y Venezuela: apuntes e impresiones*. Caracas/Venezuela: Vadel Hermanos Editores, 2009.

GOMES, Angela Maria de Castro. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Fundamentos)

JORGE, Thaís de Mendonça. “Glossário – verbete: **editorial**”. In *Manual do foca. Guia de sobrevivência para jornalistas*. 1. ed. reimp. São Paulo: Contexto, 2010. [2008]

KRAUZE, Enrique. *O poder e o delírio*. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. *Os Redentores. Ideia e Poder na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2011.

KUSHNER, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial/FAPESP, 2004.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LANDER, Edgardo. “Venezuela: la búsqueda de un proyecto contrahegemónico”. In CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2004.

_____. “Venezuela. La búsqueda de un proyecto contrahegemónico”. In CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2004.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. [1994] (Primeiros Passos, v. 24)

LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve. *Reclaiming Latin America. Experiments in Radical Social Democracy*. 1. ed. London/UK: Zes Books, 2009.

_____. *Reclaiming Latin America. Experiments in Radical Social Democracy*. 1. ed. New York/USA: Palgrave USA, 2009. [Macmillan Group]

LÓPEZ MAYA, Margarita. *La protesta popular venezolana entre 1989 y 1993*. Caracas/Venezuela: Coordinación de Extensión, 2000.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LÖWY, Michael (org.). *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. [1999]

MAGALLANES, Rodolfo José. “Socialismo y Populismo: proyecto político para Venezuela en el siglo XXI”; en MAGDALENO, John (comp.). *Ideologías: ¿máscaras del poder? Debatiendo el “socialismo del siglo XXI”*. Caracas/Venezuela: Edit. Melvin, C.A., pp. 251-63.

MAIHOLD, Günther (ed.). *Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista*. 1. ed. Madrid/España: Iberoamericana, 2007/2008.

MARINGONI (DE OLIVEIRA), Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (Revoluções do Século 20)

_____. *A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. “Que tipo de liderança é Chávez?” In OLIVEIRA, Francisco (Maria Cavalcanti) de [Chico de Oliveira]; BRAGA (NETO), Rui Gomes; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. (Estado de Sítio)

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl (Heinrich). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1843, 2005]

_____. *A Guerra Civil na França*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. [1871]

_____. *Sobre a Questão Judaica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1844]

_____; ENGELS, Friedrich. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003. [1851-1852]

_____. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1851-1852] (Marx e Engels, v. 10)

_____. *A Ideologia Alemã*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. [1845-1846] (Marx e Engels)

_____. *Lutas de Classes na Alemanha*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. (Marx e Engels, v. 9) [1848-1850]

_____. *Manifesto Comunista*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. [1848, 1998]

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997

MELO, José Marques de. *Jornalismo Brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre/RS: Sulina, 2003.

MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto. O movimento bolivariano e a política na Venezuela*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. [2009]

MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PEELER, John. “Elementos Estructurales de la desestabilización de una democracia consolidada. La desconsolidación en Venezuela”. In MAIHOLD, Günther (ed.), *Venezuela en retrospectiva. Los pasos hacia el régimen chavista*. 1. ed. Madrid/España: Iberoamericana, 2007.

PETKOFF, Teodoro Maleç. *Hugo Chávez Tal Cual*. 1. ed. Espanha: Catarata, 2002.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. Ciudad de México/México: Editorial Lumen S.A., 2009.

PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2007.

QUIRINO (DOS SANTOS), Célia Nunes Galvão; VOUGA, Claudio (José Torres); BRANDÃO, Gildo Marçal. *Clássicos do Pensamento Político*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

RANGEL VALE, José Vivente. *De Yare a Miraflores. El mismo subversivo. Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2002)*. 2. ed. Caracas/Venezuela: Ediciones Correo del Orinoco, 2012.

RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa/Portugal: Editorial Estampa, 1998.

SADER, Emir (Simão). *A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAES, Decio (Azevedo Marques) de. *Democracia*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios, v. 112) [2. ed. 1993]

_____. *República do Capital. Capitalismo e Processo Político no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAINT-UPÉRY, Marc. *El Sueño de Bolívar*. 1. ed. Barcelona/España: Paidós, 2008.

SALAS, Yolanda. “La dramatización social y política del imaginario popular. El fenómeno del bolivarianismo en Venezuela”. In MATO, Daniel. *Cultura, Política y Sociedad: perspectivas latinoamericanas*. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria*. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira (1926-1934)*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SORJ (IUDCOVSKY), Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *O Desafio Latino-Americano: coesão social e democracia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TASCHNER, Gisela Black. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. *Jornalismo e linha editorial*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

VILLEGAS POLJAK, Ernesto (Emilio). *Abril, golpe adentro*. Caracas/Venezuela: Fundación para la Cultura y las Artes, 2012.

WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2003. [1980]

_____. *Por que Democracia?* 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. *Qual democracia?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOODS, Alan. *Reformismo ou Revolução*. São Paulo: Editora Marxista, 2009.

Revistas e/ou publicações impressas

ALMANAQUE ABRIL 2013. Ed. 2013 [Fechada em 21/12/2012]. Ano 39. São Paulo: Editora Abril, 2012. pp. 622-624.

CHASIN, José. “Democracia Direta *versus* Democracia representativa”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

_____. “Poder, Política e Representação”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

_____. “Sobre o conceito de totalitarismo”. *REVISTA de Filosofia, Política e Ciência da História. Ensaios Ad Hominem*. n. 1. Tomo 3 – Política. São Paulo: Estudos e Edição *Ad Hominem*, 2000.

FOLHA DE S. PAULO; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (coord.). *Manual da Redação*. 17. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDIOS POLÍTICOS. *POLITEIA – Revista de Ciencias Políticas*. n. 38. v. 30. Caracas/Venezuela: Universidad Central de Venezuela – UCV, 2007.

_____. *POLITEIA – Revista de Ciencias Políticas*. n. 44. v. 33. Caracas/Venezuela: Universidad Central de Venezuela – UCV, 2010.

_____. *POLITEIA – Revista de Ciencias Políticas*. n. 45. v. 33. Caracas/Venezuela: Universidad Central de Venezuela – UCV, 2010.

IRWING, Domingo; LANGUE, Frédérique. “Militares y la democracia. El dilema de la Venezuela de principios del siglo XXI”. *BOLETÍN Americanista*. n. 58. Barcelona/España: Universitat de Barcelona – Facultat de Geografia i Història (Departament d'Antropologia Social i d'Història d'Amèrica i d'Àfrica), 2008.

KAISER, Patricia. “Estrategias discursivas antichavistas de los medios de comunicación”. *REVISTA Venezolana de Economía e Ciencias Sociales*. n. 3. v. 9. Caracas/Venezuela: s.n., 2003.

MENDES, Áquila. “A importância da Comuna de Paris para a América Latina”. *PUC VIVA*. n. 41. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2011.

RAGO FILHO, Antonio. *A Crítica da Analítica Paulista. Marxismo Adstringido e Teoria do Populismo* (texto não publicado, mimeografado).

Revistas e/ou publicações eletrônicas

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. “J. Chasin: a ontonegatividade da politicidade em Marx”. *VERINOTIO – Revista Online*. n. 9. Ano V. Nov. 2008. pp. 47-61, p. 48. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

ALVES, Giovanni (Antonio Pinto). *Cinema como experiência crítica – Uma hermenêutica do Filme*. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

AMANTINO, Antonio Kurtz. “Democracia: a concepção de Schumpeter”. *REVISTA Teor. Evid. Econ.* v. 5. n. 10. Passo Fundo/RS: s.n., Mai. 1998. pp. 127-140. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

BARROS, Pedro Silva. “Chávez e Petróleo. Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana”. *CADERNOS PROLAM/USP*. Ano 5. v. 2. São Paulo: s.n., 2006. pp. 209-237. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

BUZETTO, Marcelo. “As lutas sociais e políticas na Venezuela bolivariana”. DOSSIÊ – América Latina: nova fase de múltiplos embates. *LUTAS Sociais*. n. 19/20. São Paulo: NEILS, 2007. Disponível: http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/14.pdf Acesso: 03/07/2012.

CANACHE, Damarys. *Chavismo and Democracy in Venezuela*. SYMPOSIUM on “Prospects for Democracy in Latin America”. University of North-Texas. Apr. 5-6, 2007. University of Illinois at Champaign-Urbana, USA. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

CARVALHO, Vania Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Maria Cristina Rabelo de, et alii. “Fotografia e História: ensaio bibliográfico”. *ANAIS do Museu Paulista*. v. 2. São Paulo: Jan./Dez. 1994. pp. 253-300. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

CORONIL, Fernando. “Estado y Nación durante el golpe contra Hugo Chávez”. *ANUARIO de Estudios Americanos*. n. 62. Sevilla/España: s.n., 2005. Disponível: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/69/71> Acesso: 03/07/2012.

FUNDACIÓN DEFENSORÍA DEL PUEBLO. *EL 27-F*. 1. ed. Caracas/Venezuela: Defensoría del Pueblo, 2011. Disponível: http://www.defensoria.gob.ve/dp/phocadownload/userupload/publicaciones/serie_derechos_humanos/27F.pdf Acesso: 03/07/2012.

PINHEIRO, Jair. “Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo?” *LUTAS Sociais*. n. 24. São Paulo: NEILS, 1. Sem. 2010. pp. 101-114. Disponível: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/09-Jair%20Pinheiro.pdf> Acesso: 03/07/2012.

SANT’ANNA, Francisco. “América Latina: um tema fora da pauta. Uma análise sobre o papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana”. *REVISTA Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. n. 4 (3). Disponível: Acesso: 03/07/2012.

SAINT-UPÉRY, Marc. *El enigma bolivariano*. Site: *GRAMSCI e o Brasil*. 2007. Disponível: Acesso: 07/03/2012.

SALAMANCA, Luis. “Venezuela. La crisis del rentismo”. *NUEVA Sociedad*. n. 131. May.-Jun. 1994. pp. 10-19, Caracas/Venezuela: Abr. 1994. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

SEVERO, Luciano Wexell. “*Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul*”. *REVISTA Carta Capital*. São Paulo: Editora Carta, 2012. Disponível: Acesso: 03/07/2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado. “Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmação Regional”. *CADERNOS PROLAM/USP*. Ano 10. v. 1. São Paulo: s.n., 2011. pp. 36-50. Disponível: . Acesso: 03/07/2012.

Publicações Acadêmicas (Teses, Dissertações, Monografias, Artigos)

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. *Pandemônio de Infâmias: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. 2005. 354f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Populismo: uma revisão crítica*. 1980. [--?f.]. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Departamento de Ciência Política – DCP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG.

BÜNDCHEN, Isabel Cristina Fleck. *A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira: estudo de caso dos jornais Folha de S. Paulo e Correio Braziliense*. 2008. 74f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. *O Ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. 1999. 314f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário*.

2012. 506f. Tese (Doutoramento em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ.

KLEIN, José Alfonso. *Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989-2009*. 2010. 385f. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

MAGANE, Felipe Toledo. *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*. 2007. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha (1978-2004)*. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 64 e os gestores do capital atrofico*. 1998. 371f. Tese (Doutoramento em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

_____. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista”. *CADERNOS AEL* v. 8. n. 14/15. pp. 155-201 [47f.]. Campinas/SP: Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2001.

SEABRA, Raphael Lana. *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. 2012. 234f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF.

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves da. *Democracia e Socialismo nos Debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)*. 2012. 299f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

VIEIRA, Ricardo Pereira. *Memória e discurso: Chávez na mídia impressa*. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista /BA.

ANEXO

Comunicado de la Junta Directiva del Consejo Nacional de Promoción de Inversiones (CONAPRI) a toda la Nación

La Junta Directiva del Consejo Nacional de Promoción de Inversiones CONAPRI en representación de todas sus empresas miembros, ante los hechos recientemente acontecidos en nuestro país, expresa:

1. Su reconocimiento a las iniciativas emprendidas por los sectores empresariales y laboral Venezolano, a los diversos componentes de nuestras Fuerzas Armadas Nacionales, así como también el conjunto de organizaciones de la sociedad civil, que evidenciaron el profundo apego a nuestros máximos valores de libertad, democracia y unión.
2. Su profundo pesar por la desaparición física y las heridas sufridas por un número de venezolanos que sólo exigían la práctica de sus derechos democráticos o desempeñaban sus trabajos.

Y ratifica:

3. Su compromiso con el país para facilitar la materialización de inversión privada tanto nacional como extranjera en su territorio, misión que a lo largo de 11 años nos ha merecido el carácter de principal ente promotor de inversiones en Venezuela.
4. Su apoyo incondicional al gobierno de transición que preside nuestro apreciado amigo, doctor Pedro Carmona Estanga, en la seguridad de que a través de él nuestra institución así como los inversionistas establecidos y por establecerse en nuestro país encontrarán un factor de entendimiento permanente para acometer los retos de crecimiento económico.

Alberto Tovar Phelps

Presidente

Alejandro González Sosa

Banco Mercantil

Oscar García Mendoza

Banco Venezolano de Crédito

Nelson Ortiz

Bolsa de Valores de Caracas

Edward Jardine

Procter & Gamble

Andrés Gluski

Electricidad de Caracas

José Carlos Plá

Banco Provincial

Phillip Henríquez

Citibank

Mauricio Gómez Sigala

CORIMON

Roger Ramshaw

CONOCO

Vicente Llatas

CANTV

Lukas Boulton

H.L. Boulton

Eduardo Praselj

PDVSA

Alfredo Behrens

Toyota

Michael Penfold

Director Ejecutivo